



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Seção de Recursos Humanos - SUPEL-RH

Portaria nº 120 de 19 de maio de 2026

Altera a Portaria nº 58 de 23 de abril de 2025 que Reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a Comissão de Obras, e revoga Portaria nº 323 de 08 de dezembro de 2025, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

**A SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 1º de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

**CONSIDERANDO** a Portaria Id. (0059486375) que institui a Comissão de Obras, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas; e

**CONSIDERANDO** a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Alterar os incisos do art. 1º da Portaria nº 58 de 23 de abril de 2025 Id. (0059486375), passando a vigorar com a seguinte redação:

I - Presidente:

a) Eralda Etra Maria Lessa matrícula n.º \*\*\*\*\*401.

II - Equipe de Apoio:

a) Ana Carolina Silveira Nobre, matrícula n.º \*\*\*\*\*615;

b) Maria Carolina de Carvalho, matrícula n.º \*\*\*\*\*197;

c) Davi Vieira de Oliveira, matrícula n.º \*\*\*\*\*727; e

d) Alisson Rebelo Swinka, matrícula n.º \*\*\*\*\*342

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea a, atuará como pregoeira sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designada como pregoeiro (a) substituto (a) os servidores indicados no inciso II, alínea a) e subsequentes, deste artigo, que desempenhará as atividades inerentes à função de pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

**Art. 2º** Revogar a Portaria nº 57 de 27 fevereiro de 2026.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

**ALVARO HENRIQUE DE LIMA TEIXEIRA**  
Superintendente Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO

---



Documento assinado eletronicamente por **Alvaro Henrique de Lima Teixeira**, **Superintendente**, em 22/05/2026, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72414259** e o código CRC **4B6E207A**.

---

---

**Referência:** Caso responda esta Portaria, indicar expressamente o Processo nº 0043.000009/2026-61

SEI nº 72414259

II - Diego Andrade da Costa, matrícula nº \*\*\*\*\*613;

III - Cecília Messias Vieira, matrícula nº \*\*\*\*\*327.

**Art. 2º** Revogar a Portaria nº 134 de 23 de junho de 2025.

**Art. 3º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

**MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO**

Superintendente de Compras e Licitações do Estado de Rondônia

Protocolo 0061761553

Portaria nº 169 de 05 de julho de 2025

Designa servidor para substituir o Coordenador de Pesquisas e Análises de Preços em suas ausências e impedimentos legais, ou representá-lo, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações de Rondônia – SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 1º de março de 2023, e do art. 43 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar a continuidade das atividades administrativas e operacionais no âmbito da Coordenação de Pesquisas e Análises de Preços – CPEAP;

**CONSIDERANDO** os eventuais afastamentos e impedimentos legais do titular da pasta;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar o servidor **MILTON BUENO JÚNIOR**, matrícula nº \*\*\*\*\*104, lotado na Coordenação de Pesquisas e Análises de Preços – CPEAP/SUPEL, para substituir o Coordenador de Pesquisas e Análises de Preços, **EVERTON LOPES DE BRITO**, matrícula nº \*\*\*\*\*305, durante seus impedimentos eventuais ou afastamentos temporários, bem como para representá-lo sempre que necessário.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

**MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO**

Superintendente de Compras e Licitações do Estado de Rondônia

Protocolo 0061929818

Portaria nº 172 de 07 de julho de 2025

Altera a Portaria nº 58 de 23 de abril de 2025 que Reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a Comissão de Obras, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 1º de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

**CONSIDERANDO** a Portaria id. (0059409693) que institui a Comissão de Obras, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas; e

**CONSIDERANDO** a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Alterar os incisos do art. 1º da Portaria nº 58 de 23 de abril de 2025 id. (0059486375), passando a vigorar com a seguinte redação:

I - Agente de contratação:

a) Eralda Etra Maria Lessa, matrícula n.º \*\*\*\*\*483.

II - Equipe de Apoio:

a) Johnnescley Anes de Moraes, matrícula n.º \*\*\*\*\*669;

b) Roberta Arroio, matrícula n.º \*\*\*\*\*701;

c) Maria Carolina de Carvalho, matrícula n.º \*\*\*\*\*197; e

d) Ana Carolina Silveira Nobre, matrícula n.º \*\*\*\*\*615.

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea a), atuará como **pregoeira**, sempre que a modalidade de licitação escolhida for **pregão eletrônico**, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Ficam designados como **pregoeiros substitutos** os servidores indicados no inciso II, alíneas a) e b), deste artigo, os quais desempenharão as atividades de estilo do pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar do dia **23 de abril de 2025**, para os incisos atualizados por este ato normativo.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

**MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO**

Superintendente Estadual de Compras e Licitações

Protocolo 0061977276

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

PROCESSO Nº: 0043.000496/2025-81

INTERESSADO(A): Jhônatha Diogo Siqueira Carriel

VALOR: R\$ 1.037,02 (um mil trinta e sete reais e dois centavos)

Submetemos a apreciação de vossa Senhoria o Processo nº 0043.000496/2025-81, em favor do servidor **Jhônatha Diogo Siqueira Carriel**, referente à prestação de contas de suprimento de fundos do mês de junho de 2025, devidamente comprovadas e auditadas, conforme o Parecer nº 115/2025/SUPEL-CI Id. (0061961990).

**JÉSSICA DE AGUIAR REIS**

Coordenadora Administrativa e Financeira/SUPEL

#### ACOLHO E DECIDO:

HOMOLOGAR a presente prestação de contas, determinando a Coordenadoria Administrativa e Financeira que proceda à baixa da responsabilidade do beneficiário **Jhônatha Diogo Siqueira Carriel** no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF. PUBLIQUE-SE, nos termos do Decreto Estadual nº 17.145, de 1º de outubro de 2012.

Porto Velho, data e hora do sistema.

**MARCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO**

Superintendente Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Protocolo 0062040704

Portaria nº 175 de 08 de julho de 2025

Revoga a Portaria nº 76, de 27 de setembro de 2024, que institui e designa servidores para compor a Comissão Permanente de Recebimento de Bens, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações de Rondônia – SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pelo art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 1º de março de 2023, e pelo art. 43 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Fica revogada, em sua integralidade, a Portaria nº 76 de 27 de setembro de 2024, que institui e designa servidores para compor a Comissão Permanente de Recebimento de Bens, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

**MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO**

Superintendente de Compras e Licitações do Estado de Rondônia

Protocolo 0062019426

Portaria nº 179 de 09 de julho de 2025

Altera a Portaria nº 55 de 23 de abril de 2025, que reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a 4ª Comissão Genérica, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO e revoga a Portaria nº 115 de 03 de junho de 2025.

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA Nº 017/2024/SUPEL/RO**

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, através da Comissão de Obras – COOBR/SUPEL/RO, nomeada pela **Portaria nº 172 de 074 de julho de 2025**, torna público ao conhecimento dos interessados que encontra-se autorizada, a realização do certame, regida pela [Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021](#) e suas alterações, [Decreto nº 28.874/2024](#), [Lei Complementar nº. 123/06](#) e alterações e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, no regime de empreitada por **PREÇO UNITÁRIO**, do tipo **MENOR PREÇO**, modo de disputa **ABERTO**, na forma de execução **INDIRETA**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme condições e exigências contidas neste Edital e seus Anexos consignando o que se segue:

**CONCORRÊNCIA Nº.:** 90017/2024/SUPEL/RO

**AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº.:** 0009.006372/2023-64

**OBJETO:** Execução de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo com banho diluído (TSD), Drenagem, Obra de Arte Corrente e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-010; trecho: Estaca 136+0,00 (Urupá) – Estaca 2284+0,00 Rua Amapá (Mirante da Serra), segmento: Estaca 136+0,00 a Estaca 1200+0,00, com extensão de 21,28 km, referente ao Lote 01, nos municípios de Urupá e Mirante da Serra/RO.

**PROJETO/ATIVIDADE:** 2106.1386 – **FONTE:** 1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.501.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 1.750.0.00001 / 2.750.0.00001 / 2.501.0.08103 / 1.759.0.08028 / 2.759.0.08028 – **ELEMENTO DE DESPESA:** 44.90.51.

**VALOR ESTIMADO:** R\$ 46.488.585,33 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta e três centavos).

**RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS:** até o dia 26 de dezembro de 2025, às 09h59m (horário oficial de Brasília).

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** dia 26 de dezembro de 2025, às 10h (horário oficial de Brasília).

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** eletronicamente através da plataforma de licitações COMPRASGOV, endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**UASG:** 925373

**CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP:** NÃO

**RETIRADA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:** O Edital, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico – Financeiro, Os Cadastros Técnicos (Memorial Descritivo/Projetos Executivos), referente à obra e demais atos convocatórios encontram-se disponíveis para conhecimento e retirada dos interessados no site da SUPEL endereço eletrônico [www.rondonia.ro.gov.br/supel](http://www.rondonia.ro.gov.br/supel) e no site do COMPRASGOV ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)). Outras informações através do e-mail: [coobr@supel.ro.gov.br](mailto:coobr@supel.ro.gov.br) – Fone: (69) 3212-9243.

Porto Velho/RO, 14 de novembro de 2025

**JOHNNESCLEY ANES DE MORAIS**

Presidente em Substituição da Comissão de Obras - COOBR/SUPEL/RO

# CONCORRÊNCIA Nº 90017/2024

**OBJETO:** Execução de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo com banho diluído (TSD), Drenagem, Obra de Arte Corrente e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-010; trecho: Estaca 136+0,00 (Urupá) – Estaca 2284+0,00 Rua Amapá (Mirante da Serra), segmento: Estaca 136+0,00 a Estaca 1200+0,00, com extensão de 21,28 km, referente ao Lote 01, nos municípios de Urupá e Mirante da Serra/RO.

## EDITAL DE LICITAÇÃO

### CONCORRÊNCIA Nº 90017/2024/SUPEL/RO

#### PREÂMBULO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, através da Comissão de Obras – COOBR/SUPEL/RO, nomeada pela **Portaria nº 172 de 074 de julho de 2025**, regido pela [Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021](#) e suas alterações, [Decreto nº 28.874/2024](#), [Lei Complementar nº. 123/06](#) e alterações e pelas demais normas legais, torna público ao conhecimento dos interessados que encontra-se autorizada, a realização do certame, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, no regime de empreitada por **PREÇO UNITÁRIO**, do tipo **MENOR PREÇO**, modo de disputa **ABERTO**, na forma de execução **INDIRETA**, com sessão de abertura de recebimento das propostas marcada para o dia **26 de dezembro de 2025**, às **10h (horário oficial de Brasília)**, realizada através da plataforma de licitações COMPRASGOV, endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Tem por finalidade a seleção de propostas e qualificação de empresas visando a obra **Execução de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo com banho diluído (TSD), Drenagem, Obra de Arte Corrente e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-010; trecho: Estaca 136+0,00 (Urupá) – Estaca 2284+0,00 Rua Amapá (Mirante da Serra), segmento: Estaca 136+0,00 a Estaca 1200+0,00, com extensão de 21,28 km, referente ao Lote 01, nos municípios de Urupá e Mirante da Serra/RO**, especificados neste Edital, de conformidade com as peças que a compõem, para atender o **Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO**.

#### 1. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

**1.1.** Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do **Processo Administrativo Nº 0009.006372/2023-64**, e destina-se a garantir os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

#### 2. DA AQUISIÇÃO E RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS ANEXOS

**2.1.1.** O Edital, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico – Financeiro, Os Cadastros Técnicos (Memorial Descritivo/Projetos Executivos), referente à obra e demais atos convocatórios encontram-se disponíveis para conhecimento e retirada dos interessados no site da SUPEL endereço eletrônico [www.rondonia.ro.gov.br/supel](http://www.rondonia.ro.gov.br/supel) e no site do COMPRASGOV ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

#### 3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários para a execução das obras licitadas, são provenientes de recursos consignados no orçamento do **Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO**, no valor global de **R\$ 46.488.585,33 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta e três centavos)**, sendo que a despesa correrá por conta da seguinte programação: **R\$ 46.488.585,33 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e oito**

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.



mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta e três centavos) no Projeto/Atividade: **2106.1386** – Fonte de Recurso: **1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.501.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 1.750.0.00001 / 2.750.0.00001 / 2.501.0.08103 / 1.759.0.08028 / 2.759.0.08028** – Elemento de Despesa: **44.90.51**, no decorrer do exercício, já consignado no Orçamento do **Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO**, no exercício de 2025.

#### **4. DO VALOR ESTIMADO**

**4.1.** O Valor máximo que o ESTADO DE RONDÔNIA se propõe a pagar pela Obra, é de **R\$ 46.488.585,33 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta e três centavos)**, onde os preços máximos serão aqueles consignados na planilha orçamentária, parte integrante deste edital, sob pena de desclassificação da proposta.

#### **5. DO OBJETO**

**5.1.** Constitui objeto desta licitação a **Execução de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo com banho diluído (TSD), Drenagem, Obra de Arte Corrente e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-010; trecho: Estaca 136+0,00 (Urupá) – Estaca 2284+0,00 Rua Amapá (Mirante da Serra), segmento: Estaca 136+0,00 à Estaca 1200+0,00, com extensão de 21,28 km, referente ao Lote 01, nos municípios de Urupá e Mirante da Serra/RO**, conforme especificações constantes no Projeto Básico.

#### **6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**6.1.** Poderão participar desta CONCORRÊNCIA os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**6.2.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, inobservância que poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**6.3.** Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;
- d) Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

**d.1)** Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa) e no Portal Transparência ([www.portaltransparencia.gov.br/cnep](http://www.portaltransparencia.gov.br/cnep)), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de Licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública;



- e) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- f) Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;
- g) Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.4. Da participação de Consórcios:**

- 6.4.1.** Poderá participar desta licitação toda e qualquer empresa individual ou sociedade regularmente estabelecida no país, que seja especializada no objeto da licitação, e que satisfaça a todas as exigências do Estudo Técnico Preliminar, Projeto Básico, dos Projetos, Especificações e Normas. A participação de empresas consorciadas será regida de acordo com o Art. 15 da Lei Nº 14.133 de 01 de abril de 2021, como segue:]

*“Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:*

*I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;*

*II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;*

*III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;*

*IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;*

*V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.”*

- 6.4.2.** Ficam vedadas a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio e a participação isolada da consorciada, bem como de profissional em mais de uma EMPRESA, ou em mais de um consórcio.
- 6.4.3.** A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.
- 6.4.4.** Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente desta licitação, o Instrumento de Constituição e o registro do Consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das EMPRESAS. O Contrato de consórcio deverá observar, além dos dispositivos legais e cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste Edital.
- 6.4.5.** O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva, mais 180 (cento e oitenta) dias.
- 6.4.6.** A empresa líder terá poderes para requerer, transferir, receber e dar quitação, subscrevendo em nome do Consórcio todos os atos referentes à execução do Contrato.

**6.4.7.** A comprovação das capacidades técnico-profissional e técnico-operacional exigidas neste Edital poderá ser efetuada, no todo ou parte, por qualquer uma das consorciadas.

**6.4.8.** O consórcio deverá apresentar:

- a) Indicação dos compromissos e obrigações, bem como o percentual de participação de cada empresa no consórcio, em relação ao objeto da licitação.
- b) Declaração de que o consórcio não terá sua constituição ou forma modificada sem a prévia aprovação da ADMINISTRAÇÃO durante o processamento e julgamento dos procedimentos licitatórios pertinentes.
- c) O consórcio apresentará em conjunto à documentação individualizada de cada empresa, relativa à habilitação jurídica, qualificação trabalhista e de regularidade fiscal.
- d) O consórcio no conjunto dos consorciados deverá atender plenamente a todos os requisitos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira.
- e) A empresa vencedora fica obrigada a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no primeiro item que rege a participação de empresas consorciadas presente neste edital, sendo a "Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados".
- f) O presente edital estabelece para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de empresa individual para a habilitação econômico-financeira;
- g) A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.
- h) Compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a EMPRESA líder, estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- i) A empresa líder, necessariamente, deverá ser uma das empresas de execução do contrato.

**6.4.9.** A decisão administrativa de permitir a participação de empresas em consórcio fundamenta-se no exercício da discricionariedade, visando aprimorar a eficiência e ampliar a competitividade da licitação. Essa medida considera as características físicas e os requisitos técnicos do objeto licitado, de modo a possibilitar a formação de agrupamentos empresariais que atendam às exigências do certame sem restringir indevidamente a concorrência.

**6.4.10.** Deste modo, o consorciamento de empresas se justifica devido a diversificada demanda de serviços, os quais poderão ser executados por empresas de forma complementar, permitindo-se ganhos de eficiência na execução do serviço, sem eventual risco de restrição à concorrência, o que deve refletir em economicidade ao Estado e no melhor interesse público.

**6.5.** Da participação de empresas de cooperativas:

**6.5.1.** Será permitida a participação de empresas reunidas sob a forma de cooperativa, desde que observado o art. 16 da Lei Nº 14.133/21, *in verbis*:

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial:

- a) Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;
- b) Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- c) Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

**6.5.2.** Conforme art. 34 da Lei nº 11.488/2007, aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados, o disposto nos Capítulos V a X (art. 42 ao 67-A), na Seção IV do Capítulo XI (art. 73 e 73-A), e no Capítulo XII (art. 74 ao 75-B) da referida Lei Complementar.

## **7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**7.1.** Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

**7.2.** Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

- a) Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

*“Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:*

*I – No caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);*

*II – No caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).”*

- b) Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

**7.3.** A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

## **8. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**8.1.** Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer pessoa e licitante poderá solicitar ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAR o instrumento convocatório deste Edital, devendo o licitante mencionar o número do CONCORRÊNCIA, o ano e o número do processo licitatório, manifestando-se **PREFERENCIALMENTE** via e-mail: [coobr.supel@gmail.com](mailto:coobr.supel@gmail.com).

**8.1.1.** Ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado o recebimento pela Comissão de Obras, pelo telefone (069) 3212-9243, para não tornar sem efeito.

**8.2.** A decisão do Presidente quanto a impugnação será informada via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial ([www.rondonia.ro.gov.br/supel](http://www.rondonia.ro.gov.br/supel)) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Presidente, na forma do art. 164, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

**8.3.** Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

**8.4.** Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública da licitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**8.5.** A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do certame.

## **9. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO**

**9.1.** A CONCORRÊNCIA será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

**9.2.** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação nesta CONCORRÊNCIA deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do Portal de Compras do Governo Federal COMPRASGOV ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**9.3.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Estado de Rondônia, ao provedor do sistema ou a SUPEL/RO, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

**9.4.** O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes a CONCORRÊNCIA.

**9.5.** A participação na CONCORRÊNCIA se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

**9.6.** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

**9.7.** COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

**a)** Condições de participação:

a.1) Ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

a.2) Declaração que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

**b)** Declarações para fins de habilitação:

b.1) De que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

b.2) Inexiste impedimento à habilitação e comunica a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

b.3) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

b.4) Ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

b.5) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

**c)** Declarações de cumprimento à legislação trabalhista:

c.1) De que observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

c.2) De que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

**d)** Profissionais organizados sob a forma de cooperativa:



d.1) De que participa da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

**9.8.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**10.1.** A participação na Concorrência dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação e a proposta de preço, conforme exigências do Edital.

**10.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

**10.3.** Quando for o caso, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**10.3.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

**10.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**10.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

**10.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**10.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Comissão de Obras e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**10.8.** Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pela Comissão de Obras, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

**10.9.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**10.9.1.** Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação da Comissão de Obras, via sistema.

**10.10.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



**10.11.** Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**10.12.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Comissão de Obras suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**10.13.** Será realizada a consulta Consolidada de Pessoa Jurídica através do portal <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, comprovando que a empresa não foi declarada inidônea ou não se encontra suspensa de licitar ou contratar com a administração pública estadual.

**10.14.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**10.15.** O licitante poderá sofrer sanções caso não apresente a documentação exigida para o certame, nos termos do art. 155, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

## **11. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA**

**11.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**11.1.1.** Valor **unitário/global** do item ou do lote (se for o caso);

**11.1.2.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

**11.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

**11.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

**11.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**11.5.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

**11.6.** No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma da CONCORRÊNCIA, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

## **12. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, na respectiva fase, contendo a Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação, devidamente assinada pelo representante legal (ANEXO VI) a seguir informada:

### **12.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**12.1.1.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

**12.1.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

**12.1.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**12.1.4.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

**12.1.5.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**12.1.6.** No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.476, de 11/04/2023;

**12.1.7.** No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

**12.1.8.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**12.1.9.** Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

**12.1.10.** Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009 (**ANEXO XIII** e **ANEXO XIV**), acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho.

## **12.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

**b)** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**c)** Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

**d)** Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

**e)** Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

g) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica através do portal <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, comprovando que a empresa não foi declarada inidônea ou não se encontra suspensa de licitar ou contratar com a administração pública estadual.

### **12.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA**

**12.3.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor central do Fórum da sede da empresa Licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação quando não determinado no corpo da certidão.

**12.3.1.1** Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem plano de recuperação devidamente homologado pelo Juízo competente, em conformidade com a Orientação Administrativa 02 da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia (Portaria nº 346 de 30 de julho de 2024). A documentação comprobatória deverá ser anexada à proposta, sob pena de inabilitação.

**12.3.2.** Para comprovar a boa situação financeira da LICITANTE, essa deverá apresentar o BALANÇO PATRIMONIAL com demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**12.3.2.1.** Os documentos retromencionados limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**12.3.3.** Com base nos dados constantes no BALANÇO PATRIMONIAL apresentado, a Comissão de Contratação de Obras verificará se a licitante atende aos seguintes requisitos:

- a) A comprovação de boa situação financeira da empresa através dos Índices de Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou maiores a 1,00 (um inteiro);
- b) A licitante deverá comprovar possuir, sob pena de inabilitação, capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo, igual ou superior a **10% (dez por cento)** do valor estimado do edital, ou seja, no mínimo o valor de **R\$ 4.648.858,53 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e três centavos)**.

**12.3.4.** As LICITANTES constituídas no exercício de 2025, para comprovar a sua boa situação financeira, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto da licitação, obedecidas às formalidades e exigências da lei, apresentarão BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, para que a Comissão de Contratação de Obras, possa verificar se a licitante possui:

- a) Capital Social, de no mínimo a **R\$ 4.648.858,53 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e três centavos)**, correspondente a **10% (dez por cento)** do valor estimado para contratação, nos termos do art. 69, § 4º da Lei 14.133/21.

**12.3.5.** É facultada a Comissão de Contratação de Obras usar da prerrogativa da realização de diligência prevista em lei, para fins de aferição dos compromissos assumidos pelo licitante que importem

diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta, em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação, conforme § 3º do art. 69 da Lei 14.133/21.

## **12.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**12.4.1.** Comprovação de registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade para abertura da presente licitação, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR);

**12.4.2.** Apresentação do Acervo Técnico (CAT) do profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica – ART/CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT/CAU, por **Execução de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo com banho diluído (TSD), Drenagem, Obra de Arte Corrente e Sinalização Rodoviária**, com as mesmas características.

**12.4.2.1.** Capacidade Profissional - A licitante deverá, obrigatoriamente, comprovar a disponibilidade de profissionais de nível superior, mediante contrato de prestação de serviços, e apresentar relação dos serviços executados por este profissional, constante do seu Registro/Certidão de inscrição no CREA ou Conselho Profissional competente, em nome do profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante atestados e/ou certidões de capacidade técnica por execução de serviços com as mesmas características do objeto:

- I- Ter executado, a qualquer tempo pelo menos um serviço de **Execução de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo com banho diluído (TSD), Drenagem, Obra de Arte Corrente e Sinalização Rodoviária** com as mesmas características.

**12.4.3.** A comprovação de que o responsável técnico que responderá pela execução do objeto, pertence ao quadro da empresa, deverá ser comprovada através de uma das seguintes formas:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) Certidão do CREA/CAU;
- c) Contrato social;
- d) Contrato de prestação de serviços;
- e) Contrato de Trabalho registrado na DRT;
- f) Termo, através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser a esta adjudicada.

**12.4.4.** Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde **comprove a execução de obra com características semelhante ao objeto da licitação**, para fins de contratação, contendo, no mínimo, a execução dos serviços abaixo relacionados, admitindo-se somatório de atestados sequenciais, mesmo que realizados em períodos distintos:

**Quadro 01 - Quantitativos mínimos para atestados de capacidade técnica**

Item	Especificação	Unidade	Quantidade
1	Aquisição de emulsão RR-2C	t	348,11
2	Base de solo estabilizado granulometricamente sem mistura com material de jazida	m³	19.218,46
3	Hidrossemeadura	m²	175.028,59
4	Sub-base de solo estabilizado granulometricamente sem mistura com material de jazida	m³	19.828,62
5	Tratamento superficial duplo - brita comercial	m²	72.979,13

a) Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do nº da ART e/ou RRT que lhe deu origem ou acompanhado do acervo técnico do profissional, referente ao atestado apresentado.

b) Os atestados e os acervos apresentados pelas empresas deverão ser destacados os itens que comprovarão as exigências.

c) Relação explícita, bem como, declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação, e, ainda, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos (**ANEXO IX** ou a critério da licitante).

d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme preconiza o inciso IV do Art. 63. da Lei nº 14.133/2021.

## **12.5. DA VISITA TÉCNICA**

**12.5.1.** A visita técnica à área do objeto do presente certame é opcional, devendo observar-se a determinação a seguir:

**12.5.1.1.** A empresa que optar por não realizar a visita técnica deverá, obrigatoriamente, apresentar junto a sua documentação de habilitação uma declaração de conhecimento prévio da área de implantação do empreendimento, podendo, referida declaração, ser firmada de acordo com o Instrumento Convocatório. Dessa forma, caso venha ser a vencedora, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento dos locais da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

**12.6.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas;

**12.6.1.** Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 12.6., os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens elencados no item 12 deste Edital, para fins de habilitação.

**12.6.2.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**12.6.3.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.



**12.6.4.** A verificação pelo Presidente, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**12.6.5.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

### **13 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**13.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico COMPRASGOV, na data, horário e local indicados neste Edital.

**13.2.** A Comissão de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

**13.3.** Também será desclassificada a proposta que, através do próprio sistema CompraGov, identifique o licitante. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

**13.4.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**13.5.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**13.6.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**13.7.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**13.8.** O lance deverá ser ofertado pelo valor global proposto.

**13.9.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**13.10.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**13.11.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1% (um por cento)**.

**13.12.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.



**13.13.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado no certame.

**13.14.** Os critérios dos modos de disputa estão estabelecidos no Art. 23 e 24 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

**13.15.** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a Comissão de Obras no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**13.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão de Obras persistir por tempo superior a **00:10 (dez minutos)**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas **24:00 (vinte e quatro horas)** após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**13.17.** Durante a fase de lances não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**13.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EP, conforme determina a Lei Complementar nº. 123/2006, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

**13.19.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**13.20.** Persistindo o empate, será realizado sorteio em sessão pública entre as propostas empatadas.

**13.21.** A sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:

- a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site Sorteador.com.br! (ou outro compatível);
- b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 13.21;
- c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;

**13.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Presidente poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**13.23.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**13.24.** Após a negociação do preço, o Presidente iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **14 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**14.1.** Encerrada a etapa de negociação, a Comissão de Obras examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus documentos complementares.

**14.2.** O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V.

**14.3.** Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado pela Administração.

**14.4.** Para evitar contratações com preços manifestamente inexequíveis na execução dos contratos, serão desclassificadas as propostas ou lances vencedores, cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme § 4º do art. 59 da Lei 14.133 de 2021.

**14.4.1.** A Comissão de Contratação de Obras poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

**14.5.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24:00 (vinte e quatro horas)** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

**14.6.** A Comissão de Obras poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até **24:00 (vinte e quatro horas)**, sob pena de não aceitação da proposta.

**14.7.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Comissão de Obras por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Comissão.

**14.8.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Comissão de Obras, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas,

encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Comissão de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**14.9.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Comissão de Obras examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**14.9.1.** Se tratando de LOTE, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

**14.10.** Havendo necessidade, a Comissão de Obras suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**14.11.** A Comissão de Obras deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**14.12.** Também nas hipóteses em que a Comissão de Obras não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**14.13.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

## **15 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

**15.1.** Para julgamento, será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, observados o valor máximo aceitável para adjudicação, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

**15.2.** A Comissão de Obras anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/ maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Comissão de Contratação acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.

**15.3.** Se a proposta de menor valor/menor vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Comissão de Obras poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

**15.4.** No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

**15.5.** Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

**15.6.** Serão rejeitadas as propostas que:

**15.6.1.** Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

**15.6.2.** Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão da Comissão de Obras.

**15.6.3.** Apresentar preços unitários superiores, quantitativos superiores ou inferiores aos constantes na Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública.

**15.7.** Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

**15.8.** Da sessão, o sistema gerará Termo de Julgamento, no qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

**15.9.** Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

**15.10.** Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

## **16 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)**

**16.1.** Deverá o licitante atualizar a proposta com os descontos ofertados de forma homogênea, **mantendo-se a proporção de desconto para cada item em relação a Planilha Original da Licitação**, a fim de evitar jogo de planilhas.

**16.1.1.** Deverá estar assinada e se possível, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legalmente credenciado e pelo responsável técnico indicado pela empresa com registro atualizado no Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia (CREA), observando o contido na Lei nº 5.194, de 24.12.66 e nas resoluções nº 218/73 e 282/83 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR.

**16.2.** A Planilha Atualizada deverá ser anexada após o término da sessão de lances e deverá estar assinada pelo representante legal da empresa e por seu responsável técnico, contendo os seguintes documentos:

**16.2.1.** Carta endereçada à Comissão de Obras, em papel timbrado da empresa, contendo: nome, endereço, número da Concorrência, conforme modelo (**ANEXO V**), devidamente assinada pelo representante legal da licitante, relacionando ainda, os seguintes itens:

- a) Preço global em valor numérico e por extenso;
- b) Prazo de execução dos serviços;
- c) Prazo de validade da Proposta, que deverá ser de no mínimo de **90 (noventa)** dias.
- d) A empresa deverá indicar, em sua Proposta de Preços, **o Banco, Agência e número da Conta Corrente**, onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso esta seja vencedora deste certame.

**16.2.2.** Planilha Orçamentária baseada nos projetos executivos, especificações e exigências constantes deste Edital, constando:

- a) Unidade, Quantitativos, Preços Unitários, Subtotais e Totais;
- b) Especificação clara dos serviços a serem executados de acordo com a Planilha do órgão requisitante;
- c) Nos preços unitários propostos e apresentados na Planilha Orçamentária pela licitante, deverão estar computados todas as despesas necessárias, inclusive custo de materiais, de transportes, de instalações, depreciações, mão-de-obra, impostos, encargos sociais e trabalhistas, remunerações, etc., que constituirão a única, exclusiva e completa remuneração dos serviços;

- d) Nos itens considerados como verbas globais, poderá, a critério da Comissão de Contratação, e surgindo necessidade, ser solicitado ao licitante, o detalhamento específico do item, para melhor análise;
- e) **Será exigida das proponentes a apresentação:**
- e.1) Todas as composições unitárias de custos de todos os itens;
- e.2) Todos as CPU, deverão ser idênticos ao lançado na Planilha Orçamentária apresentada pela empresa;
- e.3) Composição do BDI: O BDI a ser utilizado não poderá apresentar índice superior àquele praticado pelo DER/RO, que no caso em tela é de **27,86% (vinte e sete vírgula oitenta e seis por cento) para Obra Rodoviária – Médio Porte e 15% (quinze por cento) para aquisição de material betuminoso**, os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo por se constituírem tributos de natureza direta e personalíssima. (ANEXO X ou a critério da licitante).
- f) A exigências contidas na alínea “e.2” deste item não constitui objeto de **DECLASSIFICAÇÃO** de proposta. Havendo erro a licitante será convocada a qualquer tempo para proceder com as correções, sob pena de sanções previstas na Lei nº 14.133/2021. As correções não poderão ensejar alteração no valor original da Proposta.
- g) **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** contendo: distribuição das etapas ou serviços ao longo do prazo de execução, valores da etapa de execução ao longo do tempo, percentuais parciais e percentuais acumulados e acumulado mensal e acumulado geral.
- h) Detalhamento dos Encargos Sociais (ES) (ANEXO XI ou a critério da licitante).

**16.3.** Será concedido um prazo de **até 24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de desclassificação do licitante.

## **17 DO RECURSO**

**17.1.** A Comissão de Obras declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo **00:10 (dez minutos)**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**17.2.** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública desta licitação, implica decadência desse direito, ficando a Comissão de Contratação autorizado a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.

**17.3.** Havendo quem se manifeste, caberá a Comissão de Obras verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**17.3.1.** Nesse momento a Comissão de Obras não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**17.3.2.** A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

**17.4.** A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **03 (três) dias úteis**, com base no art.º 165 da Lei nº 14.133/21, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.



**17.5.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **18 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**18.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **19 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

**19.1.** A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório, por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

**19.2.** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

**19.3.** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

**19.4.** Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **20 DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

**20.1.** Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar o Contrato, que obedecerá ao modelo em documento complementar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após notificação para o recebimento da Ordem de Início dos Serviços;

**20.2.** O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

**20.3.** Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item “20.1”, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o CONTRATANTE, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.

**20.4.** Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até **25 (vinte e cinco) dias úteis** após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até **45 (quarenta e cinco) dias úteis** após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados, conforme exposto no Art. 94, § 3º, da Lei 14.133/21.

## **21 DA GARANTIA CONTRATUAL**

**21.1.** Para assegurar a fiel execução dos compromissos ajustados, a CONTRATADA deverá prestar garantia correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o valor do contrato.



**21.2.** Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia, conforme o art. 96 da Lei nº 14.133/21:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) Seguro-garantia (**ANEXO VII**);
- c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil (**ANEXO VI**).
- d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**21.3.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração

**21.4.** Quando optar por modalidade de Seguro-garantia, o prazo mínimo é fixado em 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade, conforme previsto no art. 96, § 3º da Lei nº 14.133/21.

## **22 DOS PRAZOS**

### **22.1. Prazo de execução dos serviços:**

**22.1.1.** O prazo previsto para execução total dos serviços será de **12 (doze) meses**. Esse prazo será contado a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço pela empresa, a ser emitida pela área gestora do contrato **DER**.

### **22.2. Prazo de início dos serviços:**

**22.2.1.** O prazo máximo para início dos serviços fica fixado em **10 (dez) dias corridos**, após o recebimento pela empresa da Ordem de Serviço emitida pelo **DER**.

### **22.3. Prazo de vigência contratual:**

**22.3.1.** O prazo de vigência do contrato será de **548 (quinhentos e quarenta e oito) dias**, contados a partir da data de assinatura do contrato, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, tendo início e vencimento em dia de expediente.

## **23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**23.1.** São obrigações da contratada além daquelas exigidas em **Lei 14.133/21**:

*“Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:*

*I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;*

*II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;*

*III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;*

*IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;*

*V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;*

*VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.”.*

**23.2.** Constituem obrigações da CONTRATADA também as especificadas nos **ITEM 24 DO PROJETO BÁSICO - ANEXO I deste Edital.**

## **24. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**24.1.** O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art.104 da Lei nº 14.133/2021.

### *“CAPÍTULO IV - DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO*

*Art. 104. O regime jurídico dos contratos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:*

*I - Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;*

*II - Extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;*

*III - Fiscalizar sua execução;*

*IV - Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;*

*V - Ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:*

*a) Risco à prestação de serviços essenciais;*

*b) Necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.*

*§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.*

*§ 2º Na hipótese prevista no inciso I do caput deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.”.*

**24.2.** Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei nº 14.133/2021, as especificadas no **ITEM 25 DO PROJETO BÁSICO - ANEXO I deste Edital.**

## **25. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**25.1.** É permitida a subcontratação parcial, no limite estabelecido de 30% (trinta por cento) do valor do CONTRATO, conforme previsto no **ITEM 12 DO PROJETO BÁSICO - ANEXO I deste Edital.**

## **26. DA GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO**

**26.1.** Conforme art. 117 da Lei nº 14.133/21, a execução do contrato decorrente do presente certame deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, dessa forma, o referido Contrato terá como Gestor, o Gerente de Administração e Finanças, que será assistido e subsidiado por um ou mais Fiscais Administrativos e um Fiscal Técnico, por ele designado, conforme **ITEM 29 DO PROJETO BÁSICO - ANEXO I deste Edital.**

## **27. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**27.1.** O objeto deste Projeto Básico será recebido em conformidade com o **art. 140, da Lei nº 14.133/21**, descrito nos **SUBITEM 7.6 DO PROJETO BÁSICO - ANEXO I deste Edital.**

## **28. DO PAGAMENTO E MEDIÇÕES**

**28.1.** O pagamento, decorrente da prestação dos serviços, objeto deste Projeto Básico será efetuado conforme disposto no **ITEM 21 DO PROJETO BÁSICO - ANEXO I deste Edital.**

## **29. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**29.1.** Ficam aquelas estabelecidas no **ITEM 26** e seus subitens do **PROJETO BÁSICO - ANEXO I deste Edital**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

## **30. DO REAJUSTAMENTO**

**30.1.** Ficam aquelas estabelecidas no **ITEM 30** e seus subitens do **PROJETO BÁSICO - ANEXO I deste Edital**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

## **31. DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS**

**31.1.** Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

**I - Unilateralmente pela Administração:**

- a)** Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b)** Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos em lei;
- c)** As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação;

**II - Por acordo entre as partes:**

- a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
- d.1) Será aplicada às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

**31.2.** Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

**31.3.** O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **32. DO CANCELAMENTO DO CONTRATO**

**32.1.** O fornecedor terá seu contrato cancelado quando:

**32.1.1.** Descumprir as condições do contrato;

**32.1.2.** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**32.1.2.1.** O cancelamento do contrato, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

## **33. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**33.1.** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

**33.2.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**33.3.** Homologada a licitação o adjudicatário receberá a Ordem de Serviços para o início da obra.

- 33.4.** Caso o adjudicatário não preste o serviço ou forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada à ordem de classificação, para execução do serviço.
- 33.5.** É facultado a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou a AUTORIDADE COMPETENTE, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 33.6.** Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.
- 33.7.** Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas
- 33.8.** Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.
- 33.9.** Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/2021, no artigo 138.
- 33.10.** Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.
- 33.11.** A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 33.12.** É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão da licitação.
- 33.13.** O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus documentos complementares, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.
- 33.14.** No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus documentos complementares, prevalecerão as disposições do primeiro.
- 33.15.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus documentos complementares, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 33.16.** Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo.
- 33.17.** É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas no Capítulo II-B – DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

**33.18.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**33.19.** O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.

## **34. ANEXOS**

**34.1.** Integram esta Concorrência, os seguintes anexos:

<b>ANEXOS</b>	
<b>ANEXO I</b>	<b>PROEJTO BÁSICO</b>
<b>ANEXO II</b>	<b>PLANILHA ORÇAMENTÁRIA</b>
<b>ANEXO III</b>	<b>CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO</b>
<b>ANEXO IV</b>	<b>CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)</b>
<b>ANEXO V</b>	<b>CARTA FIANÇA (MODELO)</b>
<b>ANEXO VI</b>	<b>SEGURO GARANTIA (MODELO)</b>
<b>ANEXO VII</b>	<b>CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (MODELO).</b>
<b>ANEXO VIII</b>	<b>RELAÇÃO E DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE (MODELO).</b>
<b>ANEXO IX</b>	<b>COMPOSIÇÃO DO BDI OBRA E SERVIÇOS (MODELO).</b>
<b>ANEXO X</b>	<b>PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS. (MODELO)</b>
<b>ANEXO XI</b>	<b>MINUTA DE CONTRATO</b>
<b>ANEXO XII</b>	<b>DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PRESAS OU EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL</b>
<b>ANEXO XIII</b>	<b>DECLARAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, EM REGIME SEMIABERTO OU EGRESSAS APTAS AO TRABALHO</b>
<b>ANEXO XIV</b>	<b>MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA</b>
<b>ANEXO XV</b>	<b>MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA - PLENO CONHECIMENTO</b>
<b>ANEXO XVI</b>	<b>MATRIZ DE RISCOS</b>

Porto Velho/RO, 14 de novembro de 2025.

**JOHNNESCLEY ANES DE MORAIS**

Presidente em Substituição da Comissão de Obras - COOBR/SUPEL/RO



**ANEXO I**

**PPROJETO BÁSICO**

**IDENTIFICAÇÃO**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transporte de Rondônia | DER-RO

**SETOR REQUISITANTE:** Coordenadoria de Projeto e Planejamento e Orçamento de Obras | DER-CPPOO

**DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL**

O presente Projeto Básico fora elaborado com base no [Estudo Técnico Preliminar 6](#) devidamente aprovado através da Certidão 10 ([0060519377](#)), nos termos da [Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021](#), bem como o Decreto Estadual n.º 28.874 de 25 de janeiro de 2024, e demais legislações vigentes inerentes ao objeto em tela, assim definindo o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório, em conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

O presente [Estudo Técnico Preliminar 6](#), é apresentado em conformidade com as diretrizes e conteúdo exigido no § 1º do caput do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Art. 32 do Decreto Estadual n.º 28.874 de 25 de janeiro de 2024, bem como com o documento [Solicitação de Compras/ Contratação de Serviços](#).

**DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada em engenharia para Execução de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo com banho diluído (TSD), Drenagem, Obra de Arte Corrente e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-010; trecho: Estaca 136+0,00 (Urupá) – Estaca 2284+0,00 Rua Amapá (Mirante da Serra), segmento: Estaca 136+0,00 a Estaca 1200+0,00, com extensão de 21,28 km, referente ao Lote 01 (de um total de 02 Lotes), sob a coordenação do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO, segundo as condições e especificações previstas neste Projeto Básico por meio de licitação na modalidade Concorrência.

**DEFINIÇÕES E INFORMAÇÕES ESSENCIAIS**

Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO.

Rodovia: RO-010.

Trecho: Estaca 136+0,00 (Urupá) – Estaca 2284+0,00 Rua Amapá (Mirante da Serra)

Segmento: Estaca 136+0,00 à Estaca 1200+0,00

Localização: Conforme mapa de situação ([0038119230](#)), pág. 09

Extensão: 21,28 km.

Modalidade de Licitação: Concorrência.

Orçamento estimado: **R\$ 46.488.585,33 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta e três centavos)**

Referência de Preços: SICRO – Mês base **Janeiro/2025 - Rondônia**.

Benefícios e Despesas Indiretas - BDI: 27,86%, SEM DESONERAÇÃO ([0059914746](#))

Benefícios e Despesas Indiretas - BDI Diferenciado 15% SEM DESONERAÇÃO, Adendo BDI DIFERENCIADO PARA INSUMOS ASFALTICOS ([0059914746](#))

### DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, QUANTITATIVOS

O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, se dará por meio de licitação, na modalidade de Concorrência, conforme preceitua a Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021, em seu Art. 6º, inciso XXXVIII.

As obras serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

A prática de execução deverá obedecer às Normas Técnicas Vigentes, Especificações Técnicas do DER/RO e prescrições dos Manuais de Manutenção do DNIT, bem como eventuais alterações especificadas no Edital.

O orçamento estimado para **365 (trezentos e sessenta e cinco)** dias previsto na Execução de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo com banho diluído (TSD), Drenagem, Obra de Arte Corrente e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-010, com extensão de 21,28 km, referente ao Lote 01 encontra-se no Cronograma Físico Financeiro ([0060091505](#) - página 221). A licitante vencedora o usará como base para formulação de sua proposta.

A tabela a seguir contém as informações essenciais:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR VOTAL
1	Execução de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo com banho diluído (TSD), Drenagem, Obra de Arte Corrente e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-010; trecho: Estaca 136+0,00 (Urupá) – Estaca 2284+0,00 Rua Amapá (Mirante da Serra), segmento: Estaca 136+0,00 a Estaca 1200+0,00, com extensão de 21,28 km, referente ao Lote 01	Serviço	1,00	<b>R\$ 46.488.585,33</b>	<b>R\$ 46.488.585,33</b>

### DA NATUREZA DO OBJETO

A classificação do objeto deste Projeto Básico dá-se como **OBRA** em referência ao enunciado no Art.º6, Inc. XII:

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

Acrescentando ao enunciado acima vejamos o que disserta Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União:

"Obra é toda e qualquer criação material nova ou incorporação de coisa nova à estrutura já existente."

Desse modo verifica-se que a classificação realizada é evidenciada pela inovação do espaço físico e sua alteração nas características originais do bem imóvel, logo mudando de "Estrada" para "Rodovia" conforme descrito no Art. 60, Inc. II do Código de Trânsito Brasileiro - CTB e Anexo I - Dos Conceitos e Definições:

Art. 60. As vias abertas à circulação, de acordo com sua utilização, classificam-se em:

II - vias rurais:

a) rodovias;

b) estradas.

ANEXO I - Dos conceitos e definições

ESTRADA - via rural não pavimentada

RODOVIA - via rural pavimentada.

Vale dispor que a classificação como obra especial foi dissertada pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas - IBRAOP em sua Nota Técnica IBR 001/2021, capítulo 5:

As obras especiais de engenharia são aquelas obras de alta complexidade, quase sempre de grande porte e elevado risco, para as quais é preciso estabelecer com maior cuidado as especificações técnicas, os memoriais descritivos dos serviços e os respectivos padrões de qualidade desejados pela Administração. São aquelas cujos materiais, equipamentos e métodos construtivos costumam ser de domínio restrito no mercado ou apresentam elevado nível de inovação tecnológica, para as quais exista um menor número de potenciais fornecedores e executores (empresas e profissionais) no mercado local ou regional.

A NT IBR 001/2021, entende que as obras especiais são aquelas que apresentam alta complexidade técnica, maior porte, e envolvem riscos significativos na sua execução. Essas obras podem requerer o uso de tecnologias avançadas ou soluções não usuais no mercado, tornando-as menos acessíveis para a maioria das empresas. E ainda, informa que as obras especiais de engenharia são notadamente as (i) de elevada complexidade, (ii) grande vulto (materialidade do valor estimado), (iii) que podem empregar tecnologias de domínio restrito no mercado, (iv) com poucas empresas aptas a executar o objeto.

Em geral, a execução de uma obra especial exige uma qualificação técnica específica e o acompanhamento contínuo de profissionais altamente especializados. Garantindo que todos os detalhes técnicos sejam previstos com precisão para mitigar riscos e assegurar a qualidade dos resultados.

Portanto, baseado nas informações supracitadas, justifica-se o enquadramento deste objeto como sendo obra especial de engenharia, por inovar e mudar a classificação da via rural, alterando características e incorporando novos produtos, por possuir complexidade técnica, com influência de estudo do subsolo e clima, exigindo-se métodos e tecnologias restritas, existindo poucas empresas qualificadas para a execução do objeto no mercado local/regional. Baseado na experiência deste departamento, entende-se que essa seja a opção para uma decisão que atenda ao princípio da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

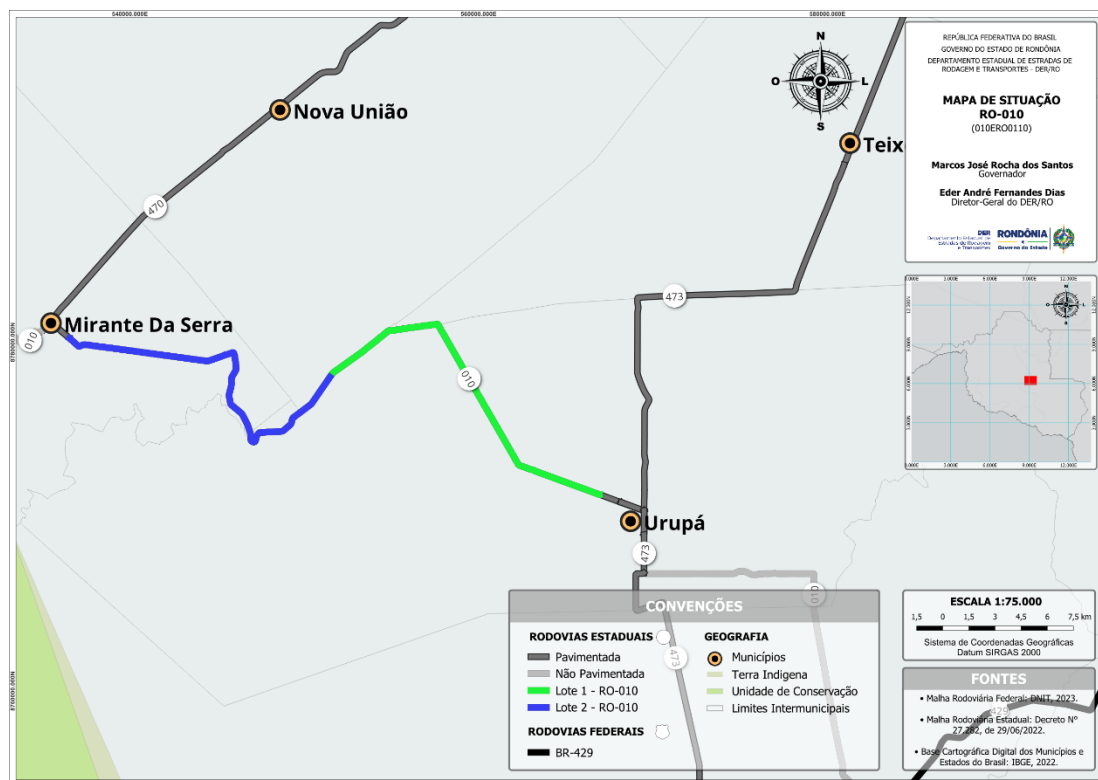
Os serviços de Construção relacionados a Execução de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo com banho diluído (TSD), Drenagem, Obra de Arte Corrente e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-010; trecho: Estaca 136+0,00 (Urupá) – Estaca 2284+0,00 Rua Amapá (Mirante da Serra), segmento: Estaca 136+0,00 a Estaca 1200+0,00, compreendem as seguintes atividades:

**Serviços Preliminares;**

**Terraplenagem;**

**Pavimentação;**  
**Aquisição de Materiais Betuminosos;**  
**Transporte de Materiais Betuminosos;**  
**Obras de Arte Correntes (OAC);**  
**Drenagem;**  
**Sinalização;**  
**Obras Complementares;**  
**Controle e Recuperação Ambiental.**

Figura 01 - Mapa de Localização



Fonte: Gerencia de Planejamento e Projeto (GPP/CPPOO)

Para a execução dos serviços, a Contratada deverá atender às exigências contidas no Projeto Executivo de Engenharia elaborado pela empresa **CONVEXA - PROJETOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**, também detentora do CONTRATO Nº 051/2021/FITHA-RO para serviços de Revisão, Adequação e Atualização de Projeto Executivo de Engenharia e PCA, da rodovia em questão, de acordo com a nova tabela de custos do DER/RO.

A prática de execução deverá obedecer às Normas Técnicas Vigentes, Especificações Técnicas do DER/RO e prescrições dos Manuais de Manutenção do DNIT, bem como eventuais alterações especificadas no presente Edital.

As principais obrigações a serem atendidas pela empresa para a execução do objeto estão previstas neste Projeto Básico e no Edital de Licitação.

## FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Governo do Estado de Rondônia, por meio do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO, possui a obrigação legal de promover a expansão e zelar pelas rodovias do Estado, consideradas bens públicos por determinação legal (Lei nº 10.406/02 - Código Civil), além

da Lei de Responsabilidade Fiscal atribuir ao administrador público a obrigação de conservá-los e/ou preservá-los.

A Lei Complementar nº 965/2017 estabeleceu no art.98, alterada pela LC nº 1.118/2021, que a finalidade do DER tem por promover, administrar, supervisionar e fiscalizar as obras rodoviárias e os transportes do Estado de Rondônia, competindo-lhe:

I - elaborar, executar e fiscalizar todos os serviços técnicos e administrativos concernentes a estudos, projetos, especificações, orçamentos, locação, construção, reconstrução e melhoramento das estradas de rodagem estaduais, inclusive pontes e demais obras de arte especial;

[...]

Visando ainda garantir o exposto no art. 1º da Lei nº 9.503, de 23/09/1997, vejamos:

“§ 2º O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.”

O Departamento Estadual de Estradas de Rodagens e Transportes - DER/RO definiu a **Execução de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo com banho diluído (TSD), Drenagem, Obra de Arte Corrente e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-010; trecho: Estaca 136+0,00 (Urupá) – Estaca 2284+0,00 Rua Amapá (Mirante da Serra), segmento: Estaca 136+0,00 a Estaca 1200+0,00, com extensão de 21,28 km, referente ao Lote 01 (de um total de 02 Lotes)** uma vez que o trecho em questão possui uma demanda de tráfego significativa para os padrões de rodovia nas condições existentes, necessitando sobremaneira de investimentos para implantar uma mudança nas características estruturais, face ao volume de tráfego. Os recursos necessários à manutenção desta rodovia que se encontra implantada em revestimento primário, justificam-se com a sua construção em revestimento asfáltico tipo TSD. Os serviços são necessários onde estão previstos mudanças de classe da rodovia e das características técnicas superiores que irão incrementar melhorias nas condições presentes da via.

Neste contexto, o DER, como órgão executivo da Política Estadual de Estradas e Transportes do Estado, deve utilizar técnicas modernas e procedimentos racionais e otimizados para a expansão de sua infraestrutura rodoviária, bem como garantir a preservação ambiental e maior vida útil às obras já executadas, visando proporcionar um transporte mais eficiente, sustentável, seguro e confortável aos usuários das rodovias rondonienses.

E com o intuito de melhorar a trafegabilidade das rodovias estaduais, bem como de trazer maior segurança e conforto aos usuários, o DER/RO verificou a necessidade de contratação de empresa especializada de engenharia para a Execução da Pavimentação Asfáltica, na rodovia RO-010, trecho: Urupá/Mirante da Serra, com extensão aproximada de 21,28 km.

Neste contexto, a Administração Pública não pode se desvencilhar dos princípios que regem a sua atuação, principalmente no campo das contratações públicas, onde se deve buscar sempre a satisfação do interesse coletivo, obedecendo aos princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 5º da lei 14.133/21.

Desta forma, o Governo do Estado de Rondônia através do Departamento de Estradas de Rodagens e Transportes – DER-RO buscando a necessidade de investimentos na melhoria da Infraestrutura Rodoviária de Rondônia, como parte do processo de desenvolvimento do Estado, destaca neste processo o segmento rodoviário da rodovia RO-010, Trecho: Entr.RO-473(Urupá) - Entr. RO-470(Mirante da Serra).

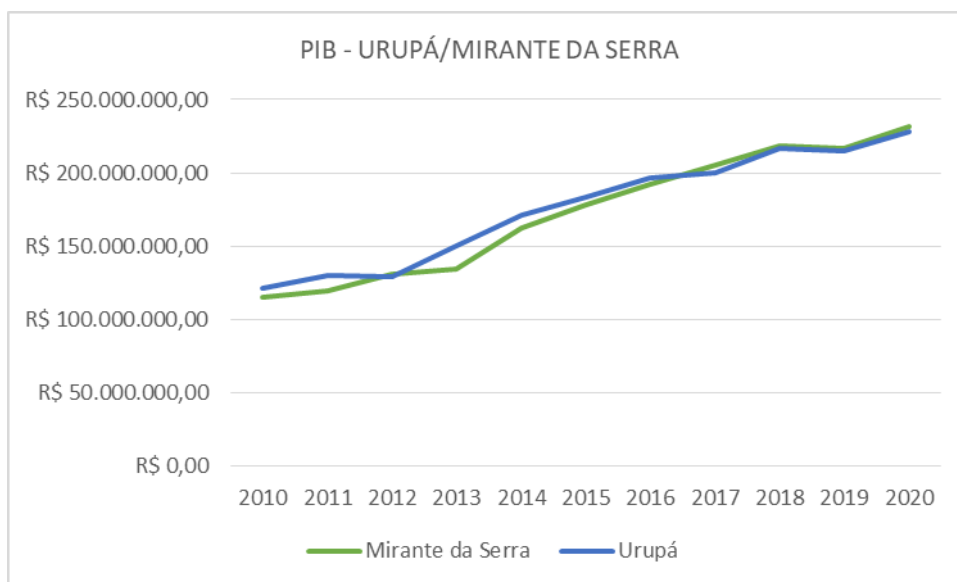
O referido trecho é uma importante ligação entre a cidade de Urupá e Mirante da Serra, propiciando um segmento catalisador das atividades econômicas da região que está em plena expansão, principalmente no setor do agronegócio e pecuária. Este trecho possui uma demanda de tráfego significativa para os padrões de rodovia nas condições existentes, necessitando sobremaneira de



investimentos para implantar uma mudança das características geométricas e estruturais, face ao volume de tráfego.

A pavimentação da rodovia em comento decorre ainda da necessidade do aumento de capacidade de escoamento de produção da região, visando melhorar as condições de trafegabilidade, o aumento da velocidade de tráfego e de melhorias nas condições de segurança de veículos e pedestres. Também visa atender as reivindicações da comunidade local no que se refere a melhoria das condições de trafegabilidade, escoamento da produção agrícola e agropecuária, além de estruturar a malha viária do Estado de Rondônia.

É oportuno explicar que a qualidade e a infraestrutura da rodovia utilizada para o escoamento da produção e de pessoas têm uma relação direta com o crescimento do PIB de um município. Uma boa rodovia facilita o acesso a mercados, reduz custos logísticos, atrai investimentos, promove o turismo e fortalece a integração regional, contribuindo para o desenvolvimento econômico e o crescimento do PIB local. Desta forma, podemos verificar que do ano de 2010 a 2020, conforme se vê no gráfico abaixo, o PIB de Mirante da Serra aumentou de R\$ 0,11 bilhões para R\$ 0,23 bilhões, enquanto Urupá passou de R\$ 0,12 bilhões para R\$ 0,22 bilhões, juntos, aumentaram 94,51% do PIB.



Fonte: IBGE

A rodovia RO-010, no referido trecho, encontra-se implantada em revestimento primário e precárias condições de tráfego, haja vista a situação da superfície de rolamento, da inexistência de drenagem superficial, insuficiência de obras de artes correntes e espessura da camada do revestimento primário. Verifica-se que no período chuvoso a rodovia se torna intransitável, o que determina o urgente melhoramento com a pavimentação e os serviços complementares. Diante disso, é inevitável a ocorrência de transtornos para os usuários da rodovia.

A pavimentação asfáltica deste segmento rodoviário, está inserida no Sistema Rodoviário do Estado de Rondônia- SRE, como rodovia transversal, tendo sua diretriz interligando municípios entre o sul e sudeste do Estado de Rondônia por vias internas o que irá proporcionar melhores condições de trafegabilidade e outra alternativa o acesso às atividades econômicas da região, principalmente no agronegócio e pecuária.

De maneira geral, conclui-se que os investimentos propostos beneficiarão aquela região. Verifica-se, portanto, a otimização de recursos e a oferta de melhor infraestrutura de acesso, propiciando melhores condições de permanência da população na área rural, visto que a economia da região está baseada na produção agropecuária. Estes fatos permitem o estabelecimento de um processo equilibrado e sustentável da produção no campo e da industrialização nos centros urbanos, induzindo o maior desenvolvimento tecnológico na região.



Dessa forma, evidencia-se que tais investimentos terão importante função social e econômica e consolidarão a infraestrutura de transporte da região, fundamental para o acesso e o escoamento da produção da grande maioria dos produtores locais (minifúndios, pequenas e médias propriedades), promovendo melhor competitividade destes no mercado.

Por fim, visando resguardar o princípio da indisponibilidade do interesse público em que esta Autarquia detém o poder-dever de agir em assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários da rodovia estadual RO-010 na Região do Central do Estado de Rondônia, se torna imprescindível que o DER tenha sua atuação de modo a optar pela solução que outorgue maior alcance e efetividade visando atender ao interesse público, ou seja, a contratação de empresa especializada de engenharia para a execução da pavimentação asfáltica do trecho em questão.

### **JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Conforme enuncia no Art. 18 § 2º da Lei de Licitações 14.133/2021, dispomos sobre o o parcelamento ou não da contratação em consonância com o que disserta o Art. 47, da Lei 14.133/2021:

#### **Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:**

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

**II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.**

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em observação ao Art. 47, Inc. II, o objeto deste Projeto Básico, forma um conjunto harmônico equivalente a 43km de pavimentação da RO-010, conforme expresso no projeto Básico de contratação de projeto [0009.558309/2019-22](#), agora segmentado em 02 lotes no qual este primeiro com extensão de 21,28km é aquele que já se encontra apto ao processo licitatório de execução dos serviços, não sendo viável novo parcelamento.

A divisão do objeto em itens ou lotes é um instrumento legal que visa a propiciar ampliação à competição e assim permitir que um número maior de interessados possa disputar o contrato ampliando a competitividade, o que também contribui para alcançar preços mais vantajosos.

### **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:**

O prazo previsto para execução total dos serviços será de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**. Esse prazo será contado a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço pela empresa, conforme os prazos das etapas previstos no Cronograma Físico-Financeiro que constitui parte integrante do Projeto Executivo.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115 da Lei 14.133/2021.

Em caso de paralisação da execução dos serviços, por mais de um mês a Administração deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada no local da execução dos serviços de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de paralisação dos serviços, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução, conforme §§ 6º e 7º do art. 115 da Lei 14.133/2021.

Para a execução dos serviços, a Contratada deverá atender às exigências contidas no **Projeto Executivo de Engenharia** e seus Anexos, bem como as especificações técnicas e a relação de equipamentos mínimos, devendo utilizar as placas de sinalização e advertência durante toda a obra.

### **PRAZO DE VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIAS:**

Esse período antecederá à expedição da ordem de serviço, sendo contados da publicação do contrato, para verificação de pendências liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução, e ocorrerá da seguintes forma:

A contratante terá até 10 (dez) dias úteis para a verificação de pendências; e

A contratada terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fornecer orientações quanto as pendências.

### **DOS PRAZOS PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS:**

Os prazos de execução dos serviços deverão ser aqueles estabelecidos no cronograma físico proposto pelo licitante e em consonância com as metas definidas no Cronograma Físico-Financeiro.

A expedição da “Ordem de Serviço Inicial” somente se efetivará após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado. A autoridade competente do DER/RO expedirá a “ordem de serviço inicial” dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da publicação.

O prazo de início dos serviços será de 10 (dez) dias consecutivos, a contar do recebimento da ordem de serviço.

A Contratada deverá entregar em até 20 (vinte) dias a partir da ordem de serviço, plano de trabalho, contendo todos os estudos necessários, detalhando todas as soluções propostas, as técnicas e metodologias diferenciadas a serem aplicados na concepção, a fim de análise e aprovação pelo DER/RO, ou solicitação de adequações necessárias.

**Das prorrogações:** A prorrogação dos prazos de execução e da vigência do contrato serão precedidas da solicitação e correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

### **LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O objeto contratual deverá ser executado no local definido no item DEFINIÇÕES E INFORMAÇÕES ESSENCIAIS no presente Projeto Básico.

### **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

O Cronograma Físico-Financeiro é parte integrante deste Projeto Básico, sendo que ele representa as quantidades de serviços a serem executados fielmente pela contratada e é o elemento básico de controle dos serviços como também elemento de referência para medição e pagamento. Com base nesse cronograma de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da assinatura do contrato ou de outro documento hábil.

### **DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais engenheiros do DER/RO, nomeada pelo Diretor-Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e no Artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/21.

**Do recebimento provisório:** O recebimento provisório dos serviços deverá ser realizado mediante termo detalhado, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, dentro do

prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação da Contratada quanto à conclusão dos trabalhos, conforme o disposto no Art. 140, inciso I, alínea “a” da Lei Federal nº 14.133/2021.

O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 24, VII Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 23, X Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

**Do recebimento definitivo:** O recebimento definitivo dos serviços deverá ser realizado mediante termo detalhado, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme o disposto no Art. 140, inciso I, alínea “b” da Lei Federal nº 14.133/2021. O recebimento definitivo das obras e serviços será feito mediante as seguintes condições:

Até 90 (noventa) dias corridos, a contar da lavratura do termo do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

Por Comissão designada pela Contratante, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, comprovando-se a adequação do objeto aos prazos contratuais;

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

Caso sejam constatados itens do Contrato que não tenham sido cumpridos satisfatoriamente, a Comissão de Fiscalização emitirá um Laudo de Vistoria, no qual constarão as exigências e prazo para sua execução.

A Contratada deverá entregar a obra em perfeitas condições de uso e funcionamento, o DER/RO poderá exigir os reparos e substituições convenientes, consignando-se os motivos.

Com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, fica estabelecido, a partir da data de sua emissão, o compromisso da Contratada com o cumprimento do prazo de 05 (cinco) anos, mencionados no [artigo 618 do Código Civil](#).

O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem prejuízo da vida útil de projeto de cada estrutura.

## **PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO.**

Os procedimentos de que permeiam a transição e finalização de um contrato referem-se às etapas e ações necessárias para concluir ou encerrar formalmente um contrato de maneira adequada, garantindo que todas as obrigações sejam cumpridas, as partes envolvidas estejam cientes de suas responsabilidades e o processo seja realizado de maneira eficiente e dentro dos prazos estabelecidos.

Esses procedimentos geralmente envolvem as seguintes etapas:

### **Procedimentos de Transição:**

**Continuidade da Gestão:** Consiste em planejar a continuidade dos ritos processuais durante a transição, que culmina com a expiração da vigência do contrato, onde finda a responsabilidade da figura de gestor do contrato, a qual se transfere para a fiscalização com apoio da gerência de contratos e fiscalização, conforme descrito no item VII, para que não haja interrupção ou perda de desempenho do objeto contratado;

**Penalidades:** Em caso de surgimento de ocorrências patológicas, devidamente constatadas como de responsabilidade da empresa executora, e caso esta se negue a realizar a mitigação do fato gerador, uma vez findado todas as tentativas de forma administrativa, deverá ser instaurado processo de apuração de penalidades, de forma a trazer aos autos o conhecimento da magnitude financeira do dano ocorrido, sem prejuízo de multa e juros, e acionar judicialmente a empresa executora para ressarcimento ao erário estadual do dano causado.

### **Procedimentos de Finalização:**

**Cumprimento das Obrigações:** Verificar se todas as obrigações contratuais foram cumpridas por ambas as partes, incluindo pagamentos, entrega de produtos ou serviços, entre outros;

**Liquidar Pendências:** Resolver quaisquer pendências ou ajustes financeiros, como faturas ou taxas não pagas, indenizações ou glosas a serem retidas;

**Assinatura de Aditivos ou Termos de Encerramento:** Se necessário, formalizar a finalização com a assinatura de um termo de encerramento, declarando que todas as obrigações foram cumpridas e o contrato está finalizado passando a iniciar o prazo de garantia quinquenal conforme item V;

**Documentação Final:** Criar e arquivar a documentação necessária que comprove a conclusão do contrato (a exemplo dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo) e o cumprimento das cláusulas acordadas;

**Desmobilização de Recursos Financeiros:** Realocação de recursos financeiros que estavam alocados ao contrato, como equipes, equipamentos, materiais, recursos financeiros, etc.;

**Análise de Resultados e Lições Aprendidas:** Revisar o desempenho do contrato, avaliar os resultados alcançados e extrair lições que possam ser aplicadas em contratos futuros.

**Emissão de TRP - Termo de Recebimento Provisório** pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme descrito na alínea d) do item II.

**Emissão de TRD - Termo de Recebimento Definitivo** por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme descrito na alínea d) do item II.

**Início do acompanhamento da garantia quinquenal**, que inicia contagem a partir da data de finalização do prazo de execução do objeto contratado.

**Incorporação do objeto do contrato ao patrimônio público** pelo setor responsável.

Após finalização do prazo da vigência contratual, como ato final do gestor do contrato, os autos deverão ser encaminhados para a gerência de contratos, GCF, e coordenadoria responsável, CPPOO, de forma a evidenciar a finalização da responsabilidade da figura do gestor do contrato, onde a partir desta data, cabe à fiscalização realizar as vistorias anuais, a fim de acompanhar a garantia quinquenal do objeto, a qual finda no último dia do quinto ano, contado a partir da finalização do prazo de execução do objeto. Desta feita, os acompanhamentos e possíveis notificações a serem emitidas conforme demanda da fiscalização, ficam sob a tutela da Gerência de Contratos e Fiscalização, GCF, de forma a manter o elo de comunicação entre a autarquia, DER e a empresa executora até que se finde o prazo da garantia quinquenal.

Esses procedimentos são essenciais para garantir que o contrato seja encerrado de maneira ordenada e legalmente válida, minimizando riscos para ambas as partes envolvidas.

## **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução para o objeto em questão é a contratação de empresa especializada de engenharia para **Execução de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo com banho diluído (TSD), Drenagem, Obra de Arte Corrente e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-010; trecho: Estaca 136+0,00 (Urupá) – Estaca 2284+0,00 Rua Amapá (Mirante da Serra), segmento: Estaca 136+0,00 a Estaca 1200+0,00, com extensão de 21,28 km**, referente ao Lote 01 (de um total



de 02 Lotes), através de Concorrência. Para a execução serão utilizadas as peças técnicas constantes neste processo.

**Finalidade da Obra:** Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários da rodovia estadual RO-010, bem como fomentar o desenvolvimento econômico local e criar mecanismo de continuação da alavancagem do PIB da região.

**Benefícios Diretos e Indiretos:** Melhorias nas condições de trafegabilidade durante todo o ano, rapidez no escoamento da produção agropecuária evitando prejudicar a economia da região e garantir que os usuários da rodovia se desloquem com segurança, e tenham acesso a serviços básicos de saúde, educação, entre outros.

**Da manutenção e assistência técnica:** Conforme art. 618 do Código Civil a Contratada responderá pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem prejuízo da vida útil de projeto de cada estrutura. Bem como atender as condicionantes descritas nas condições de recebimento abaixo, em especial realizar os reparos e substituições convenientes apontados pela fiscalização, para entregar a obra em perfeitas condições de uso e funcionamento.

Para tal, a empresa contratada deverá dispor de todos os recursos necessários e adequados para a execução das obras previstas no Projeto Executivo disponibilizado, contemplando as seguintes disciplinas:

1. Serviços Preliminares
2. Serviços de Terraplenagem
3. Serviços de Pavimentação
4. Aquisição e Transporte de Materiais Betuminosos
5. Serviços de Obra de Arte Correntes
6. Serviços de Drenagem
7. Serviços de Sinalização Horizontal/Vertical
8. Serviços de Obras Complementares
9. Serviços de Componente Ambiental/ controle e recuperação

Mais informações sobre a descrição da solução adotada para o empreendimento estão disponíveis nos CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E PARÂMETROS DE DESEMPENHO.

### **CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E PARÂMETROS DE DESEMPENHO - OBRAS**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

A aceitabilidade da obra deverá ser avaliada pela fiscalização conforme os grupos estipulados no Adendo Orçamento Completo Atualizado - janeiro - 2025 ([0060091505](#)) e estará condicionada a correta execução do projeto de engenharia, ao acompanhamento e atestação dos serviços pela fiscalização aos relatórios de controle da qualidade, que contenham os resultados dos ensaios devidamente interpretados, caracterizando a qualidade dos serviços executados e o atendimento aos requisitos impostos pelas normas vigentes da ABNT e do DNIT.

O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais engenheiros do DER/RO, nomeada pelo Diretor-Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e no Artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/21.

A execução da obra deverá ser levada a cabo em tantas frentes de serviços quantas forem necessárias a fim de que o empreendimento seja concluído no prazo programado.



A sistemática a ser empregada no preparo das áreas das obras deverá seguir fielmente ao Projeto Executivo, devidamente aprovado pelo DER/RO.

Para evitar a perda de serviços e seu posterior retrabalho, em função da não conclusão/proteção de etapas prontas, a CONTRATADA deverá elaborar plano de ataque tecnicamente viável e coerente frente as etapas previstas e histórico climático da região, que limite a defasagem executiva entre as etapas numa mesma frente de serviço, em moldes aceitáveis para este tipo de empreendimento. Este plano de ataque, previamente aprovado pelo DER/RO, deverá ser seguido até o final do contrato. Quaisquer ajustes deverão ser comunicados em tempo hábil, e somente serão efetuados após aprovação pelo órgão.

Este plano deverá considerar a manutenção do fluxo local de veículos e pedestres, com total segurança, bem como a mitigação dos transtornos as atividades econômicas instaladas na região.

Durante a execução da obra, a CONTRATADA deverá levar em consideração os seguintes aspectos: qualidade dos serviços, inclusive obediência ao Projeto Executivo e aos dispositivos contratuais; cumprimento de prazos, metas contratuais e cronograma físico-financeiro; proteção ao meio ambiente; solução de problemas construtivos surgidos, com anuência do DER/RO ; execução de ensaios tecnológicos e de controle geométrico.

Cumprir observar que compõe **Critério de Aceitabilidade** geral, para a obra como um todo e abrangendo todas as famílias de serviços, os seguintes item:

Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras, com referencia a Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA;

Execução de ensaios/controles tecnológicos e do controle geométrico.

## **TRANSPORTE DE FUNCIONARIOS**

O transporte de pessoal até o local dos serviços será de exclusiva responsabilidade da contratada, devendo atender à legislação de trânsito vigente, inclusive quanto à obtenção de licença para transporte de pessoal junto ao(s) órgão(s) rodoviário(s) competente(s).

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO**

Os funcionários deverão trabalhar devidamente uniformizados na cor laranja, com identificação visível da contratada;

Os funcionários deverão trabalhar munidos dos equipamentos de proteção individual necessários e em acordo com as Normas de Segurança do Trabalho nacionais vigentes.

A contratada assume o compromisso de substituir do local dos serviços, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos da notificação formal do DER/RO, qualquer funcionário que se revelar negligente, não habilitado ou que demonstre comportamento inadequado.

Os custos referentes a elaboração do plano de saúde e segurança do trabalho, treinamentos, aquisição de equipamentos de proteção individual e vestimentas, bem como do monitoramento, deverão ser considerados pelas licitantes na sua proposta, por fazerem parte da Administração Local da Obra.

A contratada responderá diretamente por todos os danos e prejuízos causados a terceiros e ao DER/RO, por qualquer irregularidade praticada na execução dos serviços contratados, seja por ação, omissão ou negligência.

Todas as questões trabalhistas, reclamações, demandas judiciais e indenizações oriundas de danos causados pela contratada, serão de sua única e inteira responsabilidade.

A contratada deverá elaborar e apresentar o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO). Os custos referentes a elaboração dos programas e a sua implementação, bem como do monitoramento do seu

cumprimento, deverão ser considerados pelas licitantes na sua proposta, por fazerem parte da Administração Local da Obra.

## **EXECUÇÃO DE LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS**

### **Escopo do Serviço**

O objetivo desta especificação técnica é o de estabelecer as condições mínimas a serem observadas no desenvolvimento de serviços topográficos, tendo por campo de aplicação a execução de obras viárias, tais como os serviços de terraplenagem e pavimentação.

Nenhum destes serviços poderá ser iniciado sem a prévia marcação do eixo e off sets pela equipe de topografia devidamente habilitada para tal serviço.

### **Procedimentos Executivos**

O procedimento para execução estão presente no item 4.2, pág. 16 a 144 do Projeto Volume 3 - Memória Justificativa 1-271 ([0038129875](#)), além dos processos executivos indicados abaixo.

Locação do Eixo - a implantação do projeto geométrico inicia-se com a locação do eixo a partir dos marcos de apoio. Esse eixo é definido, estaqueado e referenciado com coordenadas X, Y e Z no projeto e através destas coordenadas materializar-se-á o eixo de acordo com o estaqueamento de projeto, respeitando os trechos de tangente e em curvas. Esta materialização será feita usando piquete e estaca de madeira. O piquete é cravado até o nível do terreno e a estaca é fixada ao lado do piquete servindo de testemunho, neste será identificado o número da estaca.

- **Trecho em Tangente:**

A locação será feita por estaqueamento. Uma estaca corresponde a vinte metros. Quando essa distância não for inteira, adicionamos a medida à estaca como mostra o exemplo abaixo:

- 20 metros = 1 estaca
- 30 metros = 1 estaca + 10 metros
- 55,30 metros = 2 estacas + 15,30 metros

- **Trecho em Curva:**

Para o trecho em curva, o estaqueamento é feito de acordo com o raio da curva, velocidade diretriz, distância de visibilidade, etc. Esses fatores podem alterar o estaqueamento mudando a distância entre uma e outra podendo ser de 5, 10 ou 20 metros.

A locação das curvas deve seguir os dados de projeto e ainda ter uma planilha de cálculo complementar para se implantar ponto a ponto o seu eixo. As curvas podem ser locadas por irradiação ou por deflexão.

A locação de uma curva por coordenadas geralmente é executada por equipamentos eletrônicos. Este deve ter uma visão abrangente da curva a local, podendo estar posicionado em qualquer local, de forma a obter as coordenadas desta estação, através de visadas a três pontos coordenados no mínimo.

Esta locação deverá ser feita implantando-se piquetes no eixo da estrada, ponto a ponto, com a tomada da distância e ângulo de forma eletrônica, onde o operador orienta o auxiliar na implantação dos pontos.

A locação de uma curva por deflexão deverá ser feita implantando-se piquetes no eixo da estrada, ponto a ponto, com o equipamento instalado no PC.

- **Nivelamento do Eixo:**

O nivelamento será feito usando um dos marcos como referência, isto é, instala-se a estação total em um ponto estratégico, com o prisma aprumado em um dos marcos, faz-se a leitura inicial e em seguida o prisma é emparelhado em cada piquete de cada estaca.

A partir desta leitura inicial é feito o cálculo para determinação da cota de cada piquete.

#### **CrITÉrios de Aceitabilidade e Parâmetro de Desempenho**

- Com o eixo já locado e nivelado tem-se a área a ser trabalhada, ou seja, limpa. Desta área será retirado todo material descartado (entulho, vegetação, lixo e outros rejeitos). Este material é denominado de bota fora, devendo ser transportado para um local previamente determinado para receber este tipo de rejeito.
- Após a limpeza, é iniciada a terraplenagem onde um greidista (profissional que dá as diretrizes para o operador de máquina) acompanha os cortes (gabaritando as rampas), e aterros conferindo as camadas.
- As Estações Totais são os equipamentos mais utilizados para esse tipo de atividade devido a alta precisão angular e linear. Assim, o equipamento a ser utilizado deverá ser a estação total com seus complementos.
- Os serviços de acompanhamento topográfico serão medidos em função da área correspondente à projeção horizontal da superfície efetivamente trabalhada, em conformidade com a planilha de preços unitários, obedecendo às condições contratuais.
- Os serviços serão pagos pelos preços unitários contratuais, em conformidade com a medição referida no item anterior, estando incluído neles todo o equipamento e pessoal necessário, bem como os encargos e outras despesas inerentes à sua execução.

### **EXECUÇÃO DE SONDAGEM E ESTUDOS GEOTÉCNICOS E ANÁLISE ESTATÍSTICA DE MATERIAIS**

#### **Escopo do Serviço**

São os estudos de subleito realizados em toda a extensão do objeto em questão.

#### **Procedimentos Executivos**

O procedimento para execução estão presente no item 4.4, pág. 193 a 271 do Projeto Volume 3 - Memória Justificativa 1-271 ([0038129875](#)), além dos processos executivos indicados abaixo.

Devem ser realizadas furos com sondagens a trado, devem ser lançados em planta e elaboradas as seções geológico-geotécnicas, de modo a caracterizar as camadas de solo diferenciadas pela textura presentes na área.

#### **CrITÉrios de Aceitabilidade e Parâmetros de Desempenho**

- Deve-se verificar análise estatística dos materiais encontrados, bem como sua granulometria.
- Deve-se proceder à análise dos resultados dos ensaios, considerando-se os requisitos técnicos previstos no projeto da pavimentação e dos solos necessários para execução dos terraplenos. Materiais que apresentem índices de expansão muito elevados e valores de CBR baixos, são inadequados.

### **EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM**

#### **Escopo do Serviço**

A execução da terraplenagem deverá considerar os elementos fornecidos pelos estudos topográficos, estudos geotécnicos, e ainda todos os preceitos fornecidos pelo projeto de Terraplenagem.

Dos estudos geotécnicos serão obtidas informações sobre o suporte dos materiais de fundação dos aterros, as características dos materiais de cortes e materiais disponíveis para os empréstimos.

Todas as etapas executivas das obras de terraplenagem deverão obedecer as condições previstas no Projeto Executivo de Terraplenagem.

### **Procedimentos Executivos**

O procedimento para execução estão presente no item 5.2, pág. 39 a 66 do Projeto Volume 3 - Memória Justificativa 272-434 ([0038129921](#)), além dos processos executivos indicados abaixo.

As condições mínimas, necessárias e exigíveis para os serviços preliminares, empréstimos, cortes e aterros, as quais são fundamentais para viabilizar a execução das obras, são em rol exemplificativos.

- Nos serviços preliminares, as operações de preparação das áreas destinadas a obra, áreas de empréstimo, ocorrências de material, remoção de material vegetal tais como: árvores, arbustos, tocos, raízes, entulhos, matacões, além de qualquer outro considerado como elemento de obstrução, deverão atender a Norma DNIT 104/2009-ES;
- Nos empréstimos, deverá ser definida a área onde serão escavados os materiais destinados a prover ou complementar o volume necessário para a construção dos aterros a serem utilizados na execução da plataforma da rodovia. Para tanto, seguir o estipulado na Norma DNIT 107/2009-ES;
- Nos cortes, quando houver necessidade de escavação do terreno natural, ao longo do eixo e no interior dos limites das seções do projeto (off sets), adotar o condicionado no disposto da Norma DNIT 106/2009-ES;
- Para a execução de aterros, seguir o estabelecido na Norma DNIT 108/2009-ES, quando a necessidade de depósito de materiais provenientes de cortes e/ou de empréstimos no interior dos limites das seções de projeto;
- Após o início do Terraplenagem, a Contratada é obrigada a concluir o serviço até a plataforma acabada;
- A Terraplenagem dos encabeçamentos da OAE deverá ser executada após a conclusão de toda a estrutura.
- Os materiais com características geotécnicas inaceitáveis para execução do corpo de aterro deverão ser destinados ao bota-fora.

### **Critérios de Aceitabilidade e Parâmetros de Desempenho**

- O acabamento quanto a declividade transversal e a inclinação dos taludes será verificado e deverá estar de acordo com o previsto no projeto de terraplenagem;
- As tolerâncias admitidas para as plataformas de terrapleno dos cortes e aterros são as seguintes: planialtimetricamente - até + 0,20 m, não se admitindo variação para menos; altimetricamente - até  $\pm 0,05$  m;
- Somente após a eliminação de pelo menos 95% dos recalques totais, nos locais onde for confirmada a presença de solos compressíveis, e que a terraplenagem será considerada concluída;
- Deverão ser respeitados todos os procedimentos das Normas ES-DNIT 104/2009, 105/2009, 106/2009, 107/2009 e 108/2009.

- Observação: Os serviços serão pagos após a atestação de todos os Critérios supracitados, e de acordo com o previsto nos CRITÉRIOS DE PAGAMENTO.

### **Prazos e Execução**

O prazo de execução será aquele estabelecido no cronograma físico proposto pela licitante e em consonância com o estipulado cronograma referencial das obras apresentado nas páginas 221 até 222 ([0060091505](#)).

## **EXECUÇÃO DA DRENAGEM E OBRAS DE ARTE CORRENTES**

### **Escopo do Serviço**

Deve-se realizar o estudo pluviométrico da região, afim de dimensionar todo o sistema de drenagem.

O sistema de drenagem e obras de arte correntes devera envolver os serviços previstos no projeto executivo.

Para se chegar às soluções adequadas deve-se utilizar os resultados dos Estudos Hidrológicos e dos ajustamentos e verificações procedidas no campo, passando-se em seguida, às definições e projetos dos dispositivos, de posse dos elementos dos projetos geométrico e terraplenagem.

Entre as soluções a serem adotadas, projeta-se um sistema convencional de drenagem, que é aquela constituída basicamente por drenagem superficial e drenagem profunda.

### **Procedimentos Executivos**

No caso de execução de peças moldadas in loco para os dispositivos de drenagem, devera ser estabelecido, previamente, o plano de retirada dos corpos de prova de concreto, das amostras de aço, cimento, agregados e demais materiais de forma a satisfazer as especificações. Esta execução envolvera as seguintes etapas: escavação do material situado nas adjacências do bordo do pavimento, obedecendo aos alinhamentos, cotas, e dimensões indicadas no projeto; execução de base para regularização e apoio.

O procedimento para execução estão presente no item 5.4, pág. 99 a 130 do Projeto Volume 3 - Memória Justificativa 272-434 ([0038129921](#)), além dos processos executivos indicados abaixo.

O sistema de drenagem superficial é composto dos seguintes dispositivos:

- Meio-fio de concreto moldado in-loco MFC-01, MFC-03 e MFC-05, conforme Álbum de projetos - tipo de dispositivo de drenagem do DNIT;
- Sarjeta triangular de concreto moldado no local STC 100-20, conforme Álbum de projetos - tipo de dispositivo de drenagem do DNIT;
- Transposição de segmentos de sarjeta TSS-02;
- Entrada D'água do tipo EDA-01 e EDA-02 e Descidas d'água do tipo DAR-02 e DAD 60-36, conforme Álbum de projetos - tipo de dispositivo de drenagem do DNIT;
- Dissipadores de energia dos tipos, DED 01 e DES 02, conforme Álbum de projetos - tipo de dispositivo de drenagem do DNIT;

O sistema de drenagem profunda é composto dos seguintes dispositivos:

- Corpo de BSTC com diâmetros de 60 cm, 80 cm, 100 cm e 120 cm;
- Corpo de BDTC com diâmetro de 120 cm;
- Corpo de BTTC com diâmetro de 120 cm;



- Boca de BSTC com diâmetros de 60 cm, 80 cm, 100 cm e 120 cm;
- Boca de BDTC com diâmetro de 120 cm;
- Boca de BTTC com diâmetro de 120 cm;
- Corpo de BSCC 2,00 x 2,00 m;
- Corpo de BDCC 2,00 x 2,00 m;
- Boca de BSCC 2,00 x 2,00 m;
- Boca de BDCC 2,00 x 2,00 m;
- Dissipador de energia DEB 300-366;
- Dreno longitudinal profundo DPS-07
- Boca de saída para dreno longitudinal profundo BSD-02;

A vala somente será aberta quando todos os materiais para execução da rede de drenagem estiverem disponíveis no local da obra. As valas que receberão as tubulações de drenagem serão escavadas segundo a linha do eixo, sendo respeitadas o alinhamento e as cotas indicadas pelo Projeto. As valas devem ser abertas no sentido de jusante para montante, a partir dos pontos de lançamento. A escavação deve se aproximar do greide previsto para a geratriz inferior da tubulação, devendo o acerto dos taludes e do fundo da vala ser feito manualmente. A largura da vala será fixada no Projeto e confirmada pela Fiscalização, que observará o às características do solo e da tubulação empregada. A largura livre de trabalho na vala deve ser, no mínimo, igual ao diâmetro do coletor mais 0,60 m, para profundidade até 2 m, devendo ser acrescida de 0,01 m para cada metro ou fração que exceder a 2 m. Qualquer excesso de escavação ou depressão no fundo da vala deve ser preenchido com material granular fino, compactado. O material escavado será depositado, sempre que possível, de um só lado da vala, afastado 1m da borda da escavação. Em casos especiais poderá a Fiscalização determinar retirada total do material escavado.

As sarjetas revestidas de concreto poderão ser moldadas 'in loco' ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto. A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações da pavimentação que envolva atividades na faixa anexa. No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem. O preparo e a regularização da superfície serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo. Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte. De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada. Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais. A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados. O espalhamento e acabamento do concreto serão feitos mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta à seção pretendida. A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto. O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários serão feitos com apoio da régua de desempenho no próprio concreto, dos panos adjacentes. A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

Para executar o meio-fio deve-se realizar escavação da porção anexa ao bordo do pavimento, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicadas no projeto.



Execução de base de brita para regularização e apoio dos meios fios. Instalação de guias de madeira segundo a seção transversal do meio fio, espaçadas de 2m. Nas extensões de curvas esse espaçamento será reduzido para permitir melhor concordância. Instalação de forma na parte anterior e posterior do dispositivo. Lançamento e vibração do concreto. Retirada das guias e das formas laterais. Preenchimento das juntas com argamassa cimento-areia, traço 1:3. A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

O processo executivo das entradas d'água deverá seguir a metodologia moldada in loco. As descidas d'água poderão ser moldadas in loco ou pré-moldadas. A execução das entradas e descidas d'água deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa à plataforma, cujos trabalhos de regularização ou acerto possam danificá-las. As entradas e descidas d'água de concreto simples ou armado moldadas in loco deverão atender ao disposto nos projetos específicos e executadas de acordo com as seguintes etapas: a) Escavação, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicadas no projeto. b) Apiloamento da superfície, executado de modo manual ou com equipamento portátil de impacto ou vibração, de forma a se obter uma base firme e bem desempenada. c) Instalação das fôrmas e cimbramento. d) Umedecimento das fôrmas ou guias e da base de assentamento. e) Instalação das armaduras, quando houver. f) Lançamento, vibração e cura do concreto. g) Retirada das guias e das fôrmas laterais após o período inicial da cura do concreto. h) Preenchimento das juntas resultantes da retirada das guias com argamassa cimento-areia, traço 1:3, em massa. i) Complementação das laterais com solo local e apiloamento.

O processo executivo mais utilizado para implantação de dissipadores, refere-se ao emprego de dispositivos moldados "in loco" com emprego de formas convencionais, desenvolvendo-se as seguintes etapas: a) escavação da vala para assentamento do dissipador, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicadas no projeto; b) regularização da vala escavada com compactação com emprego de compactador mecânico e com controle de umidade a fim de garantir o suporte necessário para o dissipador, em geral de considerável peso próprio; c) lançamento de concreto magro com utilização de concreto de cimento amassado em betoneira ou produzido em usina e transportado para o local em caminhão betoneira, sendo o concreto dosado experimentalmente para resistência característica à compressão (fck) min., aos 28 dias de 15 Mpa; d) instalação das formas laterais e das paredes de dispositivos acessórios, como dentes e degraus, limitando-se os segmentos a serem concretados em cada etapa e execução de juntas de dilatação, a intervalos de 12,0m. e) colocação e amarração das armaduras definidas pelo projeto, no caso de utilização de estrutura de concreto armado; f) lançamento, vibração e cura do concreto tomando-se as precauções anteriormente mencionadas; g) retirada das guias e das formas; h) recomposição do terreno lateral às paredes dos dissipadores com colocação e compactação de material escolhido do excedente da escavação, com a remoção de pedras ou fragmentos de estrutura que possam dificultar a compactação; i) sendo o material local de baixa resistência, deverá ser feito o preenchimento dos vazios com areia; j) no caso de utilização de caixas deverá ser feito o lançamento e arrumação cuidadosa das pedras visando criar alterações bruscas no fluxo d'água (dissipar energia). Para as saídas de sarjetas e valetas usar pedra de mão com diâmetros entre 10 e 15 cm e para saídas de bueiros, diâmetros de 15 cm a 25 cm; k) no caso de utilização de dispositivos que utilizem berço de pedra argamassada as pedras serão colocadas sobre camada de concreto previamente lançado, antes de se iniciar a sua cura.

Em relação a execução dos tubos de dreno em PEAD, as valas deverão ser escavadas de acordo com a largura, o alinhamento e as cotas indicados no projeto. Os tubos de tipo e dimensões requeridas deverão ser assentados em berços, adequadamente compactados e acabados, de modo a serem preservadas as cotas de projeto perfeitamente estáveis para o

carregamento previsto. O material de envolvimento dos drenos deverá ser firmemente adensado, adotando-se compactador vibratório, de modo a garantir a imobilidade dos tubos, as espessuras das camadas e a perfeita graduação granulométrica dos materiais drenante e filtrante. As juntas da ponta e da bolsa deverão ser colocadas de modo que as bolsas fiquem voltadas para o lado ascendente da declividade. A parte superior da vala deverá então ser preenchida com material argiloso, caso indicado no projeto, cuidando-se quando da utilização de bases granulares para que haja a continuidade de permeabilidade, de modo a favorecer o esgotamento das águas que, por infiltração, possam ficar retidas na camada. Todos os materiais de enchimento deverão ser compactados com equipamentos vibratórios e na umidade adequada para o perfeito adensamento das camadas. Nas extremidades de saída das valas deverão ser instalados tubos ou terminais, em conformidade com as indicações do projeto.

Bueiros Celulares de concreto armado, devem ser executados iniciando-se pela escavação de modo a permitir a sua execução com espaços laterais suficientes para a colocação dos pré-moldados. O fundo da cava, antes do lançamento do lastro de concreto magro, deverá ser regularizado e compactado mecanicamente, de modo a garantir boas qualidades da fundação. Após a compactação será lançada uma camada de concreto magro, na espessura média de 10cm, de modo a regularizar a superfície e melhorar as condições da distribuição do carregamento no solo. O concreto do lastro deverá ser feito pra a resistência,  $f_{ck} > 15\text{Mpa}$ . No caso de terrenos muito úmidos, o lastro de concreto magro deverá ser lançado somente após a execução de uma camada protetora de enrocamento de pedra. Sobre o lastro serão colocados os bueiros celulares. As juntas dos tubos serão preenchidas com argamassa de cimento e areia em traço de 1:3, cuidando-se de remover toda a argamassa excedente no interior da tubulação. Depois será feito o reaterro lateral das paredes com o lançamento do material em camadas na espessura máxima de 30 cm, compactando-se energeticamente cada camada com compactador mecânico. Após a complementação de o reaterro realizar a limpeza da caixa para remover todo o entulho caído no interior e que possa vir a comprometer o escoamento.

Na rede tubular de concreto armado, o fornecimento e a montagem dos tubos e conexões serão executados rigorosamente de acordo com o projeto, as normas da ABNT, com as exigências e/ou recomendações do fabricante/fornecedor. Todos os materiais e equipamentos empregados nas instalações deverão ser manuseados de forma cuidadosa, com vistas a evitar danos. As recomendações dos fabricantes quanto ao carregamento, transporte, descarregamento e armazenamento, devem ser rigorosamente seguidas. A tubulação será assente, caso necessário, sobre lastro de areia e de brita conforme definido pelo projeto. As juntas dos tubos serão preenchidas com argamassa de cimento e areia em traço de 1:3, cuidando-se de remover toda a argamassa excedente no interior da tubulação. Os tubos terão suas bolsas assentadas o lado de montante. O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e ao alinhamento indicados no projeto. O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito, de preferência, com o material da própria escavação, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação. Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

É fundamental notar a sistemática a ser implantada nos serviços de drenagem e OAC e no controle da qualidade. Algumas considerações a seguir servirão de base, em rol exemplificativo:

- Nos Drenos, em relação ao material a ser utilizado e interessante observar: os tubos não deverão apresentar trincas ou fraturas tanto no seu corpo como nas bocas; não deverão deformar em alinhamento, de mais de 0,3cm, num comprimento de 30cm. Os planos das extremidades deverão apresentar-se em esquadro com o eixo longitudinal; os tubos estarão sujeitos a inspeção na

fabrícula, nos depósitos ou nas valas e, sempre que possível com inspeção visual após o assentamento, de modo a constatar-se a integridade da tubulação.

- O material filtrante para envolvimento e o material de enchimento para os drenos subterrâneos construídos com tubos porosos de concreto deverão consistir de partículas limpas, resistentes e duráveis de areia, pedregulho ou pedra britada, isentos de matéria orgânica, torrões de argila ou outros materiais deletérios.
- As Valas deverão ser escavadas de acordo com a largura, o alinhamento e as cotas indicados no projeto.
- Os tubos de tipo e dimensões requeridas deverão ser assentados em berços, adequadamente compactados e acabados, de modo a serem preservadas as cotas de projeto perfeitamente estáveis para o carregamento previsto.
- A parte superior da vala deveser ser preenchida com material argiloso, cuidando-se quando da utilização de bases granulares para que haja a continuidade de permeabilidade, de modo a favorecer o esgotamento das águas que, por infiltração, possam ficar retidas na camada.
- As sarjetas revestidas de concreto deverão ser moldadas in loco. A execução das sarjetas de corte deveser ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolva atividades na faixa anexa a plataforma cujos trabalhos de regularização ou acerto possam danificá-los.
- No caso de banquetas de escalonamentos e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem, precedendo a operação de plantio ou colocação de revestimento dos taludes.
- A execução do Meio Fio só se dará após a conclusão dos serviços de Pavimentação do segmento onde será implantando o referido dispositivo de drenagem.

### **Critérios de Aceitabilidade e Parâmetros de Desempenho**

Deverão ser respeitados todos os procedimentos das Normas DNER-ES-284, DNIT 016/2016, DNIT 018/2006, DNIT 020/2006, DNIT 021/2006, DNIT 022/2006, DNIT 023/2006, DNIT, 026/2006, DNER-ES-288 e DNER-ES-294. (Algumas Normas estão com o ano alterado no site do DNIT).

Observação: Os serviços serão pagos após a atestação de todos os Critérios supracitados, e de acordo com o previsto nos CRITERIOS DE PAGAMENTO.

### **Prazos de Execução**

O prazo de execução será aquele estabelecido no cronograma físico proposto pela licitante e em consonância com o estipulado cronograma referencial das obras apresentado nas páginas 221 até 222 ([0060091505](#)).

## **EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO**

### **Escopo de Serviço**

A execução da pavimentação deveser considerar os elementos fornecidos pelos estudos geotécnicos e estudos de tráfego, e ainda todos os preceitos fornecidos pelo Projeto Executivo.

Dos estudos geotécnicos serão obtidas informações sobre o suporte dos materiais do subleito, bem como de todos os materiais que irão constituir as camadas dos pavimentos.

No projeto foi definida a utilização de pavimento do tipo flexível, que é uma estrutura composta de camadas granulares cujo revestimento é do tipo betuminoso. Neste tipo de pavimento o dimensionamento é comandado pela resistência do subleito.

Para o dimensionamento das estruturas do pavimento utilizou-se o método de dimensionamento do DER/RO.

Este procedimento baseia-se no método de projeto de pavimento flexível adotado pelo DNER.

O cronograma de execução dos serviços e liberação dos segmentos atacados ao tráfego deverá constar no plano de ataque, sendo este previamente aprovado pelo DER/RO.

Tendo em vista a importância da obra, visando a sua durabilidade e o empenho em mantê-la em sintonia com o desenvolvimento das tecnologias, para adotar medidas que assegurem sua qualidade, seguir as orientações de construção contidas no Manual de Pavimentação - IPR - 719/2006.

### **Procedimentos Executivos**

O procedimento para execução estão presente no item 5.3, pág. 67 a 97 do Projeto Volume 3 - Memória Justificativa 272-434 ([0038129921](#)), além dos processos executivos indicados abaixo.

Os serviços de pavimentação deverão ser executados de acordo com as normas vigentes do DNIT, da ABNT e demais normas aplicáveis.

O pavimento flexível será constituído das camadas de revestimento, base, sub-base e reforço do subleito, onde o reforço do subleito consiste em uma camada com espessura constante, executada em razão da baixa capacidade de suporte do subleito e também permitindo a redução da espessura da sub-base.

As camadas de base e sub-base serão granulares estabilizadas granulometricamente, que são camadas executadas pela compactação de um material ou de mistura de materiais que apresentem uma granulometria apropriada e índices geotécnicos específicos.

Os parâmetros de projeto e memória de cálculo definem o dimensionamento em revestimento do tipo tratamento superficial duplo (TSD) na espessura de 2,5cm, base estabilizada sem mistura, com espessura de 20cm, sub-base estabilizada sem mistura, com espessura de 20cm.

A camada de reforço do subleito será executada com solo estabilizado granulometricamente sem mistura com 20,0 cm de espessura.

A sub-base será em solo estabilizado granulometricamente sem mistura, devendo ser executada, com espessura de 20 cm, utilizando-se o material de jazida previamente autorizada pela fiscalização. A sub-base deverá ser compactada com a energia do Proctor Intermediário (26 golpes por camada).

A base será em solo estabilizado granulometricamente sem mistura, devendo ser executada, com espessura de 20 cm, utilizando-se o material de jazida previamente autorizada pela fiscalização. A base deverá ser compactada com a energia do Proctor Modificado (56 golpes).

Toda a vegetação e material orgânico, porventura existente no leito da via urbana, deverão ser removidos previamente. Após a execução de cortes ou aterros, operações necessárias para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 20 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou aeração, compactação e acabamento. Os aterros previstos, serão executados de acordo com as especificações de terraplanagem.

A execução da base e sub-base compreendem as operações de mistura e pulverização, umedecimento ou secagem dos materiais em central de mistura ou na pista, seguidas de

espalhamento, compactação e acabamento, realizadas na pista devidamente preparada, na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada.

No caso de utilização de misturas de materiais devem ser obedecidos os seguintes procedimentos:

- **Mistura prévia** – Deve ser executada preferencialmente em centrais de mistura próprias para este fim. Caso as quantidades a serem executadas não justifiquem a instalação de central de mistura, a mesma pode ser feita com pá-carregadeira.
- No segundo caso, a medida-padrão pode ser a concha da pá carregadeira utilizada no carregamento do material. Conhecidos os números da medida-padrão de cada material que melhor reproduza a dosagem projetada, deve ser iniciado o processo de mistura em local próximo a uma das jazidas. Depositam-se alternadamente os materiais, em lugar apropriado e na proporção desejada. A mistura é então processada, revolvendo-se o monte formado com evoluções da concha da pá-carregadeira. Para evitar erros na contagem do número de medidas-padrão dos materiais, recomenda-se que a etapa descrita anteriormente seja executada dosando-se um ciclo da mistura por vez.
- Após a mistura prévia, o material é transportado, por meio de caminhões basculantes, depositando-se sobre a pista em montes adequadamente espaçados. Segue-se com o espalhamento pela ação da motoniveladora. Segue-se com o espalhamento pela ação da motoniveladora.
- **Mistura na pista** - A mistura na pista somente pode ser procedida quando na mesma for utilizado material da pista existente, ou quando as quantidades a serem executadas não justificarem a instalação de central de mistura.
- Inicialmente, deve ser distribuído na pista o material que entra na composição da mistura em maior quantidade. Segue-se o espalhamento do segundo material, em quantidade que assegure o atendimento à dosagem e à espessura pretendida. O material espalhado deve receber adequada conformação, de forma que a camada apresente espessura constante.

**Espalhamento** - O material distribuído é homogeneizado mediante ação combinada de grade de discos e motoniveladora. No decorrer desta etapa, devem ser removidos materiais estranhos ou fragmentos de tamanho excessivo.

**Correção e homogeneização da umidade** - A variação do teor de umidade admitido para o material para início da compactação é de menos, 02 pontos percentuais até mais 01 pontos percentual da umidade ótima de compactação. Caso o teor de umidade se apresente abaixo do limite mínimo especificado, deve-se proceder ao umedecimento da camada com caminhão-tanque distribuidor de água, seguindo-se a homogeneização pela atuação de grade de discos e motoniveladora. Se o teor de umidade de campo exceder ao limite superior especificado, deve-se aerar o material mediante ação conjunta da grade de discos e da motoniveladora, para que o material atinja o intervalo da umidade especificada.

Concluída a correção e homogeneização da umidade, o material deve ser conformado, de maneira a se obter a espessura desejada após a compactação.

A espessura da camada compactada não deve ser inferior a 10 cm nem superior a 20 cm. Quando houver necessidade de se executar camadas de sub-base com espessura final superior a 20 cm, estas devem ser subdivididas em camadas parciais. A espessura mínima de qualquer camada de sub-base deve ser de 10 cm, após a compactação. Nesta fase



devem ser tomados os cuidados necessários para evitar a adição de material na fase de acabamento.

**Compactação** - Na fase inicial da obra devem ser executados segmentos experimentais, com formas diferentes de execução, na sequência operacional de utilização dos equipamentos, de modo a definir os procedimentos a serem obedecidos nos serviços de compactação. Deve-se estabelecer o número de passadas necessárias dos equipamentos de compactação para atingir o grau de compactação especificado. Deve ser realizada nova determinação, sempre que houver variação no material ou do equipamento empregado.

A compactação deve evoluir longitudinalmente iniciando pelas bordas. Nos trechos em tangente, a compactação deve prosseguir das duas bordas para o centro, em percursos equidistantes da linha base, o eixo. Os percursos ou passadas do equipamento utilizado devem distar entre si de forma tal que, em cada percurso, seja coberta metade da faixa coberta no percurso anterior. Nos trechos em curva, havendo superelevação, a compactação deve progredir da borda mais baixa para a mais alta, com percursos análogos aos descritos para os trechos em tangente.

Nas partes adjacentes ao início e ao fim da sub- base em construção, a compactação deve ser executada transversalmente à linha base, o eixo. Nas partes inacessíveis aos rolos compactadores, assim como nas partes em que seu uso não for recomendável, tais como cabeceiras de pontes e viadutos, a compactação deve ser executada com rolos vibratórios portáteis ou sapos mecânicos.

Durante a compactação, se necessário, pode ser promovido o umedecimento da superfície da camada, mediante emprego de carro-tanque distribuidor de água. Esta operação é exigida sempre que o teor de umidade estiver abaixo do limite inferior do intervalo de umidade admitido para a compactação.

**Acabamento** - O acabamento deve ser executado pela ação conjunta de motoniveladora e de rolos de pneus e liso-vibratório. A motoniveladora deve atuar, quando necessário, exclusivamente em operação de corte, sendo vetada a correção de depressões por adição de material.

**Abertura ao tráfego** - A sub-base estabilizada granulometricamente não deve ser submetida à ação do tráfego. A extensão máxima a ser executada deve ser aquela para a qual pode ser efetuado de imediato o espalhamento do material da camada seguinte, de fora que sub-base já liberada não fique exposta à ação de intempéries que possam prejudicar sua qualidade.

Após a perfeita conformação geométrica da base, preceder-se-á varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes. Aplica-se a seguir, o material betuminoso indicado nesta especificação, na temperatura compatível, na quantidade certa e de maneira mais uniforme, o material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou quando esta estiver iminente. Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista fazendo-se a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimada ao trânsito deve ultrapassar a 30 dias. A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser imediatamente, corrigida.

Para a pintura de ligação indica-se a utilização de emulsão asfáltica tipo RR-2C, com taxa de aplicação de 4,77 l/m<sup>2</sup>. Inicialmente, deve-se realizar uma varredura da pista imprimada ou pintada, para eliminar todas as partículas de pó. A temperatura de



aplicação do ligante asfáltico deve ser determinada em função da relação temperatura x viscosidade. Deve ser escolhida a que proporcionar a melhor viscosidade para o espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas são: Emulsão asfáltica, 20 a 100 segundos Saybolt-Furol (DNER-ME 004/94). Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista fazendo-se a pintura de ligação da adjacente, logo que a primeira permita tráfego. A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Recomenda-se que a mistura água+emulsão seja preparada no mesmo turno de trabalho, deve-se evitar o estoque da mesma por prazo superior a 12 horas.

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deve ser feita uma pintura de ligação.

A rodovia será revestida com TSD, e este deverá ter espessura de 2,5 cm. Consiste na camada de revestimento do pavimento constituída por duas aplicações de ligante asfáltico, cada uma coberta por camada de agregado mineral e submetida à compressão.

Aplicação do agregado - Imediatamente após a aplicação do ligante deve-se realizar o espalhamento da 1ª camada do agregado, na quantidade indicada no projeto. Excessos ou escassez devem ser corrigidos antes do início da compressão. A compressão deve começar pelas bordas e progredir para o eixo nos trechos em tangente e nas curvas deve progredir sempre da borda mais baixa para a borda mais alta, sendo cada passagem do rolo recoberta, na passada subsequente, de pelo menos metade da largura deste. Após a compressão da camada, obtida a fixação do agregado, faz-se uma varredura leve do material solto. Deve-se executar a segunda camada de modo idêntico à primeira. Não deve ser permitido o tráfego quando da aplicação do ligante asfáltico ou do agregado. Deve-se liberar o tráfego somente após o término da compressão e de maneira controlada.

A Contratada será responsável por todas as obras a serem desenvolvidas de forma que, quando concluídas, atendam em primeiro lugar, as especificações do DNIT para sua aceitação, e complementarmente, que seus elementos componentes passem a atender aos padrões de desempenho exigidos pelo DNIT, mantendo atendidos estes padrões para todo o período de vida útil do projeto.

### **Critérios de Aceitabilidade e Parâmetros de Desempenho**

Deverão ser obedecidos todos os preceitos estabelecidos na **Instrução ao Normativa nº 15/DNIT SEDE, de 28/04/2021**, a qual estipula os procedimentos técnicos e administrativos para recebimento de pavimentos novos e restaurados.

A Contratada será responsável por todas as obras a serem desenvolvidas de forma que, quando concluídas, atendam em primeiro lugar, as especificações do DNIT para sua aceitação, e complementarmente, que seus elementos componentes passem a atender aos padrões de desempenho exigidos pelo DNIT, mantendo atendidos estes padrões para todo o período de vida útil do projeto.

Durante a execução, as deflexões obtidas na pista deverão obedecer rigorosamente aquelas indicadas em projeto e em normas, sob pena do não recebimento dos serviços;

Observação: Os serviços serão pagos após a atestação de todos os Critérios supracitados, e de acordo com o previsto nos CRITÉRIOS DE PAGAMENTO.

### **Prazos de Execução**

O prazo de execução será aquele estabelecido no cronograma físico proposto pela licitante e em consonância com o estipulado cronograma referencial das obras apresentado nas páginas 221 até 222 ([0060091505](#)).

## **EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO**

### **Escopo do Serviço**

As obras de sinalização deverão ser executadas de acordo com o projeto executivo, e procedimentos e normas do DNIT, CONTRAN e ABNT, com destaque as especificações e atendimento exigências do Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária - BR-Legal.

No que diz respeito a Sinalização Temporária de Obras, a Contratada deverá se responsabilizar, durante o período de execução das obras, pela segurança do usuário, observar rigorosamente o preconizado no Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, bem como no Manual de Sinalização de Obras e Emergências em Rodovias, Publicação IPR- 738/2010.

O DER/RO, através do Gerente designado, reserva-se o direito de exigir a complementação dos dispositivos de segurança, sempre que constatar deficiência na sinalização implantada.

É obrigação da Contratada a utilização da Sinalização Temporária até o recebimento definitivo das obras.

### **Procedimentos Executivos**

O procedimento para execução estão presente no item 5.7, pág. 139 a 155 do Projeto Volume 3 - Memória Justificativa 272-434 ([0038129921](#)), além dos projetos pág. 53 a 71 Projeto Volume 2 - Projeto Executivo 160-230 ([0038129564](#)), pág. 1 a 161 do Projeto Volume 2 - Projeto Executivo 231-391 ([0038129616](#)). além dos processos executivos indicados abaixo.

As obras de sinalização deverão ser executadas de acordo com o projeto executivo, e procedimentos e normas do DNIT, CONTRAN e ABNT, com destaque as especificações e atendimento exigências do Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária-BR-Legal.

Atenção especial deve ser dada em locais potencialmente perigosos, tais como nas travessias urbanas, com risco de situação inesperada, a fim de evitar acidentes com pedestres, trabalhadores e dos usuários da rodovia, com ênfase no período noturno.

Devem ser tornados cuidados especiais para assegurar que a vegetação, materiais de construção e demais interferência não prejudiquem a visualização da sinalização, mesmo que temporariamente.

Antes da execução dos serviços, deve ser implantada a adequada sinalização, visando à segurança do tráfego no segmento rodoviário, e efetuada sua manutenção permanente durante a execução dos serviços. A sinalização de obras deverá ser constituída de: a) Área de Pré-Sinalização – Destinada a advertir a existência de obras adiante que modifiquem a circulação dos veículos. Nesta área serão implantados sinais indicando aos motoristas qual deverá ser seu comportamento ao trafegarem junto ao canteiro de obras. b) Área de Sinalização de Posição – Representado pelo trecho onde estão regulamentadas as condições de trafegabilidade. c) Área de Sinalização de Fim de Obras – Estabelecida a situação normal de circulação, deverá ser informado o final da obra e a rodovia receber a regulamentação de velocidade máxima permitida desse trecho em diante, conforme as características da estrada, caso a velocidade tenha sido reduzida através de sinalização anterior.

A sinalização horizontal é feita através de pintura do pavimento e tem a finalidade de orientar o motorista dentro do critério pré-estabelecido, aumentando com isto, a

segurança do tráfego. Os diversos dispositivos, dimensões, larguras, entre outros e podem ser encontrados nos memoriais e projetos citados no item 9.9.2.1 deste Projeto Básico.

O material a ser empregado na sinalização horizontal foi norteador em função do volume de tráfego e também da sua provável vida útil (2 anos), sendo ele a Tinta à base de resina acrílica emulsão em água, composta basicamente de uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos, cargas e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, sem reações prejudiciais ao revestimento e apta ou susceptível à adição de microesferas de vidro. Para que as tintas adquirirem a indispensável retrorrefletorização devem ser utilizadas microesferas de vidro. As tintas devem ser misturadas, de forma a garantir a boa homogeneidade do material. A espessura úmida de tinta a ser aplicada deve ser de 0,5mm, a ser obtida de uma só passada da máquina sobre o revestimento. Para a aplicação da sinalização na superfície com revestimento asfáltico, deve ser respeitado o período de cura do revestimento. A superfície a ser sinalizada deve estar seca, livre de sujeira, óleos, graxas ou qualquer outro material que possa prejudicar a aderência da sinalização ao pavimento.

A sinalização vertical é um subsistema da sinalização viária, que se utiliza de sinais apostos sobre placas fixadas na posição vertical, ao lado ou suspensas sobre a pista, transmitindo mensagens de caráter permanente ou, eventualmente, variável, mediante símbolos e/ou legendas preestabelecidas e legalmente instituídas. Os sinais a serem colocados na rodovia serão os seguintes: Sinais de advertência; Sinais de regulamentação; Sinais de informação ou indicação; Sinais educativos. Os sinais serão localizados no lado direito do sentido do tráfego com um afastamento mínimo de 1,20m da extremidade da pista de rolamento e de tal forma que sua projeção horizontal, do ponto mais próximo da pista, esteja sempre fora do acostamento, pelo menos 0,60 m. Os sinais deverão ser colocados a uma altura de 1,20 m acima do nível do bordo da rodovia, no ponto mais próximo a ele, sendo que esta altura deverá ser medida a partir de seu bordo inferior. Com relação aos materiais a serem empregados, as placas deverão ser confeccionadas em chapas de aço galvanizado nº 16, cortadas nas dimensões finais e tratadas para garantia de sua durabilidade, as legendas e tarjas deverão ser confeccionadas em película refletiva Scotchlite Grau Diamante ou similar, à exceção dos dizeres e símbolos que deverão ser confeccionados em película plástica, apropriada para este fim, na cor preta, os suportes e travessas das placas serão em madeira de lei tratada 8,0x8,0cm.

Inicialmente deve ser feito o levantamento da área para verificação das condições do local de implantação das placas. Posteriormente, as atividades deverão ser as seguintes: Limpeza do local, de forma a garantir a visibilidade do sinal a ser implantado; Marcação da localização dos dispositivos a serem implantados, de acordo com o projeto de sinalização; Distribuição das placas nos pontos já localizados anteriormente; Escavação da área para fixação dos suportes; Preparação da sapata ou base, em concreto de cimento Portland, para recebimento dos suportes das estruturas de sustentação das placas que assim o exigirem; Fixação das placas ou módulos de painéis aos suportes e às travessas, através de braçadeiras, parafusos, arruelas, porcas e contra porcas; Implantação da placa, de forma que os suportes fixados mantenham rigidez e posição permanente e apropriada, evitando que balancem, girem ou sejam deslocados; A implantação das placas ou painéis suspensos deve contar com a utilização de caminhão plataforma. Durante a implantação o trânsito deve ser desviado, com o auxílio de cones ou qualquer dispositivo adequado para esta finalidade.

### **Critérios de Aceitabilidade e Parâmetros de Desempenho**

Todas as soluções indicadas no Projeto Básico e Executivo deverão ser respeitadas nesta fase de execução das obras.

Atendimento aos procedimentos e normas do DNIT, CONTRAN e ABNT, com destaque as especificações e atendimento exigências do Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária - BR-Legal.

Observação: Os serviços serão pagos após a atestação de todos os Critérios supracitados, e de acordo com o previsto nos CRITÉRIOS DE PAGAMENTO.

### **Prazos de Execução**

O prazo de execução será aquele estabelecido no cronograma físico proposto pela licitante e em consonância com o estipulado cronograma referencial das obras apresentado nas páginas 221 até 222 ([0060091505](#)).

## **EXECUÇÃO DE OBRAS COMPLEMENTARES**

### **Escopo do Serviço**

As obras complementares devem ser executadas de acordo com o projeto executivo, e procedimentos e normas do DNIT e ABNT.

### **Procedimentos executivos**

O procedimento para execução estão presente no item 5.8, pág. 156 a 161 do Projeto Volume 3 - Memória Justificativa 272-434 ([0038129921](#)), além dos processos executivos indicados abaixo.

Os itens deverão seguir o Projeto Executivo, atendendo as Normas do DNIT e ABNT, e demais normativos pertinentes.

### **Critérios de Aceitação e Parâmetros de Desempenho**

Todas as soluções indicadas no Projeto Básico e Executivo deverão ser respeitadas nesta fase de execução das obras.

Atendimento aos procedimentos e normas do DNIT e ABNT.

Observação: Os serviços serão pagos após a atestação de todos os Critérios supracitados, e de acordo com o previsto nos CRITÉRIOS DE PAGAMENTO.

### **Prazo de Execução**

O prazo de execução será aquele estabelecido no cronograma físico proposto pela licitante e em consonância com o estipulado cronograma referencial das obras apresentado nas páginas 221 até 222 ([0060091505](#)).

## **MEIO AMBIENTE**

Os cuidados observados para fins de preservação do meio ambiente envolvem a produção, a estocagem e a aplicação de agregados, assim como a operação da usina.

No decorrer do processo de obtenção de agregados de pedreiras e areias devem ser considerados os seguintes cuidados principais:

- Caso utilizado instalações comerciais, a brita e a areia somente são aceitas após apresentação da licença ambiental de operação da pedreira/areal, cuja cópia deve ser arquivada junto ao Livro de Ocorrências da Obra;
- Não é permitida a localização da pedreira e das instalações de britagem em área de preservação ambiental;
- Planejar adequadamente a exploração da pedreira e do areal, de modo a minimizar os impactos decorrentes da exploração e a possibilitar a recuperação ambiental após o término das atividades exploratórias;
- Impedir as queimadas;

- Construir, junto às instalações de britagem, bacias de sedimentação para retenção do pó de pedra eventualmente produzido em excesso.

Quanto ao Cimento Asfáltico:

- Instalar os depósitos em locais afastados de cursos d'água;
- Vedar o descarte do refugo de materiais usados na faixa de domínio e em áreas onde possam causar prejuízos ambientais;
- Recuperar a área afetada pelas operações de construção/execução, imediatamente após a remoção da usina e dos depósitos e a limpeza do canteiro de obras.

Impedir a instalação de usinas de asfalto a quente a uma distância inferior a 200 m (duzentos metros), medidos a partir da base da chaminé, de residências, de hospitais, clínicas, centros de reabilitação, escolas, asilos, orfanatos, creches, clubes esportivos, parques de diversões e outras construções comunitárias.

O executante será responsável pela obtenção da licença de instalação/operação, assim como pela manutenção e condições de funcionamento da usina dentro do prescrito nesta especificação.

Instalar sistemas de controle de poluição do ar constituídos por ciclones e filtro de mangas ou por equipamentos que atendam aos padrões estabelecidos na legislação.

Adotar procedimentos operacionais que evitem a emissão de partículas provenientes dos sistemas de limpeza dos filtros de mangas e de reciclagem do pó retido nas mangas.

Durante a execução das obras e consequente implementação da proteção ambiental, deve-se obedecer as condicionantes da Licença Ambiental a ser expedida pelo órgão ambiental competente.

Os serviços deverão ser executados de acordo com as Especificações de Serviços para tratamentos ambientais indicados no Projeto de Engenharia aceitos pela contratante, tais como as Especificações de Serviço DNIT 071/2006 - ES - Tratamento ambiental de áreas de uso de obras e do passivo ambiental de áreas íngremes ou de difícil acesso pelo processo de vegetação herbácea, DNIT 072/2006 - ES - Tratamento ambiental de áreas de uso de obras e do passivo ambiental de áreas íngremes ou de difícil acesso pelo processo de vegetação herbácea; DNIT 073/2006 - Tratamento ambiental de áreas de pouco uso de obras e do passivo ambiental de áreas consideradas planas ou de pouca declividade por vegetação arbórea e arbustiva; DNIT 074/2006 - ES - Tratamento ambiental de taludes e encostas por intermédio de dispositivos de controle de processos erosivos; DNIT 075/2006 ES - Tratamento ambiental de taludes com solos inconsistentes; DNIT 076/2006 - ES - Tratamento ambiental acústico das áreas lindeiras da faixa de domínio; DNIT 102/2009 - ES - Proteção do corpo estradal - Proteção vegetal.

A contratada deve realizar o correto manejo ambiental que consta nos normativos da Contratante.

Nas saias de aterro, nos taludes de corte, áreas de canteiros centrais, canteiros de acessos e interseções deverão ser executadas as medidas de proteção vegetal prevista no projeto, imediatamente após a conclusão dos serviços de terraplenagem.

Os resíduos e efluentes das obras e afins, também, deverão ter destinação adequada atendendo o Art. 45 da Lei 14.133/2021 destacado abaixo:

Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;



III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

As áreas de preservação permanente - APP degradadas em função da execução das obras deverão ser recuperadas de forma a recompor a cobertura vegetal existente.

Na eventualidade de paralisação das obras, a Contratada deverá assegurar previamente a desmobilização, a execução, as suas expensas, dos dispositivos de proteção ambiental previstos no contrato e manter, durante o período de paralisação, atividades de monitoramento necessárias, a fim de assegurar ao menos o controle de processos erosivos.

A Contratada deverá executar os serviços com presteza e qualidade técnica e em concordância com os requisitos inerentes a cada atividade.

A Contratada deverá participar das reuniões com a Contratante sempre que solicitada.

A Contratada deverá providenciar, junta ao Conselho de Classe competente da Unidade da Federação, onde se localizam os serviços, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART relativa a execução dos serviços ambientais objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.

A Contratada deverá adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho das tarefas.

A Contratada deverá organizar a logística, prestar apoio técnico e fornecer EPI ao Órgão Ambiental responsável pela realização de vistorias técnicas.

## **CANTEIRO DE OBRAS**

A Contratada deverá, antes do início das obras e mediante ajuste com a Fiscalização e seguindo a área pré-determinada no orçamento, o projeto do canteiro de obras, dentro dos padrões exigidos pelas concessionárias de serviços públicos e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR 18). A construção do canteiro está condicionada a aprovação de seu projeto pela Fiscalização.

A placa de obra deverá ser afixada em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltada para a via que favoreça a melhor visualização, sendo o modelo definido de acordo com cores, medidas, proporções e demais orientações da fiscalização. Recomenda-se que a placa seja mantida em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, durante todo o período de execução das obras.

Os contêineres serão utilizados para escritório e seção técnica, almoxarifado, depósito de cimento, central de armadura, refeitório e cozinha, alojamento, banheiro e vestuário, oficina, topografia, carpintaria, área de recreação, guarita e residência. Os contêineres deverão ser nas dimensões indicadas no orçamento, ou similares, desde que justificável e deverão ter as seguintes características: estrutura em aço galvanizado; as chapas envolvidas na fabricação do container deverão obedecer à norma NBR 7000/Z100; fechamentos em lambris trapezoidais de chapa de aço galvanizado  $e=0,80\text{mm}$ ; pés em aço galvanizado para apoio na plataforma; o piso será em compensado naval  $e=15\text{ mm}$  com alta resistência a água e pintura hidrofugante em ambas as faces.



Deve ser realizada entrada provisória de energia. O consumidor deverá apresentar a relação de cargas a serem utilizadas durante a obra para a definição do tipo de fornecimento aplicável.

Deve-se utilizar o cavalete de madeira sendo este um dispositivo de uso temporário, que têm a função de bloquear total ou parcialmente a passagem de veículos ou pedestres, por períodos curtos em função de situações de emergência, obras ou operação de trânsito. Os cavaletes serão fabricados em sarrafos de madeira e chapa de madeira compensada com espessura de 10mm, fixados com prego. Serão pintados, os sarrafos com tinta látex do tipo PVA e a placa com pintura a óleo na cor a ser definida pelo contratante e faixas brancas conforme desenho.

## **RECOMENDAÇÕES GERAIS**

Durante as obras deverão ser adotadas sinalização diurna e noturna e controle do tráfego por pessoal devidamente uniformizado e previamente treinado.

Todos os serviços de execução de sinalização horizontal somente deverão ser iniciados após a instalação de sinalização de desvio de tráfego e proteção pessoal, fornecida pela Contratada.

É obrigação da Contratada a utilização da Sinalização Temporária até o recebimento definitivo das obras, a qual deve ser sempre mantida em bom estado.

Durante a execução da obra, a Contratada deve levar em consideração os seguintes aspectos:

Qualidade dos serviços, inclusive obediência ao Projeto de Engenharia e aos dispositivos contratuais;

Cumprimento de prazos, metas contratuais e cronograma físico-financeiro;

Proteção ao meio ambiente;

Solução de problemas construtivos surgidos, com anuência do DER/RO;

Execução de ensaios tecnológicos e do controle geométrico.

Deverão ser considerados os requisitos concernentes ao projeto de engenharia, aos materiais, equipamentos, controle de qualidade, condições de conformidade e não conformidade, entre outros critérios, satisfazendo aos requisitos impostos pelas normas vigentes da ABNT e do DNIT.

As orientações ora apresentadas são apenas referencias, cabendo a contratada atender a todas as normativas vigentes.

A movimentação de material da execução deverá ser mantido a do projeto, quando ocorrer durante a execução alteração de local dos materiais a exemplo os inaceitável (bota fora), os DMTS deverão ser corrigidos para título de medição e recebimento, contudo, para está alteração os novos locais deverão ser registrado com imagens georreferenciadas ou por vídeos, e com a comprovação com levantamento topográfico demonstrando o perfil antes e após a retirada do material.

## **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **NÃO PODERAM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO**

A presente licitação visa à contratação de empresa especializada de engenharia para a execução de serviços complexos e de grande escala, como pavimentação asfáltica em Tratamento Superficial Duplo (TSD) com banho diluído, drenagem, obra de arte corrente e sinalização rodoviária, em um trecho de 21,28 km da rodovia RO-010. Para garantir a eficiência, qualidade, segurança e cumprimento dos prazos estabelecidos para a execução destas obras, justifica-se a exclusão de participação de pessoas físicas por meio das seguintes razões:

- **Capacidade Técnica e Operacional:** A execução de obras de pavimentação, drenagem e sinalização rodoviária exige conhecimentos especializados, equipamentos específicos e mão de obra qualificada que geralmente estão disponíveis apenas em empresas estruturadas. Essas empresas

possuem uma equipe técnica multidisciplinar, experiência acumulada e recursos materiais necessários para garantir a correta execução dos serviços, minimizando riscos de falhas ou atrasos.

- **Responsabilidade Civil e Jurídica:** Empresas jurídicas, especialmente aquelas qualificadas no ramo de engenharia, apresentam uma estrutura administrativa e financeira mais robusta para responder por eventuais danos ou irregularidades decorrentes da execução das obras. A participação de uma pessoa física poderia representar riscos à administração pública, pois pessoas físicas podem não dispor da capacidade econômica e financeira para arcar com eventuais responsabilidades e garantias exigidas.
- **Garantia de Execução e Continuidade:** Empresas jurídicas oferecem maior segurança quanto à continuidade e conclusão dos serviços contratados, pois dispõem de capacidade financeira e organizacional para enfrentar imprevistos. Além disso, a legislação exige que as empresas participantes apresentem garantias de execução, o que é mais adequado e viável para pessoas jurídicas.
- **Compliance com Requisitos Legais e Regulatórios:** A execução de obras públicas, como a pavimentação e sinalização de rodovias, exige o cumprimento de diversas normativas e regulamentações técnicas, ambientais, trabalhistas e de segurança, as quais são mais facilmente atendidas por empresas formalmente constituídas, que possuem processos internos para garantir a conformidade regulatória.
- **Escala e Complexidade do Projeto:** Considerando a extensão da rodovia (21,28 km) e a complexidade das intervenções envolvidas (pavimentação, drenagem, obra de arte corrente e sinalização), faz-se necessário contar com uma empresa capaz de mobilizar rapidamente os recursos necessários, tanto em termos de pessoal quanto de equipamentos. A contratação de uma pessoa física não garantiria essa escala de operação.

Pessoa física, para fins de definição da IN SEGES nº 116/2021, que regulamenta a sua participação em licitações e contratações diretas regidas pela Lei nº 14.133/2021, no campo de abrangência da norma, prevê, exceções que entendem-se necessárias, como uma forma de assegurar a contratação da melhor proposta para a administração, observando critérios econômicos e técnicos.

Essa exceção está prevista no parágrafo único, do art. 4º da IN SEGES nº 116/2021:

“Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar.”

Portanto, considerando haver a necessidade dessas exigências e tendo em vista fatores como a complexidade técnica, experiência em obras de grande porte, garantia financeira e capacidade econômico-financeira, acesso a recursos e tecnologias, gestão de riscos, cumprimento de exigências legais e contratuais, segurança e responsabilidade técnica, justifica-se a não permissão de participação de licitante pessoa física, nesta licitação essa medida é necessária para assegurar a adequada execução do objeto contratual, alinhando-se aos princípios da eficiência, segurança, economicidade e interesse público.

O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica.

A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável

técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

Empresa que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

Empresa que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

### **PODERÃO PARTICIPAR DESTES PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO:**

Empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho, conforme Lei 14.133/21.

A Contratada deverá adotar prática de execução em obediência às Normas e Especificações Técnicas do DER/RO e da ABNT, bem como prescrições dos Manuais de Manutenção do DNIT, além de eventuais alterações especificadas no presente Edital, responsabilizando-se pelas correções, conforme parecer técnico do servidor encarregado do recebimento;

As principais obrigações a serem atendidas pela empresa para a execução do objeto estão previstas no Edital.

A Contratada deverá adotar prática de execução em obediência às Normas e Especificações Técnicas do DER/RO e da ABNT, bem como prescrições dos Manuais de Manutenção do DNIT, além de eventuais alterações especificadas no presente Edital, responsabilizando-se pela substituição ou reparo, em caso de anormalidade, independentemente do motivo alegado, conforme parecer técnico do servidor encarregado do recebimento;

Indicação da necessidade de garantias/assistência técnica, treinamento, de instalações no local da contratação:

A futura Contratada deverá apresentar, nos termos do *CAPÍTULO II - DAS GARANTIAS* da Lei nº 14.133/2021, garantia de execução dos serviços/prazos previstos no objeto da licitação e, se ocorrer, nos termos aditivos.

A futura Contratada deverá manter, em quantidades e valores determinados no orçamento referencial, instalações necessárias à perfeita execução dos serviços previstos.

Quanto à treinamentos, não será feita exigências, cabendo à Contratada efetuar o caso julgue necessário.

Para a pretensa contratação não será determinada obrigatoriedade de contratação de mão de obra local.

Para a pretensa licitação serão exigidos critérios mínimos de habilitação técnica, de capacidade técnico-operacional, técnico-profissional e qualificação econômico-financeira para as licitações de obras e serviços de engenharia no âmbito do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER. Os critérios serão apresentados em item específico deste Projeto Básico.

A futura Contratada deverá prover ao seus colaboradores todo e quaisquer equipamentos, treinamentos, uniformes etc. necessários ao desenvolvimento dos serviços.

Toda a documentação técnica, necessária ao atendimento do escopo do objeto elaborada pela Contratada, relativa as obras serão de propriedade exclusiva do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, que deles se utilizará conforme melhor lhe convier, a qualquer tempo.

### **CRITÉRIOS DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

É de total responsabilidade da empresa a ser CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a aquisição do objeto deste instrumento, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.

A empresa a ser CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste instrumento.

A empresa a ser CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º e 6º, no que couber bem como o Art. 45 da Lei n. 14.133/21, os quais estabelecem:

Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;

Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;

Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;

Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis;

Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilização de fonte ecológica recomendada pela Advocacia Geral de União.

Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios;

Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;

Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA Nº 257 /1999;

Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA Nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;

Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de sua integridade física;

Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação de empresas que tenham certificação ambiental;

Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais;

Atendimento ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª edição, revista, atualizada e ampliada. Setembro/2023), disponibilizado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade (CNS) no site <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>.

Conforme dispõe o Capítulo III, art. 5º, inciso III da Instrução Normativa/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, poderá ser exigido o seguinte critério de sustentabilidade ambiental: “que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento”.

A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos, atendo aos requisitos do Art. 45, V e VI, da Lei nº 14133/21.

### **DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

O procedimento de Licenciamento Ambiental para execução dos serviços na rodovia estadual, serão de responsabilidade do DER/RO.

A Contratada deverá elaborar todos os estudos, levantamentos e relatórios de cunho ambiental, necessários para o cumprimento dos requisitos ambientais atinentes ao objeto do contrato.

A empresa vencedora providenciará a Declaração de Dispensa de Título Minerário – DDTM ou qualquer Título Minerário cabível junto à Agência Nacional de Mineração - ANM, referente às jazidas (áreas de empréstimos) a serem utilizadas.

O Processo em questão possui a Licença de Instalação Nº 159025 ([0060977246](#)).

### **PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE**

Os serviços que fazem parte do escopo do objeto da pretensa contratação deverão ser executados em conformidade com as Normas, Instruções ou Manuais do DNIT, assim como as determinações contidas nas Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Produtos que não atingirem o padrão mínimo de qualidade exigido não serão medidos até que sejam corrigidos e atestados pela Fiscalização do contrato.

### **NATUREZA DO SERVIÇO (CONTINUADA OU NÃO)**

O objeto da pretensa licitação possui as seguintes características:

Escopo definido: O objeto da pretensa licitação prevê - Contratação de empresa especializada de engenharia para Execução de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo com banho diluído (TSD), Drenagem, Obra de Arte Corrente e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-010; trecho: Estaca 136+0,00 (Urupá) – Estaca 2284+0,00 Rua Amapá (Mirante da Serra), segmento: Estaca 136+0,00 à Estaca 1200+0,00, com extensão de 21,28 km, referente ao Lote 01.

Período predeterminado: O prazo de execução do objeto é determinado pelo CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO ([0060091505](#) - página 221 e 222), no qual estima um período para a conclusão dos serviços.

### **DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

A subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do CONTRATO e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e para o melhor interesse público. Desta forma, nos termos do Art. 122, § 2º da Lei Nº 14.133/21, são apresentadas as condições da(s) subcontratação(ões):

É vedada a subcontratação total;



É permitida a subcontratação parcial, no limite estabelecido de até 30% (trinta por cento) do valor do CONTRATO, desde que atenda somente o descrito no item IV;

A CONTRATADA deverá apresentar à Administração, documento que comprove a capacidade técnica do subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente, conforme § 9º Art. 67 da lei 14.133/2021.

É permitida a subcontratação para os seguintes serviços: sinalização, obras complementares e componente ambiental. Visto que, os demais serviços estão diretamente ligados à gestão do contrato e das equipes ou exigem alto nível de coesão técnica. Além disso, eventuais atrasos na sua execução podem comprometer o cronograma global da execução e, por isso, a responsabilidade pela realização deles deve permanecer integralmente com a empresa contratada.

A subcontratação deverá ser precedida de autorização do DER/RO.

Deverá ficar demonstrado e documentado que a subcontratação somente abrangerá serviços de menor relevância, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da Contratada.

A subcontratação não exclui a responsabilidade da Contratada perante o DER/RO quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

Aplica-se também ao(s) eventual(is) subcontratado(s) o disposto editalício que trata da participação e impedimentos legais à participação de empresas ou consórcio de empresas nesta licitação.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante o DER/RO pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Embora o aceite de subcontratação deva ser realizado antecipadamente, há a possibilidade de realizar excepcionalmente aceitação posterior da subcontratação.

Se a subcontratação não for aceita (prévia ou posteriormente), os serviços não devem ser pagos ou, se pagos, deverão ser glosados integralmente.

Fica **vedada** a subcontratação de empresas ou profissionais envolvidos anteriormente em serviços de elaboração de projetos ou peças técnicas utilizadas para elaboração dos anteprojetos, sondagem, análise e demais serviços executados.

#### **DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE COOPERATIVA:**

Será permitida a participação de empresas reunidas sob a forma de cooperativa, desde que observado o art. 16 da Lei Nº 14.133/21, *in verbis*:

A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial:

Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;

Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.



A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

Conforme art. 34 da Lei nº 11.488/2007, aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar no 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados, o disposto nos Capítulos V a X (art. 42 ao 67-A), na Seção IV do Capítulo XI (art. 73 e 73-A), e no Capítulo XII (art. 74 ao 75-B) da referida Lei Complementar.

### **DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB FORMA DE CONSÓRCIO**

Poderá participar desta licitação toda e qualquer empresa individual ou sociedade regularmente estabelecida no país, que seja especializada no objeto da licitação, e que satisfaça a todas as exigências do Estudo Técnico Preliminar, Projeto Básico, dos Projetos, Especificações e Normas. A participação de empresas consorciadas será regida de acordo com o Art. 15 da Lei Nº 14.133 de 01 de abril de 2021, como segue:

Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

Ficam vedadas a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio e a participação isolada da consorciada, bem como de profissional em mais de uma EMPRESA, ou em mais de um consórcio.

A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente desta licitação, o Instrumento de Constituição e o registro do Consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das EMPRESAS. O Contrato de consórcio deverá observar, além dos dispositivos legais e cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste Edital.

O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva, mais 180 (cento e oitenta) dias.

A empresa líder terá poderes para requerer, transferir, receber e dar quitação, subscrevendo em nome do Consórcio todos os atos referentes à execução do Contrato.

A comprovação das capacidades técnico-profissional e técnico-operacional exigidas neste Edital poderá ser efetuada, no todo ou parte, por qualquer uma das consorciadas.

O consórcio deverá apresentar:

Indicação dos compromissos e obrigações, bem como o percentual de participação de cada empresa no consórcio, em relação ao objeto da licitação.

Declaração de que o consórcio não terá sua constituição ou forma modificada sem a prévia aprovação da ADMINISTRAÇÃO durante o processamento e julgamento dos procedimentos licitatórios pertinentes.

O consórcio apresentará em conjunto à documentação individualizada de cada empresa, relativa à habilitação jurídica, qualificação trabalhista e de regularidade fiscal.

O consórcio no conjunto dos consorciados deverá atender plenamente a todos os requisitos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira.

A empresa vencedora fica obrigada a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no primeiro item que rege a participação de empresas consorciadas presente neste edital, sendo a "Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados".

O presente edital estabelece para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de empresa individual para a habilitação econômico-financeira;

A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

Compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a EMPRESA líder, estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

A empresa líder, necessariamente, deverá ser uma das empresas de execução do contrato.

A decisão administrativa de permitir a participação de empresas em consórcio fundamenta-se no exercício da discricionariedade, visando aprimorar a eficiência e ampliar a competitividade da licitação. Essa medida considera as características físicas e os requisitos técnicos do objeto licitado, de modo a possibilitar a formação de agrupamentos empresariais que atendam às exigências do certame sem restringir indevidamente a concorrência.

Deste modo, o consorciamento de empresas se justifica devido a diversificada demanda de serviços, os quais poderão ser executados por empresas de forma complementar, permitindo-se ganhos de eficiência na execução do serviço, sem eventual risco de restrição à concorrência, o que deve refletir em economicidade ao Estado e no melhor interesse público.

**EXCLUSIVIDADE/ME – MICROEMPRESA/EPP – EMPRESA DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014): NÃO SE APLICA.**

A exclusividade de “Microempresas” ou “Empresas de Pequeno Porte” não se enquadra no objeto deste Projeto Básico, em decorrência do valor do orçamento, conforme disposto no art. 6º do Decreto nº 8.538, de 06/10/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal, *ipsis litteris* :

*Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).*

Portanto, considerando a complexidade e o valor estimado da presente contratação, além da exceção para obras e serviços de engenharia que traz a Lei 14.133/2021, neste objeto **não se observará a reserva de cota para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).**

### **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:**

A presente contratação contará com garantia de execução, nos moldes do Capítulo II, da Lei n. 14.133, de 2021, no que couber devido à sua complexidade e ao seu valor de contratação.

As modalidades de garantia pela qual a contratada poderá optar são:

Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

Seguro-garantia;

Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023).

A contratada deverá prestar garantia na modalidade que optar, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Termo de Contrato, conforme disposto no artigo 98, da Lei nº 14.133, de 2021. O valor da garantia deverá atualizado sempre que houver apostilamento ou lavratura de termo aditivo ao contrato.

Caso opte pelo seguro-garantia, o edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado.

Caso opte pelas modalidades de caução ou fiança bancária, a contratada deverá prestar garantia em até 10 (dez) dias após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial do Estado (DOE);

Caso a contratada opte pela oferta de seguro-garantia, deverão ser observadas as regras estabelecidas no art. 97, da Lei n. 14.133/2021. Fica estabelecido o prazo de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia (art. 96, §3 da Lei n. 14.133/2021). Ademais, deverão ser atendidos os seguintes critérios:

Entrega da apólice, inclusive digital, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a comercializar seguros;

O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender a CIRCULAR SUSEP n.º 662, de 11 de abril de 2022;

A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site: Consulta de Apólice de Seguro Garantia;

O seguro-garantia deve prever o pagamento de multas contratuais, contemplar Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO (TOMADOR) em relação à obra.

O seguro-garantia deve prever o endosso em caso de reajustamento do contrato.

O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste Projeto Básico e edital como condição geral. Em caso de impossibilidade de atendimento, deverá haver expressa justificativa a ser aceita pela Autarquia.

Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato;

Objeto a ser contratado, especificado no Edital;

Nome e número do CNPJ do SEGURADO (DER/RO);

Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora);

Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).

O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

A apólice de seguro, deve expressar o DER/RO como SEGURADO e especificar claramente o objeto do seguro conforme o Edital e/ou Termo de Contrato, ou Termo Aditivo a que se vincula;

Respeitadas as demais condições contidas neste Edital e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a Licitante CONTRATADA tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

A garantia prestada pela Contratada responderá por qualquer das suas obrigações decorrentes do Contrato, inclusive as multas que a ela venham a ser aplicadas.

Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

## **DA VISITA TÉCNICA**

A empresa interessada deverá apresentar declaração de visita e conhecimento geral da logística do local dos serviços, assinada pelo Responsável Técnico e pelo Representante Legal da empresa.

A licitante interessada poderá visitar os locais de execução dos serviços, para conhecer as peculiaridades da geografia, do solo, do clima e demais características do lugar de execução, cuja comprovação será efetuada por declaração ou outro termo equivalente. Os custos que advierem dessas visitas serão arcados exclusivamente pela licitante, vetada sua computação no cálculo das planilhas de custo para a elaboração de sua proposta.

A visita técnica poderá ser acompanhada por Engenheiro do DER/RO, que a certificará, expedindo o necessário Atestado de Visita. Esse atestado será juntado à Documentação de Habilitação, nos termos dos parágrafos 2º, 3º e 4º do [Art. 62 da Lei Federal nº 14.133/21](#).

A visita deverá ser agendada com antecedência e deverá ocorrer até a abertura da Proposta de Preço.

Qualquer informação em relação à visita poderá ser obtida junto a Coordenadoria de Planejamento, Projeto e Orçamento de Obras/CPPOO do DER/RO em Porto Velho/RO.

Horário de atendimento da Coordenadoria de Planejamento, Projeto e Orçamento de Obras/CPPOO do DER/RO ao Público: de 07:30h às 13:30h, através do telefone (69) 99222-9333 – Edifício Rio Jamary - Av. Farquar, 2986 - Pedrinhas, Porto Velho - RO, 76801-470.

A empresa licitante, ao seu critério, poderá declinar da visita, sendo neste caso, necessário apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

A licitante não poderá alegar, à posterior, desconhecimento de qualquer fato.

Todas as empresas deverão apresentar, sob pena de inabilitação, junto a sua documentação de habilitação uma declaração de conhecimento prévio de todos os aspectos relevantes que envolvem a execução da obra, informações e condições físicas, ambientais, logísticas, de mão-de-obra, econômica e social da área de implantação do empreendimento, podendo a referida declaração ser firmada em modelo próprio da empresa licitante. Assim, a empresa vencedora, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento das particularidades regionais relativas às condições de realização do serviço como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame. (ANEXO I)

Serão INABILITADAS as empresas licitantes que não apresentarem, na ocasião da habilitação, a declaração de conhecimento prévio da área de implantação do empreendimento ou não apresentarem o atestado de visita técnica emitido na ocasião da visita;

#### **DA GARANTIA DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS**

O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido no Artigo. 618 do Código Civil, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 e no §6º, do artigo 140 da Lei 14.133/2021 e Normas Técnicas aplicáveis.

***“Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de 5 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.”***

*“Art. 140. O objeto do contrato será recebido:*

*[...]*

*§ 6º Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.”*

Deste modo, fica a contratada responsável pela assistência técnica quando solicitada para realizar manutenção do objeto, com intuito de reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas no total ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de má qualidade dos materiais empregados, até o prazo de 05 (cinco) anos.

#### **DA PROPOSTA**

A proposta de preços, que compreende a descrição dos serviços ofertados pela licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes neste Projeto Básico e seus anexos, bem como atender as seguintes exigências:



Descrição dos serviços, observadas as mesmas especificações constantes do Edital, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e totais detalhados em Planilha Orçamentária, pág. 1 a 8 e o Cronograma Físico-Financeiro, pág. 221 e 222, ambos presente no Adendo Orçamento Completo Atualizado - janeiro - 2025 ([0060091505](#)).

Na elaboração das propostas de preços é necessário que os licitantes apresentem o valor global no mês-base do orçamento – janeiro/2025, em moeda corrente nacional, incluindo todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena Execução do serviço objeto da licitação, atendendo aos seguintes itens: Quadro Resumo de Preços, Planilha de Preços Unitários por Item de Serviço, Composições de Preços Unitários, Cronograma Físico-Financeiro, Organograma de Profissionais da Equipe Técnica com suas especializações e experiências comprovadas.

A licitante não poderá cotar e colocar preços superiores aos estabelecidos pelo NOVO SICRO, sejam eles no preço dos insumos ou no valor total do serviço. Não serão permitidas alterações nas quantidades ou exclusões dos itens constantes das composições de custos unitários.

Serão exigidas todas as composições de custos unitários. A licitante fica obrigado a seguir os parâmetros de composição do NOVO SICRO.

A licitante deverá apresentar demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para o item "BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI", inclusive com relação às parcelas que o compõe, e a alíquota do ISSQN aplicável deverá estar devidamente identificada (art. 9º da IS DG nº 12/2010 de 28 de julho de 2010).

Prazo de validade e garantia da proposta de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua assinatura.

### **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

A referência de Preços: Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO) de Rondônia, **NOVO SICRO – Mês base janeiro/2025 - Rondônia**.

As empresas deverão apresentar nas propostas, a composição detalhada de formação da Bonificação e Despesas Indiretas – BDI.

Para a aquisição dos materiais betuminosos e seus transportes, o percentual do **BDI diferenciado** conforme o Memorando-Circular 03-DIREX /DNIT de 02/02/2016 é de **15,00% SEM DESONERAÇÃO**.

Importa evidenciar que as quantidades, as Distâncias Médias de Transportes (DMT), as soluções adotadas nos projetos e as definições de insumos comerciais consideradas nas composições de custo unitário do presente orçamento foram definidos no âmbito do projeto.

Os tributos IRPJ e CSLL não deverão integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e pessoalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante.

É de inteira responsabilidade da licitante obter informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas a fornecimento nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária ou outras correlatas.

O licitante que apresentar a proposta mais vantajosa deverá reelaborar e apresentar à comissão, no prazo previsto no Edital, o Cronograma Físico-Financeiro e os Critérios de Pagamento, de acordo com os itens constantes neste Projeto Básico, respectivamente.

### **PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

O prazo mínimo para apresentação da proposta, segue o que descreve o art. 55 da Lei 14.133/2021:

II - no caso de serviços e obras:



b) 25 (vinte e cinco) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia;

### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária para o presente objeto de contratação:

Programa de Trabalho	Grupo de Programação Financeira	Fontes de Recurso	Unidade Gestora	Natureza de Despesa
26.782.2106.1386	451	1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.501.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 1.750.0.00001 / 2.750.0.00001 / 2.501.0.08103 / 1.759.0.08028 / 2.759.0.08028	11025 / 14011	44.90.51

### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

#### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada contendo a discriminação e quantificação dos serviços executados no mês e o acumulado desde o início dos serviços. Bem como o cronograma atualizado, se houver.

Os serviços serão medidos, de acordo com os meses preestabelecidos observando o cronograma físico-financeiro, após sua devida conclusão e aprovação.

Nenhuma medição será processada se a ela não estiver anexado um relatório de controle da qualidade, **contendo os resultados dos ensaios devidamente interpretados**, caracterizando a qualidade do serviço executado.

Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

Medições das etapas concluídas após o prazo previsto no cronograma físico-financeiro contratual poderão ser efetivadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

As medições serão mensais e consecutivas, cujo período corresponderá ao mês cheio, à exceção da última medição que poderá ter períodos proporcionais ao término dos serviços, ou aquelas processadas antes e após o período de suspensão temporária dos serviços, caso ocorra. As medições devem ocorrer em conformidade com as etapas de serviços estabelecidas no cronograma físico-financeiro adotado e aceito pelo DER/RO.

As medições constarão de folhas-resumo com a relação dos serviços, quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais.

As medições serão realizadas por unidade de medidas de cada item efetivamente executado (ex: escavação mecânica - m³; imprimação - m²) com os respectivos preços unitários e que corresponderam a porcentagem referente a cada mês de medição, que deve ser comparado ao cronograma físico-financeiro existente, para que se efetue o pagamento correspondente.

O DER/RO poderá utilizar de auxílio de empresa de supervisão.

No caso de ocorrer antecipação da execução física, dentro do período, numa ou em mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada para efeito de medição, desde que a parcela seguinte seja atingida e exista saldo de empenho para sua cobertura.

Se, para um determinado evento, o cronograma estiver atrasado, o mesmo somente será considerado atendido no momento em que os percentuais acumulados executados coincidirem ou ultrapassarem os previstos, podendo ser medido juntamente com as demais parcelas previstas para a etapa em andamento.

Somente poderá ser efetivada a medição dos eventos que atingirem o percentual previsto para a etapa caso não haja atraso superior a 90 (noventa) dias de um dos eventos previstos nas etapas anteriores.

Não será motivo de medição em separado: mão de obra, materiais, transportes, equipamentos e encargos.

As medições serão conforme o cronograma físico-financeiro e deverão seguir o preconizado nas especificações de serviço do DER/RO, sempre que os grupos de serviços forem concluídos e as metas estabelecidas atingidas.

No processo de medição deverá constar a alíquota de ISSQN adotada pelo Município.

Para tramitação das medições serão exigidos os documentos e informações, conforme o que se segue:

Na primeira medição:

Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO – ART (Autenticada)  
Nº.....;

Relatório: PGR devidamente assinado pelo Engenheiro do Trabalho e Fiscais do DER/RO com comprovante de registro no CREA/RO – ART (Autenticada)  
Nº.....;

Relatório: PCMSO devidamente assinado pelo Médico do Trabalho e Fiscais do DER/RO;

Certidão negativa da Fazenda Estadual;

Certidão negativa da Receita Federal;

Certidão da Dívida Ativa da União;

Certidão negativa do INSS;

Certidão negativa municipal;

Certidão de Regularidade do FGTS;

Certidão negativa de débitos trabalhistas;

Guia e comprovante de pagamento GPS INSS (original / autenticada);

Guia e comprovante de pagamento GFIP INSS (original / autenticada);

Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras, com referência a Empresa ou ao Consórcio responsável no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA;

Deverão ser apresentadas os comprovantes das execuções dos ensaios/controles tecnológicos e dos controles geométricos;

Deverão ser apresentados o livro de ocorrência/diário de obra sem rasuras ou entrelinhas, padrão DER/RO, contendo assinatura do técnico responsável pela obra da contratada e dos fiscais do DER/RO;

Deverão apresentar a garantia descrita no item 23 (DA GARANTIA CONTRATUAL);

O Cronograma Físico, Financeiro e Curva “S” atualizados.

A partir da segunda medição:

- Constitui obrigação da Contratada, a partir da 2ª medição, apresentar planilha de pagamento do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISSQN, identificando o valor recebido na última nota referente ao pagamento de ISSQN através do BDI e apresentar o respectivo comprovante de recolhimento ao Município, informando ao final o saldo da diferença entre o valor pago e o que foi informado no BDI.

- A contratada autoriza a retenção pelo DER-RO, da diferença de pagamento do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISSQN(ISS), quando efetivamente recolher imposto em valor inferior ao informado no BDI, situação que ensejará a elaboração de Termo de Apostilamento até o final do contrato."

Recolhimento do ISSQN da Prefeitura;

Certidão negativa da Fazenda Estadual;

Certidão negativa da Receita Federal;

Certidão da Dívida Ativa da União;

Certidão negativa do INSS;

Certidão negativa municipal;

Certidão de Regularidade do FGTS;

Certidão negativa de débitos trabalhistas;

Guia e comprovante de pagamento GPS INSS (original / autenticada);

Guia e comprovante de pagamento GFIP INSS (original / autenticada);

Relação de empregados que trabalham diretamente na obra contratada;

Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras, com referência a Empresa ou ao Consórcio responsável no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA;

Deverão ser apresentadas os comprovantes das execuções dos ensaios/controles tecnológicos e dos controles geométricos;

Deverão ser apresentados o livro de ocorrência/diário de obra sem rasuras ou entrelinhas, padrão DER/RO, contendo assinatura do técnico responsável pela obra da contratada e dos fiscais do DER/RO;

O Cronograma Físico, Financeiro e Curva "S" atualizados.

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E CURVA "S"** - O Contratado deverá elaborar o Cronograma Financeiro e Físico, além da Curva "S".

Poderá haver ajustes nos Cronogramas, desde que devidamente justificado pela fiscalização do contrato e aprovado pelo Gestor de Contrato, devendo os mesmos receberem números sequenciais. Na elaboração dos cronogramas, a contratada deverá:

Obedecer ao prazo máximo de execução do objeto, definido no contrato, com nível de detalhamento das atividades exigido para cronograma físico e cronograma financeiro.

detalhar as atividades, com Nível de detalhamento das atividades exigido para cronograma físico e cronograma financeiro.

Considerar o período chuvoso da região e adequar os cronogramas conforme a natureza dos serviços.

Ter coerência na elaboração dos quadros, em relação à sequência e duração das atividades.

O Cronograma Físico, Financeiro e Curva “S” deverão ser entregues para análise e aprovação ao Gestor de Contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato. Ressalta-se que serão parte integrante do instrumento contratual.

Cronograma Financeiro - Antes do início de cada obra, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento financeiro dos serviços que serão executados ao longo do tempo.

Cronograma físico - Antes do início de cada obra, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento físico dos serviços que serão executados ao longo do tempo.

O cronograma deverá ser carimbado e assinado pelo responsável técnico da empresa executora.

O cronograma deverá conter, além da previsão da extensão física mensal executada, a extensão acumulada efetivamente executada, permitindo um confronto entre o planejado e o realizado de cada serviço controlado.

Caso haja aditivos contratuais que alterem o escopo ou o prazo da obra deverá ser feita nova versão do cronograma, mantendo-se no relatório as versões anteriores, sempre numerados em ordem crescente.

Deverão ser consolidados os valores e percentuais, previstos e executados mensalmente e apresentados acumuladamente ao longo do período da obra.

Curva "S" - A Curva “S” permite a análise gráfica da execução financeira da obra em um estudo comparativo entre o previsto e o executado, visualizando-se os desvios do projeto, sejam de custo ou prazo. O gráfico é construído a partir dos valores acumulados da previsão e da execução do desembolso, sendo os dados obtidos do cronograma financeiro.

## **DO PAGAMENTO**

O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias após habilitação para pagamento, nos termos do Art. 190 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024, contados da prestação do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

No caso de prestação de serviço ou fornecimento de bens a retenção de imposto de renda será na fonte, sendo destacado o imposto na nota fiscal, com a finalidade de viabilizar o cumprimento da obrigação tributária pelo Estado de Rondônia e atenuar os casos de recusa por parte do fornecedor e/ou dificuldade no procedimento de retenção.

O DER/RO pagará à Contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

A contratada terá direito ao pagamento após executar todo o montante percentual previsto no Cronograma Físico-Financeiro, para o mês correspondente ao qual se pleiteia o pagamento. Ficando a cargo da fiscalização a liberação do pagamento, se o serviço for fielmente executado e dentro das boas práticas, seguindo as normas existentes.

Obedecido o cronograma físico-financeiro apresentado, será procedida a medição dos serviços. Emitido o atestado de conformidade, a Contratada deverá apresentar na sede do DER/RO, a Nota Fiscal correspondente à medição, que será encaminhada ao Setor Financeiro junto com a

documentação completa e respectiva medição. É de inteira responsabilidade da empresa a entrega, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o processamento da medição, de toda documentação necessária à plena e correta formalização do processo de medição, condição esta imprescindível para o envio deste para pagamento. O atraso na entrega da documentação exigida, por parte da empresa, não poderá concorrer para futuros pleitos de ressarcimento por atraso de pagamento.

No caso de ocorrer antecipação da execução física, dentro do período, numa ou em mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada para efeito de medição, desde que a parcela seguinte seja atingida e exista saldo de empenho para sua cobertura.

As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas e apresentadas à CONTRATANTE para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número da Ata de Registro de Preços e da conta bancária da Contratada. Caso haja Termo de Contrato, a Nota Fiscal deverá apresentar o número do instrumento contratual.

A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas;

Será observado o no prazo de até 15 (quinze) dias após habilitação para pagamento.

As medições dos serviços executados serão realizadas a cada 30 (trinta) dias, pela Comissão de Fiscalização, acompanhado pelo Responsável Técnico da Empresa.

Os serviços serão medidos mensalmente, conforme instrução vigente sobre o assunto. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.

O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela Contratada, da Regularidade Fiscal (perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas), nos termos deste instrumento.

Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do [Art. 137, da Lei nº. 14.133/21](#).

Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = N x VP x I**, sendo:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da Parcela a ser paga

**I** = Índice de compensação financeira, assim apurado:

**I** = (TX/100)/365 I = .....

**TX** = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;



A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

Ao DER/RO reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada e, ainda, se for constatado, que os serviços executados não correspondam às especificações apresentadas na proposta.

O Benefício e Despesas Indiretas - BDI, deve ser apresentado detalhando-se todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital.

Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária, observando-se ainda a legislação específica de cada município.

As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma.

A administração local será remunerada proporcionalmente à execução da obra, conforme orientação Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário e Manual de Custos do SICRO:

*Acórdão nº 2.622/2013-TCU – “Plenário orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a estabelecer critério objetivo de medição para a administração local das obras, abstendo-se de remuneração por valores fixos mensais. Dessa forma, os pagamentos referentes à administração local serão realizados conforme a execução financeira da obra.”*

Ao passo que a execução financeira do contrato é realizada, o percentual referente à administração local deve ser aplicado proporcionalmente sobre os valores medidos.

O custo constante no orçamento referencial da Administração Local é para a execução completa da obra e somente será medido integralmente (100%) se o contrato for totalmente executado, caso contrário será medido e pago apenas de modo proporcional ao executado.

A execução integral dos serviços fica condicionada à necessidade e disponibilidade orçamentária e financeira do DER/RO.

Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pela contratada.

O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

## **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Para o presente procedimento, o **modo de disputa** será o **ABERTO**, nas disposições presentes no inciso I, do art. 56 da Lei Federal 14.133, de 2021.

A combinação dos parâmetros expostos acima, proporcionarão o alcance da seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para este Departamento.

Na proposta de preços a ser apresentada, deverá constar:

- A proposta de preços terá a validade 90 (noventa) dias , onde deverá constar:
- O preço unitário e total, expressos em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, frete e serviços, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venham ocorrer;
- Conter os preços unitários em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais;
- Preço total expresso em algarismos arábicos e por extenso, em moeda corrente Nacional; e
- Indicar em sua Proposta de Preços - CNPJ e os Dados Bancários (Banco, Agência e Conta Corrente), onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso seja vencedora do certame.

## **DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O regime de execução adotado será **empreitada por preço unitário**: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

A justificativa para adoção deste regime de execução se dá pela flexibilidade, transparência, mitigação de riscos, e adequação a projetos com incertezas nos quantitativos. Este regime permite uma gestão mais eficiente dos recursos e promove um ambiente de colaboração entre as partes envolvidas, assegurando a qualidade e a conformidade das obras realizadas.

## **DA HABILITAÇÃO**

Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos artigos 62, incisos I ao IV, da Lei 14.133/21, devendo ser observada as seguintes disposições:

### **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;

No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#);

Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e devem comprovar compatibilidade entre o objeto social/atividade comercial das empresas licitantes e o objeto do certame.

As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do(s) sócio(s) (RG/CNH/outro).

### **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

Declaração de que atende o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, ou seja, de que não possui em seu quadro, funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Será aceita declaração eletrônica, realizada no sistema de compras utilizado pelo Estado de Rondônia;

Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz, mantendo esta a responsabilidade pela entrega dos documentos mencionados.

### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA**

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos **90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

b.1) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superiores a 1 (um);

b.1.1.) Para comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices supramencionados, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1 \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1 \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1 \end{aligned}$$

b.2) Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, visando garantir que as empresas participantes dos processos licitatórios tenham recursos financeiros adequados para cumprir as obrigações contratuais.

b.3) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.4) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b.5) O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

b.6) As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a(s) vencedora(as) detenha(am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

c) Considerando os termos da Lei 14.133/2021, art. 15, §1º que estabelece que para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação. Fica definido o seguinte:

- Para empresas reunidas em forma de consórcio: Capital mínimo ou Patrimônio Líquido de 20% (vinte por cento) do valor estimado para o lote no qual estiver participando.

## QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Atestados de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da empresa Licitante em serviços similares e compatíveis em características técnicas e quantidades com o objeto desta licitação, conforme [Art. 67, II da Lei Federal nº 14.133/21](#);

Portanto, as empresas participantes da Concorrência deverão apresentar:

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

**Certidão comprobatória de inscrição ou registro e regularidade da empresa a ser contratada e registro dos seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da região a que estiver vinculada, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação.**

Atestados de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da empresa a ser contratada em serviços similares e compatíveis em características técnicas e quantidades com o objeto desta licitação, conforme Art. 67, II da Lei Federal n. 14.133/21;

O atestado emitido por pessoas jurídicas de direito privado deverá conter o nome completo do signatário, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), atestando às informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade na fase da licitação.

A comprovação da qualificação técnica deverá apresentar uma maior relevância nos serviços de **Execução de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo com banho diluído (TSD), Drenagem, Obra de Arte Corrente e Sinalização Rodoviária**, compatíveis em características técnicas e quantidades com o objeto desta licitação.

Durante todo o período dos serviços, ao menos 01 (um) profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado os serviços com características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação.

Declaração de que empresa a ser contratada tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

A qualificação técnica da licitante deverá ser demonstrada mediante a comprovação da aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, devendo a licitante declarar a disponibilidade de pessoal técnico especializado e comprovar a capacitação técnico- profissional e técnico-operacional.

Deverá ser apresentada declaração formal emitida pela licitante de que os equipamentos necessários para execução do serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso por ocasião de sua utilização. Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria in loco pelo DER/RO, sempre que necessário.

No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos na entidade profissional competente do Estado de Rondônia, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação ([art. 67, inciso VI, da Lei n.º 14.133/2021](#)).

## **DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA**

**Capacidade Operacional** - A licitante (pessoa jurídica) deve ter experiência na execução de serviço de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, comprovadas por intermédio de atestados e/ou certidões de contratos emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.



privado, em nome da empresa, compatíveis com o objeto da licitação, em quantidades equivalentes a no mínimo 40% (quarenta por cento) do quantitativo dos serviços de maior relevância no projeto (considerados aqui os serviços que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, excluindo dessa monta os serviços relacionados a **Administração Local e Serviços Preliminares**), **restringindo apenas a serviços de peso econômico**, a seguir relacionados:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade
1	Aquisição de emulsão RR-2C	t	348,11
2	Base de solo estabilizado granulometricamente sem mistura com material de jazida	m³	19.218,46
3	Hidrossemeadura	m³	175.028,59
4	Sub-base de solo estabilizado granulometricamente sem mistura com material de jazida	m²	19.828,62
5	Tratamento superficial duplo - brita comercial	m²	72.979,13

A Nova Lei de Licitações autoriza a Administração a exigir a comprovação da capacitação técnico-operacional, nos termos de seu art. 67. Portanto, por interesse da Administração e pautada no [§ 2º do art.67 da Lei 14.133/21](#), será admitida capacidade técnica até 40% (quarenta por cento) do quantitativo dos serviços de maior peso econômico.

Aqui cabe justificativa

Preliminarmente, acerca desta exigência, a nova Lei de Licitações Lei nº 14.133/2021 autoriza a Administração a exigir a comprovação da capacitação técnico-operacional, nos termos de seu art. 67, VI, §§ 2º e 3º. A experiência a ser verificada é a da pessoa licitante, devendo comprovar, enquanto organização empresarial, sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Neste mesmo entendimento, o TCU reconheceu por meio da publicação da Súmula nº 263, *in verbis*:

“... para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.” (Grifo meu)

A exigência de quantidade mínima está fundamentada no Acórdão n. 3.663/2016-TCU:

“É irregular a exigência de número mínimo de atestados de capacidade técnica, bem como a fixação de quantitativo mínimo nesses atestados superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto nos casos em que a especificidade do objeto recomende e não houver comprometimento à competitividade do certame, circunstância que deve ser devidamente justificada no processo licitatório. (ACÓRDÃO TCU 3.663/2016)

Também no Acórdão n.º 1.052/2012-Plenário:

“1 – É ilícita a exigência de número mínimo de atestados de capacidade técnica, assim como a fixação de quantitativos mínimo nesses atestados superior a 50% dos quantitativos dos bens ou serviços pretendidos, a não ser que a especificidade do objeto recomende o estabelecimento de tais

requisitos.” Acórdão n.º 1.052/2012-Plenário, TC 004.871/2012-0, rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, 2.5.2012.

No Acórdão nº 3.070/2013, o Relator entendeu que é “imprescindível a apresentação de atestado de capacidade técnico-profissional com exigência de quantitativos mínimos, sob pena de a Administração atribuir responsabilidade pela prestação dos serviços a profissionais que não detêm capacidade técnica demonstrada na execução de serviços de porte compatível com os que serão efetivamente contratados.”

O Acórdão n. 534/2016-Plenário, da rel. Min. Ana Arraes segue esse entendimento:

5. Como salientado pela instrução, este Tribunal evoluiu sua jurisprudência para admitir ser possível – e até mesmo imprescindível à garantia do cumprimento da obrigação – delimitar as características que devem estar presentes na experiência anterior do licitante quanto à capacidade técnico-operacional e técnico-profissional (acórdãos 1.214/2013 e 3.070/2013 do Plenário).

6. Assim, é compatível com o interesse público contratar empresas e profissionais com experiência comprovada na execução da obra que se irá executar. A questão não é a exigência da comprovação de experiência anterior, mas a razoabilidade dos parâmetros estipulados.

[...]

10. Lembro que a representante se insurgiu contra o fato de ser exigida experiência técnico-profissional anterior, o que, entretanto, tem sido admitido pelo TCU em jurisprudência mais recente, já que a administração pública tem o dever de buscar se resguardar de obras mal feitas.

11. Não vejo problemas em exigir do profissional mais do que se exigiu da firma, consoante apontado pela unidade técnica. A experiência da empresa na execução de obra é importante, mas não determinante. Sem profissional qualificado, a contratada não tem o mesmo desempenho, mesmo que tenha capacidade gerencial e equipamentos.

[...]

13. Concluo, assim, que as exigências objetivaram contratar empresa e profissionais com capacidade técnica suficiente para garantir uma obra de qualidade. Além disso, o edital exigiu ART ou RRT de profissionais que **participarão** da obra, e não que esses já pertencessem aos quadros da empresa por ocasião da licitação. Logo, não se configurou restrição à participação no certame e não se onerou em demasia os interessados em dela tomar parte. Acórdão n. 534/2016-Plenário, TC 004.974/2016-6, rel. Min. Ana Arraes, 9.3.2016.

Portanto, por interesse da Administração e pautada nos acórdãos anteriores, foi exigida capacidade técnica equivalente a 40% (quarenta por cento) do quantitativo dos serviços de maior relevância da obra, tendo em vista a importância do objeto conforme justificado no item ( DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO) deste Estudo Técnico Preliminar.

**Relevância Técnica.** A necessidade da Administração Pública é a **Execução de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado à Quente – CBUQ, Drenagem e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-133; trecho: Entrº RO-387 / Usina de Calcário, segmento: Estaca 500+0,00 à Estaca 1500+0,00, Lote: 02 com extensão de 20,00 km.** Para atender a esta necessidade, o DER contratou uma empresa de consultoria de projetos por meio do Processo Administrativo nº 01-1411-00080-0002/2015-FITHA - Contrato nº 018/2016-FITHA. A consultora realizou todos os estudos necessários para o desenvolvimento do projeto e concluiu que a solução mais adequada para atender a esta necessidade da **Administração Pública é uma Pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado à**

Quente - CBUQ, devidamente acompanhada de seus respectivos projetos complementares.

Então, para que o objeto esteja em pleno funcionamento, é necessário que, além da Pavimentação em CBUQ (inclusos a aquisição e transporte de ligantes) com sua respectiva fundação, os cortes, aterros, dispositivos de drenagem, sinalização entre outros sejam executados conforme as especificações de projeto, sob pena de ruína e inutilização do objeto.

Quanto ao aspecto financeiro, destacamos que os serviços de Aquisição de Emulsão RR-2C, Base de solo estabilizado granulometricamente sem mistura com material de jazida, Hidrossemeadura, Sub-base de solo estabilizado granulometricamente sem mistura com material de jazida e o Tratamento superficial duplo brita comercial, totalizam cerca de R\$ 17.244.488,15 (dezesete milhões, duzentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e oito reais e quinze centavos), o equivalente a aproximadamente 37,09% do valor total da obra, correspondendo as parcelas de maior relevância, consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, excluindo o item Administração Local.

Em se tratando dos demais serviços, é importante frisar que no atestado de capacitação técnica relativo aos itens 1 a 5 do Quadro 01, o mesmo deve englobar serviços com as mesmas características e especificações técnicas no projeto contratado.

O itens relacionados acima deverão ser comprovado através de certidões e/ou atestados fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado devidamente comprovados.

Quando a certidão e/ou atestado não for emitido pelo contratante principal do serviço (órgão ou ente público), deverá ser juntada à documentação, pelo menos um dos seguintes documentos:

Declaração formal do contratante principal confirmando que a Licitante tenha participado da execução do serviço objeto do contrato;

Autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome da licitante subcontratado para o qual se está emitindo o atestado;

Contrato firmado entre contratado principal e Licitante subcontratada.

**Capacidade Profissional** - A licitante deverá, obrigatoriamente, comprovar a disponibilidade de profissionais de nível superior, mediante contrato de prestação de serviços, e apresentar relação dos serviços executados por este profissional, constante do seu Registro/Certidão de inscrição no CREA ou Conselho Profissional competente, em nome do profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante atestados e/ou certidões de capacidade técnica por execução de serviços com as mesmas características do objeto:

Ter executado, a qualquer tempo pelo menos um serviço de **Execução de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo com banho diluído (TSD), Drenagem, Obra de Arte Corrente e Sinalização Rodoviária** com as mesmas características.

A equipe técnica que participará da execução dos serviços estará sujeita à aprovação do DER/RO, por ocasião da contratação e sempre que necessário.

A licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar relação dos serviços executados por profissionais de nível superior e constante do seu Registro/Certidão de inscrição no CREA ou Conselho Profissional competente, em nome do profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante atestados e/ou certidões de capacidade técnica por execução de serviços com as mesmas características do objeto:

O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente será(ão) aceito(s) com a(s) respectiva(s) certidão(ões) do CREA.

A licitante deverá apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido.

**Para determinar a disponibilidade de profissional técnico responsável pela execução do objeto, deverá ser apresentada uma das seguintes formas:**

Cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS em que conste o nome do profissional;

Comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum;

Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa a ser contratada, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA ou Conselho Profissional competente, devidamente atualizada;

Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional, em conformidade com a jurisprudência do Acórdão 498/2013-TCU-Plenário;

Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA ou Conselho Profissional competente, devidamente atualizada.

A licitante deverá anexar a(s) declaração(ões) individual(is) do(s) profissional(is) apresentado(s), para atendimento às alíneas acima, autorizando sua(s) inclusão(ões) na equipe técnica, e que irá participar na execução dos trabalhos.

A título de comprovação de experiência do técnico, deverá ser apresentado atestado e/ou certidão. Ditos atestados e/ou certidões deverão ser apresentados indicando que o profissional esteja listado entre os nomes apresentados e emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados pelo Conselho Regional competente, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante e descrição dos serviços executados. De acordo com os serviços relacionados e comprovados, será avaliado o nível de experiência da equipe para execução dos serviços.

O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima não será considerado pela Comissão de Licitação.

Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes.

## **CONSÓRCIO**

Conforme estabelecido no Art. 67, § 10 da Lei 14.133/21, em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

Na hipótese da ocorrência do item anterior, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da

certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

### **COOPERATIVA**

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

### **OUTRAS DECLARAÇÕES:**

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Será exigida do licitante declaração, de que cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, em conformidade com o inciso IV Art. 63. da Lei 14.133/21.**

Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos **para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal nas leis trabalhistas**, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, **sob pena de desclassificação, em conformidade com § 1º inciso IV Art. 63. da Lei 14.133/21.**

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Alocar durante todo o período dos serviços ao menos 01 (um) profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado os serviços com características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação.

Alocar durante todo o período dos serviços ao menos 01 (um) encarregado de serviços, com experiência profissional comprovada em serviços de natureza compatível com o objeto da presente licitação, para permanecer na obra em tempo integral, durante todo o período de execução dos Serviços.

Somente será possível a substituição de integrantes da equipe técnica habilitada ou pontuada (capacidade operacional e/ou capacidade profissional da licitante) por outro(s) que, na forma deste Projeto Básico, comprove(em), por meio de atestado(s) ou certidão(ões) ou declaração(ões) e respectivo(s) acervo(s) técnico(s) expedido(s) pelo(s) Conselho(s) Regional(is) competente(s), possuir(em) capacitação técnica igual ou superior ao(s) substituído(s).

Possíveis alterações na composição de profissionais da equipe alocada para execução dos serviços poderão ocorrer mediante prévia solicitação pela contratada e aprovação formal do Setor competente do DER/RO, ou ainda, quando solicitadas pelo Fiscal e/ou pela Gerência geral de fiscalização do contrato, em função de ineficiência ou da necessidade de dar maior celeridade à Elaborar o cronograma físico-financeiro, detalhando todas as etapas de execução dos serviços, dentro da



metodologia que será adotada pela empresa e dos prazos estabelecidos para sua conclusão, para análise e aprovação da fiscalização do DER/RO.

Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018(LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

A empresa contratada deverá providenciar, sem ônus para o DER/RO e no interesse da segurança dos usuários da rodovia e do seu próprio pessoal, o fornecimento de roupas adequadas ao serviço e de outros dispositivos de segurança a seus empregados, bem como a sinalização diurna e noturna nos níveis exigidos pelas Normas do DNIT, da ABNT e do Ministério do Trabalho.

A empresa deverá comparecer ao DER/RO no prazo máximo de 05 (cinco) dias após notificação para assinatura do Contrato;

A empresa deverá comparecer ao DER/RO no prazo máximo de 05 (cinco) dias após notificação para o recebimento da Ordem de Início dos Serviços;

Fazer, impreterivelmente, no prazo de 10 (dez) dias entre a assinatura do Contrato e o início da obra, minucioso exame das especificações e projetos, de modo a poder em tempo hábil e por escrito, apresentar à Fiscalização, todas as divergências ou dúvidas por ventura encontradas, para devido esclarecimento e aprovação, sob pena de preclusão;

Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, regularidade ambiental, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas no total ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de má qualidade dos materiais empregados, até o prazo de 05 (cinco) anos, na forma do Art. 618 do Código Civil Brasileiro, sem ônus para o DER/RO;

Garantir durante a execução, a proteção e a conservação dos serviços executados, até o seu recebimento definitivo;

Manter a guarda da obra, até o seu final e o definitivo recebimento e a comprovação da funcionalidade da obra pelo DER/RO;

Adquirir e manter permanentemente no escritório da obra, um livro de ocorrência/diário de obra sem rasuras ou entrelinhas, padrão DER/RO, para registro obrigatório de todas e quaisquer ocorrências que mereçam destaque, e ART de execução da obra devidamente registrada no CREA;

Afixar placas de sinalização e advertência de obra com ampla visão em alguns pontos das rodovias.

Os serviços de sinalização e dispositivos de segurança nas rodovias deverão atender às Normas e Especificações do DER/RO, DNIT e ABNT.

Será a Contratada responsabilizada por todo e qualquer acidente causado no trecho da obra, cuja causa seja comprovada pela ausência de sinalização;

Em todas as obras a sinalização deve merecer maior atenção de todos os envolvidos na execução dos serviços, em face dos acidentes que podem ocorrer devido à ausência ou insuficiência de sinalização.

Os serviços contratados somente deverão ser iniciados após a instalação da sinalização de segurança, de fornecimento da contratada (cones, cavaletes e dispositivos refletivos e de iluminação intermitente). Além disso, todos os funcionários deverão usar coletes refletivos no desenvolvimento dos serviços.

Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado, limpo, em boas condições de higiene e segurança, utilizando equipamento de proteção individual (EPI) apropriado e equipamento de proteção coletiva (EPC).

Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Comunicar sempre que for iniciar uma atividade ou da conclusão de atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a Comissão de Fiscalização.

Executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância do DER/RO.

Submeter à Fiscalização as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução.

Submeter à aprovação da fiscalização, até cinco dias após o início dos trabalhos, o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços e obras, elaborados em conformidade com o cronograma do contrato e técnicas adequadas de planejamento, bem como eventuais ajustes.

Executar às suas expensas, todas as sondagens e escavações exploratórias que se fizerem necessárias e indispensáveis à execução da obra;

Promover e responder por todos os fornecimentos de água e energia elétrica, à execução da obra, inclusive as instalações provisórias destinadas ao atendimento das necessidades;

Conduzir a execução da obra pactuada em estreita conformidade com o Projeto Básico ou Executivo aprovado pelo Contratante, guardadas as normas técnicas pertinentes à natureza e à finalidade do empreendimento;

Assumir toda a responsabilidade civil sobre a execução da obra, objeto desta licitação;

Contratar o seguro exigido pela Lei 14.133/2021, conforme o caso;

Permitir e facilitar a inspeção da Fiscalização, inclusive prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes a execução da obra;

Está obrigada a colocar e manter no local da obra, placa descrevendo o objeto e o número do Contrato, com o respectivo valor e prazo de execução, encabeçada do “slogan” GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, em conformidade com o estabelecido pelo DER/RO;

Os veículos, equipamentos e máquinas no acampamento deverão ser uniformes, fixando-se em duas faces dos mesmos o slogan “A serviço do DER/RO”, conforme modelo fornecido pelo Contratante;

Além dos equipamentos e vestimentas exigidos por lei e normas de segurança (Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977 de NR 06/78), os funcionários deverão apresentar-se uniformizados, de forma que seus uniformes apresentem o slogan "A serviço do DER/RO".

Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, compatíveis com as obrigações por esta assumida (Art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21), repondo a garantia em sua totalidade no caso de uso pelo DER/RO;

As letras devem ser grandes, maiúsculas e refletivas na ausência de luz solar. No caso de serviços de pequena duração que envolvam riscos de acidentes, as placas de sinais verticais deverão ser preferencialmente assentadas em bases de fácil transporte e não fixadas ao solo. O uso de cavaletes e cones destina-se principalmente para orientar o fluxo dos veículos, em decorrência de interdições em segmentos da rodovia.

Todos os ônus decorrentes da execução dos serviços em desacordo com as especificações técnicas, ou por consequência de sinalização inadequada correrão por conta da Contratada.

Correm por conta da Contratada todas as despesas com os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas e especificações da ABNT, para a boa execução do objeto do Contrato, ou que sejam necessários à comprovação da qualidade dos serviços executados ou insumos empregados.

Para tramitação das medições serão exigidos os documentos e informações, conforme o que se segue:

Na primeira medição:

- a) Inscrição do contrato na Seguridade Social, Cadastro Nacional de Obras (CNO);
- b) Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO – ART (Autenticada) Nº.....;
- c) Relatório: PPRA/PCMAT devidamente assinado pelo Engenheiro do Trabalho e Fiscais do DER/RO com comprovante de registro no CREA/RO – ART (Autenticada) Nº.....;
- d) Relatório: PCMSO devidamente assinado pelo Médico do Trabalho e Fiscais do DER/RO;
- e) Certidão negativa da Fazenda Estadual;
- f) Certidão negativa da Receita Federal;
- g) Certidão da Dívida Ativa da União;
- h) Certidão negativa do INSS;
- i) Certidão negativa municipal;
- j) Certidão de Regularidade do FGTS;
- k) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- l) Guia GPS INSS (original / autenticada);
- m) Guia GFIP INSS (original / autenticada);

A partir da segunda medição:

- a) Recolhimento do ISSQN da Prefeitura;
  - Constitui obrigação da Contratada, a partir da 2ª medição, apresentar planilha de pagamento do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISSQN, identificando o valor recebido na última nota referente ao pagamento de ISSQN através do BDI e apresentar o respectivo comprovante de recolhimento ao Município, informando ao final o saldo da diferença entre o valor pago e o que foi informado no BDI.
  - A contratada autoriza a retenção pelo DER-RO, da diferença de pagamento do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISSQN(ISS), quando efetivamente recolher imposto em valor inferior ao informado no BDI, situação que ensejará a elaboração de Termo de Apostilamento até o final do contrato."
- b) Certidão negativa da Fazenda Estadual;
- c) Certidão negativa da Receita Federal;
- d) Certidão da Dívida Ativa da União;
- e) Certidão negativa do INSS;
- f) Certidão negativa municipal;
- g) Certidão de Regularidade do FGTS;
- h) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- i) Guia GPS INSS (original / autenticada);
- j) Guia GFIP INSS (original / autenticada);

**k) Relação de empregados que trabalham diretamente na obra contratada.**

Deverá requerer o Licenciamento Ambiental (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação) junto a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, bem como a Declaração de Dispensa de Título Minerário – DDTM ou qualquer Título Minerário cabível junto à Agência Nacional de Mineração - ANM, referente às jazidas de cascalho alocadas no projeto da obra.

Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

Cumprir todas as exigências constantes do Edital e seus Anexos.

Emitir relatórios mensais das atividades desenvolvidas, de cunho gerencial, em que constarão todas as informações técnicas dos serviços.

Executar os serviços objeto do presente Edital, observando este Projeto Básico e, de modo geral, as Especificações e as Normas Técnicas vigentes no DER/RO e DNIT, aquelas complementares e particulares e outras pertinentes aos serviços em licitação, constantes dos respectivos projetos, as instruções, recomendações e determinações da Fiscalização e, quando houver, da Supervisão e dos Órgãos Ambientais.

Seguir o cronograma físico das etapas de execução dos serviços. Realizar, com zelo e fidelidade a prática da boa execução dos serviços, observando as formas, as medidas, os desenhos, realizando verificação “in loco” e a melhor metodologia, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização, a qual se compromete, desde já, submeter-se.

Fornecer e manter no canteiro de serviços tudo que for necessário à execução dos serviços dentro dos prazos estipulados e com a qualidade desejada.

Manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os entulhos, dando-lhes o destino adequado.

Prestar assessoria técnica com orientações, sugestões, instruções ou recomendações, exemplos de aplicação em outros serviços e assistências técnicas de interesse do DER/RO em relação a serviços, projetos e atividades que envolvam o objeto do Contrato, fornecendo normas para aperfeiçoar e garantir eficiência aos serviços.

Supervisionar e coordenar os trabalhos, assumindo total e única responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços.

Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado, limpo, em boas condições de higiene e segurança, utilizando equipamento de proteção individual (EPI) apropriado e equipamento de proteção coletiva (EPC).

Providenciar, junto ao CREA regional, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.

Tomar todas as providências necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, arcando com todas as despesas, sem ônus adicional ao DER/RO.

Entregar as áreas afetadas pelos serviços totalmente recuperadas e limpas.

Não subcontratar serviço algum sem autorização do DER/RO.

Promover medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer os equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e exigindo que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas.

Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares do DER/RO, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o DER/RO, cabendo à licitante vencedora todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor.

Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

Acatar e cumprir todas as regras e obrigações estabelecidas na convenção coletiva do Sindicato da classe a que seus empregados estejam filiados, sem ônus adicional ao DER/RO.

Pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos.

A inadimplência da Licitante vencedora, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao DER/RO, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o DER/RO.

Apresentar planejamento inicial com descrição do Plano de Mobilização de Meios (pessoal, viaturas e equipamentos), indicando os itens que serão comprados, alugados ou remanejados de outros canteiros, meios de transporte e outros julgados necessários, com as respectivas cronologias.

Apresentar organograma com a distribuição dos cargos e funções, acompanhado do Plano da Administração, no qual estejam definidas as atribuições e responsabilidades de todo pessoal, até o nível de encarregado ou mestre.

Desenvolver atividades em mais de um turno de serviços, seja durante os dias úteis, nos finais de semana ou nos feriados, sempre que se fizer necessário, com o propósito de manter, recuperar ou antecipar etapas do cronograma físico dos serviços, a fim de garantir o cumprimento do prazo total de execução estabelecido.

Verificar e comparar todos os documentos fornecidos para execução dos serviços. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à licitante formular imediata comunicação escrita ao DER/RO, buscando o imediato encaminhamento do assunto, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento dos serviços.

Verificar a compatibilização dos desenhos técnicos, procedendo à análise detalhada dos mesmos, oportunidade em que poderá observar interferências entre eles. Quaisquer incompatibilidades deverão ser comunicadas ao DER/RO, bem como sanadas de maneira a não comprometer o cronograma dos serviços.

Complementar todos os ajustes eventualmente necessários para a perfeita execução dos serviços, bem como elaborar, integralmente, quaisquer projetos que se fizerem necessários com as respectivas aprovações junto aos órgãos competentes, assumindo todos os custos.

Antecipar, sempre que possível, a execução das etapas estabelecidas no cronograma físico, visando garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos, a fim de compensar, preventivamente, a ocorrência de imprevistos que poderiam implicar em atraso futuro de etapas específicas de serviços.

Conclusão total dos serviços dentro do prazo definido no cronograma, revertendo qualquer atraso decorrente de ajustes de projetos, intempéries ou outros imprevistos no transcorrer dos serviços.

Assumir inteira e total responsabilidade pela execução dos serviços, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas a executar.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da ciência pela licitante vencedora, ou no prazo para tanto estabelecido pela Fiscalização.

Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos.

Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização do DER/RO.



Manter, durante todo o período da execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente Edital.

Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados diretamente ao DER/RO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

Prestar esclarecimentos ao DER/RO sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva, independente de solicitação.

A contratada deverá apresentar por ocasião da assinatura do contrato:

Cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS em que conste o nome do profissional, ou;

Comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA ou Conselho Profissional competente, devidamente atualizada.

Fornecer mensalmente declaração por escrito de que estão cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes deste contrato, de acordo com o disposto no Art. 121, da Lei nº 14.133/21, conforme segue:

**MINUTA DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO ART. 121 DA LEI Nº 14.133/21**

[NOME DA CONTRATADA], nos termos do Contrato nº , que tem por objetivo a execução de declaro, para os efeitos do art. 121, da Lei nº 14.133/21, que relativamente ao mês de \_\_\_\_\_ de 20\_\_ , foram cumpridas todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do referido contrato.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

Realizar cadastro no Sistema SEI, bem como, de manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

Submeter à aprovação da fiscalização, até cinco dias após o início dos trabalhos, o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços e obras, elaborados em conformidade com o cronograma do contrato e técnicas adequadas de planejamento, bem como eventuais ajustes.

Realizar, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos.

Os serviços deverão iniciar no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento pela contratada, da ordem de serviço emitida pelo DER/RO.

De forma a atender o [inciso II, do §9º do Art. 25 da Lei 14.133/21](#), a contratada deve adotar o emprego de mão de obra formada por pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou

egressos do sistema prisional, no percentual mínimo de 2% (dois por cento), nos termos do Decreto Estadual nº 25.783, de 2021.

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo de 20 (vinte) dias quando solicitado pelos fiscais, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

Em caso de paralisação da obra por fatores supervenientes que vierem a ocorrer, os custos relativos a mobilização e desmobilização de equipamentos ocorrerão às expensas da contratada.

A empresa contratada será responsável pela recuperação ambiental de pedreiras ou áreas degradadas.

Providenciar, junto ao CREA regional, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.

### **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece o Edital, em particular no que se refere ao nível de serviço e sanções administrativas.

Proporcionar todas as condições necessárias para que a licitante vencedora possa cumprir o objeto desta licitação.

Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em casos omissos.

Nomear gestores para executar a fiscalização do Contrato, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas.

A existência e a atuação da Comissão de Fiscalização do DER/RO em nada restringem a responsabilidade técnica única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto contratado.

Atestar a execução do contrato e cumprir as demais obrigações contidas no Edital.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;

Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Projeto Básico;

Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

Cumprir fielmente as obrigações pactuadas, a prestação de todas as informações indispensáveis a regular execução das obras, o pagamento oportuno das parcelas devidas, e ainda, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia - DOE.

### **DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O licitante e o contratado que incorram nos crimes em licitações e contratos administrativos, sujeitam-se as sanções administrativa que estão previstas no Capítulo II-B da Lei n. 14.133/21.

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações ([conforme art. 155. da Lei Federal 14.133/2021](#)):

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

De acordo com o Artigo 156 da Lei n. 14.133/21, o indivíduo responsável por infrações administrativas previstas na legislação, estará sujeito às seguintes sanções:

- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, I, III e IV, da Lei n. 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada, multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela adjudicada.

Multa de mora de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso, na entrega de bens ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, limitada ao percentual máximo de 10,00% (dez por cento).

A licitante, adjudicatária ou contratada que incorrer nas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei n. 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposto nos §§ 4º e 5º do art. 156 da referida Lei. Além disso, será descredenciada do Cadastro Estadual de Fornecedores, sem prejuízo da aplicação das multas previstas no Projeto Básico e das demais sanções legais. A penalidade também deverá ser registrada no SICAFI e no CAGEFIMP (Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar).

A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia, quando houver. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

São exemplos de infração administrativas penalizáveis, nos termos da Lei n. 14.133, de 2021:

Inexecução total ou parcial do contrato;

Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Comportamento inidôneo;

Fraude fiscal;

deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
01	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
02	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a prestação do serviço contratado.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
05	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
06	Inexecução parcial ou total do contrato.	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de:			
07	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
08	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos no Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
09	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
10	Cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia

*(\*) Incide sobre a parte inadimplida.*

As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta contratação:

Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A multa poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

Além da multa por infração administrativa (multa compensatória) prevista no inciso II, do art. 156 da Lei n. 14.133/21, poderá ser aplicada a multa de mora por atraso injustificado prevista no art. 62 da Lei n. 14.133/21.

As multas provenientes de atraso de cronograma ocorrerá na seguinte forma:

Multa moratória de 3% (três por cento) sobre o primeiro atraso, será aplicado multa moratória de 3% (três por cento) sobre o percentual não cumprido.

Sobre o segundo atraso será aplicado multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o percentual não cumprido.

Sobre o terceiro atraso a multa moratória será aumentada até o limite de 10% (dez por cento).

A licitante, adjudicatária ou contratada que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, do artigo 155, da Lei n. 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposições dos § 4º e §5º o art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

No caso de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 26.2., a mesma deverão ser precedidas de processo administrativo conforme diretrizes presentes no art. 186 do Decreto Estadual n. 28.874/2024.

## **DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**Do prazo de vigência do contrato:** O prazo de vigência do contrato será de **548 (quinhentos e quarenta e oito) dias**, contados a partir da data de assinatura do contrato, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, tendo início e vencimento em dia de expediente.

Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme o art. 111 da Lei n.º 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 111. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

Parágrafo único. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

I - o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115 da Lei n. 14.133/2021.

Em caso de paralisação da execução da obra, por mais de um mês a Administração deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução, conforme §§ 6º e 7º do art. 115 da Lei n. 14.133/2021.

As prorrogações dos prazos de execução e da vigência do contrato, caso necessárias, serão precedidas da solicitação e correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

A Contratante poderá modificar unilateralmente o contrato para melhor adequá-lo às finalidades de interesse de qualquer dos órgãos beneficiados pela contratação, respeitados os direitos da Contratada, conforme o [Art. 104 da Lei Nº 14.133/21](#).

## **DA GARANTIA DO CONTRATO**

A presente contratação contará com garantia de execução, nos moldes do Capítulo II, da Lei n. 14.133, de 2021, no que couber devido à sua complexidade e ao seu valor de contratação.

As modalidades de garantia pela qual a contratada poderá optar são:

Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

Seguro-garantia;

Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023).

A contratada deverá prestar garantia na modalidade que optar, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Termo de Contrato, conforme disposto no artigo 98, da Lei nº 14.133, de 2021. O valor da garantia deverá atualizado sempre que houver apostilamento ou lavratura de termo aditivo ao contrato.

Caso opte pelo seguro-garantia, o edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado.

Caso opte pelas modalidades de caução ou fiança bancária, a contratada deverá prestar garantia em até 10 (dez) dias após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial do Estado (DOE);

Caso a contratada opte pela oferta de seguro-garantia, deverão ser observadas as regras estabelecidas no art. 97, da Lei n. 14.133/2021. Fica estabelecido o prazo de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia (art. 96, §3 da Lei n. 14.133/2021). Ademais, deverão ser atendidos os seguintes critérios:

Entrega da apólice, inclusive digital, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a comercializar seguros;

O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender a CIRCULAR SUSEP n.º 662, de 11 de abril de 2022;

A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site: Consulta de Apólice de Seguro Garantia;

O seguro-garantia deve prever o pagamento de multas contratuais, contemplar Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO (TOMADOR) em relação à obra.

O seguro-garantia deve prever o endosso em caso de reajustamento do contrato.

O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste Projeto Básico e edital como condição geral. Em caso de impossibilidade de atendimento, deverá haver expressa justificativa a ser aceita pela Autarquia.

Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato;

Objeto a ser contratado, especificado no Edital;

Nome e número do CNPJ do SEGURADO (DER/RO);

Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora);

Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).

O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

A apólice de seguro, deve expressar o DER/RO como SEGURADO e especificar claramente o objeto do seguro conforme o Edital e/ou Termo de Contrato, ou Termo Aditivo a que se vincula;

O seguro-garantia deve prever o endosso em caso de reajustamento do contrato.

Respeitadas as demais condições contidas neste Edital e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a Licitante CONTRATADA tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

A garantia deverá contemplar, além do prazo de execução de Contrato, o prazo para recebimento definitivo da obra, devendo ser renovada a cada prorrogação, repactuação ou alteração efetiva no Contrato;

A garantia prestada pela Contratada responderá por qualquer das suas obrigações decorrentes do Contrato, inclusive as multas que a ela venham a ser aplicadas.

Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

## **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n. 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Do Gestor do Contrato**

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato.

O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, com a devida observância de suas obrigações descritas no Art. 20 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

### **Da Fiscalização de contrato**

A função de fiscal de contrato, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes à função, obedecerá às obrigações descritas Art. 21 e 22 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

### **Da Fiscalização Técnica**

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Além do disposto acima, a fiscalização técnica obedecerá as obrigações descritas no Art. 23 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

#### **Da Fiscalização Administrativa**

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às obrigações descritas no Art. 24 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

#### **Da Gestão e Fiscalização do Contrato e Orientações Gerais**

Caberá aos fiscais do Contrato, designados por Portaria da Direção Geral do DER/RO, fazer cumprir todas as exigências do DER/RO e as responsabilidades da construtora, descritas no Projeto Básico, assim como, o cálculo dos valores das respectivas parcelas mensais a serem medidas, em conformidade com as regras dispostas acima.

A CONTRATANTE designará Engenheiros, com autoridade para exercer em nome do DER/RO, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

As exigências da FISCALIZAÇÃO basear-se-ão nas especificações constantes neste Projeto Básico e seus anexos bem como nas regras de boa técnica.

O DER/RO indicará por meio de Portaria ou Ordem de Serviço, um ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes aos objetos contratados, conforme dispõe o Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 23.

A fiscalização, exercida no interesse exclusivo da Administração, não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência não implica em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente.

As exigências da FISCALIZAÇÃO basear-se-ão nas especificações constantes neste Projeto Básico e nas regras de boa técnica. A CONTRATADA se comprometerá a dar à FISCALIZAÇÃO, no cumprimento de suas funções, livre acesso aos locais de execução dos serviços, bem como fornecer todas as informações e demais elementos necessários à execução da obra/serviços.

À FISCALIZAÇÃO fica assegurado o direito de:

- a) Solicitar por escrito Diário de Obras, devidamente preenchido na obra;
- b) Solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada que embarace ou dificulte a ação da Fiscalização ou cuja presença no local dos serviços e obras seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos (A efetivação desta medida não implicará em modificação do prazo ou condições do contrato);
- c) Exigir o cumprimento de todos os itens das especificações;
- d) Ordenar a suspensão das obras/serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro de 48 horas, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado, ou em material posto na obra;
- e) Paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
- f) Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços e obras;



g) Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços e obras objeto do contrato.

Qualquer auxílio prestado pela Fiscalização na interpretação dos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como na condução dos trabalhos, não poderá ser invocado para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços e obras.

O DER/RO indicará por meio de Portaria ou Ordem de Serviço, um ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes aos objetos contratados, conforme dispõe o decreto estadual Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 23 .

O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistirão nos critérios a serem estabelecidos para a avaliação da qualidade e de aceite dos serviços prestados em consonância aos recursos alocados, utilizando-se de instrumentos de controle para compreensão e mensuração dos seguintes aspectos:

- a) Os resultados alcançados em relação ao contratado;
- b) A verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- c) Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida;
- d) A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- e) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- f) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.

### **Diário de Obras**

No Diário de Obras deverão constar as seguintes anotações:

#### **Pela CONTRATADA**

- a) Preenchimento dos cabeçalhos;
- b) Registro de fatos normais do andamento dos serviços, como: entrada e saída de equipamentos, serviços em andamento, efetivo de pessoal, condições climáticas, visitas ao canteiro de serviço, inclusive para as atividades de suas subcontratadas;
- c) As datas de conclusão de etapas, caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;
- d) Os acidentes ocorridos na execução da obra ou serviço;
- e) A eventual escassez de material que resulte em dificuldade para execução da obra e/ou serviço;
- f) Medições das etapas de obras;
- g) Interrupções no fornecimento de energia elétrica e/ou água.

#### **Pela FISCALIZAÇÃO**

- a) Atestado da veracidade dos registros previstos no item "I" anterior (nas datas em que efetivamente a fiscalização estiver na obra);
- b) Determinação de providências para cumprimento dos termos do contrato e das especificações;
- c) Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho da FISCALIZAÇÃO. O Diário de Obras será entregue à Administração, que o manterá em seu poder por prazo nunca inferior a 05 (cinco) anos.

Obs: A comunicação entre a Fiscalização e a Contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros na Caderneta de Ocorrências.

d) A Caderneta de Ocorrências, com páginas numeradas em 3 (três) vias, 2 (duas) destacáveis, será destinada ao registro de fatos e comunicações que tenham implicação contratual, como: modificações de projeto, conclusão e aprovação de serviços e etapas construtivas, autorizações para execução de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, irregularidades e providências a serem tomadas pela Contratada e Fiscalização.

e) As reuniões realizadas no local dos serviços e obras serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela Fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

## **DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO**

### **DO REAJUSTE**

A **data-base** da planilha orçamentária estimativa é **Janeiro/2025** e serve como orientação aos **licitantes**. Esta será a data-base para reajuste, observado o disposto na Cláusula de Reajuste do Edital.

Decorrido período de 01 (um) ano, contado a partir da data-base do orçamento preestabelecido no edital, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.

O reajustamento dos serviços deve ser realizado de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2023, de 24 de janeiro de 2023, publicada no Boletim Administrativo do DNIT nº 18, em 25 de janeiro de 2023.

Os preços contratuais, em reais, serão reajustados da seguinte forma:

Execução das Obras: pelo índice de reajustamento fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e disponibilizado no site do DNIT;

O cálculo do reajustamento para os preços propostos obedecerá à seguinte fórmula:

#### **Fórmula de Reajustamento**

$$R = \frac{(I_1 - I_0)}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

I0 = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;

I1 = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.

Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas cuja previsão de execução no cronograma esteja além da data-base considerada.

Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

Para as etapas do cronograma com previsão de conclusão anterior à data-base considerada, mas que não estejam concluídas, não será aplicado reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, será pago à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

### **DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

As determinações inerentes ao reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos dos arts. 124 a 126 da Lei 14.133, todos os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

por acordo entre as partes:

quando conveniente a substituição da garantia de execução;

quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do **caput** deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#), o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

As alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#) não poderão transfigurar o objeto da contratação.

O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público (art. 150, Decreto Estadual nº 28.874/2024).

O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito (art. 151, Decreto Estadual nº 28.874/2024);

Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos 154 a 163, deverão ser instruídos conforme previsto no artigo 152 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Os reajustes e as repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise (art. 153, Decreto Estadual nº 28.874/2024).

O prazo de resposta ao pedido do equilíbrio econômico-financeiro se dará em até 60 (sessenta) dias, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês.

## **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução deverá ser reavaliado pela comissão de fiscalização deste departamento, anotadas tais circunstâncias.

As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **PREPOSTO**

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, para representá-lo na execução do contrato.

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

## **FISCALIZAÇÃO**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização de Contrato**

O DER/RO indicará por meio de Portaria ou Ordem de Serviço, um ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes aos objetos contratados, conforme dispõe o artigo 28, § 2º do Decreto Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

A função de fiscal de contrato, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes à função, regidos pelo DECRETO Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 21 e art. 22.

### **Fiscalização Técnica**

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Além do disposto acima, a fiscalização técnica obedecerá as obrigações descritas no DECRETO Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 23.

### **Fiscalização Administrativa**

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes obrigações descritas no DECRETO Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 24.

### **GESTOR DO CONTRATO**

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato.

O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato. DECRETO Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VII ART. 20.

O gestor de contrato fará acompanhamento da realização de cada medição, e, constatado que a empresa contratada não atingiu o percentual definido na página 221 e 222 do Cronograma



Físico-Financeiro ([0060091505](#)) deste Projeto Básico, notificará a contratada para em 5 (cinco) dias apresentar justificativa.

Apresentada justificativa, os fiscais analisarão tecnicamente a pertinência dos argumentos, emitindo parecer técnico e submetendo ao gestor para análise e relatório.

Caso a justificativa não esteja fundamentada em caso fortuito ou força maior, ou na culpa da Administração, o Gestor encaminhará o processo ao Ordenador de Despesas visando a instauração de processo apuratório para aplicação de penalidade.

## **GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO E ORIENTAÇÕES GERAIS**

A Comissão de Fiscalização será composta por 02 (dois) ou mais servidores do DER/RO, com competência para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes ao objeto contratado, nomeada pelo Diretor Geral do DER/RO, observando o disposto no [Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

Caberá aos fiscais do Contrato, designados por Portaria da Direção Geral do DER/RO, fazer cumprir todas as exigências do DER/RO e as responsabilidades da construtora, descritas neste Projeto Básico, assim como, o cálculo dos valores das respectivas parcelas mensais a serem medidas, em conformidade com as regras dispostas acima.

A CONTRATANTE designará Engenheiros, com autoridade para exercer em nome do DER/RO, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização das obras/serviços.

A fiscalização, exercida no interesse exclusivo da Administração, não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência não implica em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente.

As exigências da FISCALIZAÇÃO basear-se-ão nas especificações constantes neste Projeto Básico e nas regras de boa técnica. A CONTRATADA se comprometerá a dar à FISCALIZAÇÃO, no cumprimento de suas funções, livre acesso aos locais de execução dos serviços, bem como fornecer todas as informações e demais elementos necessários à execução da obra/serviços.

À FISCALIZAÇÃO fica assegurado o direito de:

- a) Solicitar por escrito Diário de Obras, devidamente preenchido na obra;
- b) Solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada que embarace ou dificulte a ação da Fiscalização ou cuja presença no local dos serviços e obras seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos (A efetivação desta medida não implicará em modificação do prazo ou condições do contrato);
- c) Exigir o cumprimento de todos os itens das especificações;
- d) Ordenar a suspensão das obras/serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro de 48 horas, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado, ou em material posto na obra;
- e) Paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
- f) Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços e obras;
- g) Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços e obras objeto do contrato

Qualquer auxílio prestado pela Fiscalização na interpretação dos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como na condução dos trabalhos, não poderá ser invocado para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços e obras.

A CONTRATANTE deverá fazer suas reclamações, solicitações, ou Pareceres Técnicos através de ofício numerado de forma sequencial em duas vias protocoladas pelo responsável técnico da Obra, afim de que a CONTRATADA possa respondê-los e tomar as devidas providências da mesma forma, ou seja, através de ofício.

O acompanhamento, gestão e fiscalização do Contrato obedecerá as determinações constantes na Instrução Normativa nº 01/2020/CGE-GAP, de 28/01/2020, publicada no DOE nº 24, de 5/02/2020.

O DER/RO indicará por meio de Portaria ou Ordem de Serviço, um ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes aos objetos contratados, conforme dispõe o [Art. 7 e 117 da Lei nº 14.133/2021](#). O DER/RO poderá contar com o apoio de empresas supervisoras para a fiscalização dos serviços. Caberá ao fiscal técnico do contrato atender o que dispõe o decreto estadual Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 23 .

O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistirão nos critérios a serem estabelecidos para a avaliação da qualidade e de aceite dos serviços prestados em consonância aos recursos alocados, utilizando-se de instrumentos de controle como gráfico de Gantt, para facilitar o controle do cronograma de execução da obra, auxiliando na avaliação dos prazos de entrega e recursos, outro instrumento de controle é a utilização da ferramenta de caminho crítico, que visa realizar análise e tomadas de decisão na obra, já que é possível verificar quais serviços são prioritários e não podem atrasar, e ainda temos o histograma, que é uma ferramenta que se pode visualizar a quantidade de mão de obra e/ou equipamentos necessários em cada período da obra, representando graficamente as necessidades da obra. O diário de obra é outro importante instrumento informatizado de verificação do andamento da obra através de recursos de imagens. Todos esses instrumentos são importantes para compreensão e mensuração dos seguintes aspectos:

Os resultados alcançados em relação ao contratado;

A verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida;

A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

O cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.

## **DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Os preços unitários utilizados na Planilha Orçamentária foram os praticados pelo Sistema de Custos Rodoviários **NOVO SICRO – Mês base Janeiro/2025 - Rondônia**.

O valor referencial orçado será de **R\$ 46.488.585,33 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta e três centavos)**

De acordo com o Acórdão AC1-TC 01556/20 referente ao processo 02549/20 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, as planilhas orçamentárias utilizadas estão em consonância com o precedente formado no Tribunal de Contas da União (Acórdão n. 19/2017-Plenário e Acórdão n. 2.265/2020-Plenário), o qual permite a utilização do orçamento estimativo da licitação para os efeitos do reajustamento dos contratos administrativos. Os reajustes cabíveis estão previstos no item específico deste Projeto Básico.

Os serviços serão contratados através de certame licitatório para atender o DER/RO pela modalidade de:

- Concorrência;
- Empreitada por Preço Unitário;

A Empreitada por preço unitário foi adotada, vez que a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso XXIX, da Lei 14.133/21, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras (Acórdão 1977/2013 - TCU - Plenário).

- Julgando como vencedora a proposta mais vantajosa e com menor preço total para a Administração Pública. Nenhum preço unitário poderá ser superior ao preço base de referência dessa obra.

O BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) adotado na composição do Orçamento Referencial para obra rodoviária (médio porte) foi de 27,86% (vinte e sete e oitenta e seis) por cento, sem desoneração. O BDI para Aquisição e Transporte dos Materiais Betuminosos, BDIs DIFERENCIADOS, foi de 15,00% (quinze) por cento, sem desoneração, conforme estabelecido no art. 3º da Portaria nº 1661 de 26/08/2021 ([0020245125](#)) do DER/RO consoante o art.3º da IN nº 62/DNIT de 17/09/2021, em vigência.

Na composição das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) não deverão ser apropriados os percentuais de IRPJ e CSLL, consoante Acórdão 325/2007 – TCU/Plenário.

O orçamento referencial encontra-se compatível com os quantitativos previstos para o objeto conforme composições unitárias de custos dos serviços extraídas da Tabela de Referência de Preços do **DNIT SICRO/RO, data base de Janeiro/2025**, publicada no site oficial do DNIT, atendendo o item 3.9 da Instrução Normativa Nº 047/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO e ainda a Instrução Normativa nº 01/SEPOG/PIDISE/2016.

### **DO ACESSO AO SEI**

As empresas participantes deverão ter acesso ao sistema SEI, visto que o contrato com a vencedora será assinado eletronicamente pelo seu representante legal devidamente cadastrado. Este cadastro é destinado a pessoas físicas que estejam com PROCESSOS PARA ASSINATURA na instituição.

O SEI disponibiliza cadastro para usuários externos, destinado para empresas/pessoas que participam em processos administrativos junto ao Governo de Rondônia, independente de vinculação, para fins de assinatura de contratos, convênios, termos, acordos e outros instrumentos.

Para realizar o cadastro inicial, o solicitante deverá acessar o site <http://sei.ro.gov.br> e clicar em “ainda não sou cadastrado”, preencher formulário com os dados pessoais e criar uma senha..

O sistema enviará para o e-mail cadastrado uma mensagem solicitando a confirmação do cadastro.

Observação: O perfil de Usuário Externo não permite criação de processo e inclusão de documentos. Sua função é exclusiva para fins de assinatura de documentos.

Mais informações: Entrar em contato com a Central de Atendimento da Setic. pelo e-mail: [cadastrosei@setic.ro.gov.br](mailto:cadastrosei@setic.ro.gov.br), ou fone: (69) 3212-9513 – Voip 9513.

### **DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS**

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previsto no artigo 137 da lei 14.133/2021, bem como amigavelmente assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

Na hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido.

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório Art. 131, caput da lei 14.133/2021.

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigentes do órgão ou entidade constante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até terceiro grau Art. 14, inciso IV da lei 14.133/2021.

O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição do Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

### **DA MATRIZ DE RISCO**

No Decreto Estadual 28.874/2024 em seu art. 39. traz a seguinte recomendação:

Art. 39. A matriz de riscos é o instrumento que permite a identificação das situações futuras e incertas que possam impactar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, bem como a definição das medidas necessárias para tratar os riscos e as responsabilidades entre as partes.

Parágrafo único. A matriz de riscos deverá estar prevista em cláusula específica da minuta contratual anexa ao edital.

Ainda no no Decreto Estadual Art. 40, que recomenda aos órgãos e entidades deverão elaborar a matriz de riscos nas contratações de serviços caso o valor estimado superar R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), por exercício.

Para está contratação a matriz de risco é a seguinte:

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCACÃO</b>
Riscos Prévios a Execução	Necessidade de reequilíbrio financeiro devido à alterações no contrato.	Mudanças nos preços de insumos afetam a lucratividade do contrato. Necessidade de renegociar termos contratuais	Estabelecimento de cláusulas contratuais para reequilíbrio financeiro quando necessário.	Contratante/Contratada
	Interpretação ambígua de cláusulas, divergências nas expectativas	Atraso no projeto, custos legais	Contratos claros e detalhados, mediação prévia	Contratante/Contratada
	Falhas no planejamento e/ou projeto	Atrasos na obra	Planejamento robusto; revisões regulares do	Contratante/Contratada



<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCACÃO</b>
			projeto; uso de metodologias de gerenciamento de projetos eficientes	
	Divergências na interpretação do projeto	Erros na execução, retrabalho.	Comunicação clara, reuniões regulares, revisão constante do projeto	Contratante/Contratada
Riscos Ambientais	Mudanças nos regulamentos ambientais como atualizações na legislação, novas restrições.	Paralisação da obra, multas	Monitoramento constante das regulamentações, ajustes no projeto	Contratante/Contratada
	Atraso, não obtenção, alteração e/ou renovação das licenças ambientais	Paralisação da obra; Atraso no cronograma; Aumento dos custos.	Monitorar e controlar o licenciamento do empreendimento.	Contratante/Contratada
	Impacto no solo devido a movimentações de terra	Erosões, recalques, desabamentos, contaminação do solo;	Implementação de práticas sustentáveis; conformidade com regulamentações ambientais; monitoramento ambiental contínuo	Contratada
Riscos de Orçamento	Mudanças abruptas nas condições do mercado. Instabilidade econômica global ou regional. Variações nos	Diminuição da lucratividade; perda de performance do fluxo de caixa; Aumento de custo.	Celebração de contratos de longo prazo com preços fixos ou indexação a índices de inflação.	Contratante/Contratada

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCACÃO</b>
	custos de produção.		Monitoramento constante do mercado para identificar tendências de preços. Renegociação de contratos conforme necessário.	
	Aumento de custos durante a construção	Diminuição da lucratividade; perda de performance do fluxo de caixa; Aumento de custo.	Orçamento contingencial; contratação de fornecedores confiáveis; acompanhamento rigoroso dos custos	Contratada
	Vencimentos anuais da data base do orçamento referencial estipulado em contrato	Necessidade de reajustamento contratual	Estabelecimento de cláusulas contratuais para reajustamento quando necessário.	Contratante
	Inadimplência ou atraso de pagamento pela contratante.	Problemas de liquidez do contratado; eventual paralisação dos serviços	Adequada gestão orçamentária e financeira pelo órgão contratante. Cláusula prevendo que o contratado pode suspender os serviços previstos no contrato após inadimplência superior a 90 dias. Cláusula prevendo o pagamento de atualização financeira	Contratante/Contratada

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCACÃO</b>
			sobre as faturas em atraso. Prorrogação do contrato.	
Riscos de Segurança	Acidentes de trabalho, violações de normas de segurança	Lesões, perda de vidas, paralisação do trabalho	Treinamento regular, implementação de medidas de segurança; auditorias regulares	Contratada
Riscos de Material	Limitada quantidade de fornecedores na região. Greves ou paralisações na produção de materiais, ou aumento de frete	Escassez de fornecedores de materiais.	Manter relacionamento sólido com fornecedores. Diversificar fontes de suprimento.	Contratada
	Atraso na aquisição de materiais devido à escassez de fornecedores, logística inadequada, entre outros motivos.	Atraso no cronograma, possíveis penalidades contratuais	Diversificar fornecedores, planejamento logístico eficiente	Contratada
	Problemas com a qualidade dos materiais	Materiais adquiridos não atendem aos padrões de qualidade especificados, entregues fora das especificações acordadas, podendo prejudicar a qualidade do produto final com riscos estruturais e/ou custos	Diversificação de fornecedores; controle rigoroso da qualidade dos materiais; Auditorias regulares; Aquisição com fornecedores certificados; Estabelecimento de	Contratada

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCUÇÃO</b>
		adicionais para substituição.	penalidades contratuais.	
	Escassez de matérias-primas essenciais para a produção. Falhas na programação de produção dos fornecedores.	Atrasos na entrega dos materiais. Prejuízo ao cronograma do projeto. Problemas logísticos, como transporte inadequado.	Estabelecimento de cláusulas contratuais rigorosas. Monitoramento logístico e plano de contingência.	Contratada
	Acidentes durante o transporte que danificam os materiais ou armazenamento inadequado durante o transporte.	Contaminação ou perda de qualidade do material. Inviabilidade da utilização do material.	Contratar transportadoras confiáveis. Garantir condições adequadas de armazenamento durante o transporte.	Contratante
Riscos Climáticos	Eventos climáticos severos, como inundações, chuvas frequentes, em especial no período conhecido como inverno amazônico, afetam na execução dos serviços.	Paralisação da obra, atrasos no cronograma. Possíveis danos à estrutura.	Monitoramento de tendências climáticas. Implementação de medidas de adaptação. Considerar o ciclo hidrológico durante a elaboração do cronograma.	Contratante/Contratada
Riscos de Regulamentação	Descumprimento das legislações inerentes ao tema devido à atualizações na legislação, novas restrições, ou apenas não atendimento	Paralisação da obra; Multas; Atraso no cronograma; Aumento dos custos; Aumento das quantidades.	Monitoramento constante das regulamentações, ajustes no projeto	Contratante/Contratada

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCÇÃO</b>
	à diretrizes existentes.			
	Alterações nas leis ou regulamentos governamentais	Introdução de regulamentos ambientais mais rigorosos. Mudanças na tributação sobre materiais de construção. Restrições ao transporte de materiais.	Acompanhamento e adaptação às mudanças regulatórias. Consulta com especialistas legais.	Contratante/Contratada
Riscos de Licenciamento	Necessidade de alterações no Licenciamento ambiental e Componente ambiental de projeto de engenharia e execução dos serviços visando o cumprimento de condicionantes ambientais que demandem acréscimos de serviços de obras, cujos itens de serviço não tenham sido previstos no orçamento da contratação; Atualizações na legislação, novas restrições.	Paralisação do projeto; Multas; Atraso no cronograma; Aumento dos custos; Aumento das quantidades.	Monitoramento constante das regulamentações, ajustes no projeto	Contratante/Contratada
	Dificuldades na obtenção de licenças e aprovações	Paralisação do projeto; Multas; Atraso no cronograma;	Iniciar processo de licenciamento o mais cedo possível; colaboração	Contratante/Contratada



CATEGORIA	RISCO/CAUSA	CONSEQUÊNCIAS	ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO	ALOCACÃO
			estreita com as autoridades competentes	
Riscos Executivos	Falhas na programação ou na execução de etapas de obra.	Atrasos em etapas da obra que culminam com atrasos no cronograma do projeto, bem como na sua entrega final.	cláusulas contratuais rigorosas. Monitoramento e cumprimento de prazos de execução conforme cronograma físico-financeiro.	Contratada
	Risco de ocorrerem eventos na construção que impeçam o cumprimento do prazo ou que aumentem os custos	Atraso no cronograma; aumento de prazo de execução e de custos	Acionar o Seguro risco de engenharia	Contratante/Contratada
	Refazimento de serviços concluídos e/ou bloqueados, perdidos por questões climáticas	Atraso no cronograma e aumento no custo	Possibilidade de aditivo de prazo, de custos e reajustamento decorrente do atraso nessa atividade, e se for o caso, reequilíbrio	Contratada
	Ausência de pessoal suficiente para a fiscalização de execução de contratos de serviços técnicos devido à multiplicidade de demandas internas	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	Definição de equipe de fiscalização alinhada com a equipe de planejamento da contratação; Definir metodologia interna para o Gerenciamento	Contratante

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCUÇÃO</b>
	aos mesmos profissionais.		de prioridades da Fiscalização.	
	Fiscalização ineficiente do contrato devido à equipe indicada ser inadequada à fiscalização do contrato, ou não possuir capacitação necessária para fiscalização do contrato.	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	Definir procedimento interno com vistas a padronizar critérios de seleção de equipe de fiscalização, podendo adotar modelo aprovado por Instruções Normativas Federais, adotando a multidisciplinaridade de funções; Implementar programa de treinamento em Fiscalização de Contratos Administrativos para os servidores.	Contratante
	Dificuldade de atendimento ao cronograma físico financeiro inicial previsto	Necessidade de aditivo contratual de prazo e atraso na entrega dos serviços programados	Deverá haver rotina de adequação do cronograma com a fiscalização de contrato, ainda na fase de planejamento, de modo a evitar previsões de serviços físicos, bem como desembolsos	Contratada

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCACÃO</b>
			financeiros inadequados.	
	Divergências entre as quantidades apresentadas pela empresa e pelos fiscais na prestação dos serviços	Pagamento de serviços em desconformidade com o executado ou previsto.	A metodologia de análise de medição do contrato deve estar definido no Projeto Básico, através de Índice de Medição, de modo a propiciar a quantificação do serviço pela fiscalização, sempre em conformidade com o Cronograma de Desembolso da obra	Contratante/Contratada
	A contratada não possui liquidez financeira para continuar o contrato.	Paralisação do trabalho e rescisão do contrato de prestação de serviços.	Deverá ser exigido à prestação de garantia do Licitante, que objetiva assegurar que o Contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, tornando possível à Administração a rápida reposição de eventuais prejuízos que possa vir a sofrer em caso de inadimplemento; Deverá ser	Contratada

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCACÃO</b>
			prevista no instrumento convocatório a necessidade de apresentação da Garantia, bem como outras informações acerca do capital da Licitante.	
	Dificuldade de acesso da Fiscalização ao local da Execução dos serviços devido à limitação da disponibilidade de veículos para a locomoção.	Paralisação da obra; Impossibilidade de medição de serviços; execução de serviços durante a ausência da fiscalização;	Antes da emissão da Ordem de Início dos Serviços, planejar as viagens e encaminhar para a reserva de veículo. Solicitar à chefia imediata a necessidade de disponibilidade de empenho para viagens.	Contratante
	O Fornecedor é incapaz de executar o contrato por não possuir responsável legalmente habilitado na empresa	Paralisação da obra; Ausência de emissão da ART ou RRT.	No planejamento da contratação será indicado o nível de serviço a ser contratado, estabelecendo a necessidade indicação e comprovação de profissional habilitado.	Contratada
	O Fornecedor é incapaz de iniciar a	Necessidade de aditivo contratual de prazo de	No planejamento da contratação	Contratante Estudo Técnico

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCACÃO</b>
	obra/serviço devida falta da emissão da Ordem de Serviço Inicial.	vigência e atraso na entrega dos serviços programados	será indicado o prazo para assinatura da ordem de início.	
	Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa.	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços.	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); Aplicação de sanções; Exigir comprovantes de regularização de obrigações trabalhistas, as quais a empresa deve fornecer periodicamente conforme edital/contrato ao DER.	Contratada
	Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere à manutenção das condições de habilitação	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços e/ou falha na qualidade de entrega dos produtos/serviços da contratada.	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); Aplicação de sanções; Exigir comprovantes de regularização de obrigações trabalhistas, as quais a empresa deve fornecer periodicamente conforme	Contratada



<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCACÃO</b>
			edital/contrato ao DER.	
	Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere à manutenção da quantidade mínima de equipamentos de topografia, de laboratórios e de veículos, assim como, a quantidade de imóveis e de mobiliário necessários e suficientes para a perfeita execução da obra.	Problemas que possam vir a comprometer o andamento dos serviços, imputar na falha da qualidade do serviço, em atrasos na entrega, patologias precoces nas obras ou surgimento de não conformidades;	Verificar e garantir que a empresa mobilize equipe, equipamento e instalações necessários e suficientes para atendimento ao edital e situação de obras. Ao identificar a ocorrência os fiscais devem acionar os gestores para que estes tomem as medidas cabíveis; Acompanhamento de refazimento de serviços sem ônus ao DER.	Contratada
	Demora na mobilização inicial da empresa por situações alheias pertinentes à contratada.	Alteração no prazo de execução do objeto contratual. Postergação do início da obra. Possível necessidade de aditivo de prazo.	Verificar o efetivo início dos serviços dentro do prazo estabelecido em contrato; Exigência de garantia contratual; Previsão de rescisão do contrato e aplicação de sanções; Acionar o seguro contra	Contratada

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCUÇÃO</b>
			riscos de engenharia.	
	Situações de obra que configurem caso fortuito ou força maior como epidemias, pandemias, enxurradas, escorregamentos, desabamentos, alagamentos, incêndios naturais, perda de cimbramentos.	Problemas que possam vir a comprometer o andamento dos serviços e imputar em atrasos na entrega, além do surgimento de possíveis patologias precoces nas obras ou de não conformidades; Inviabilização da continuidade da obra; Aumento de custos.	Analisar o caso de acordo com sua complexidade a fim de adotar medidas compatíveis com cada situação, verificando a possibilidade de acionar seguros, tendo em vista que são situações de caráter excepcional.	Contratante/Contratada
	Inclusão ou adição de Controle Tecnológico e/ou Geométrico devido à necessidade de execução de ensaios adicionais para caracterizações adicionais imprevisíveis, elaboração/análise de Revisão de Projeto em Fase de Obras.	Adequação de quantitativos; Aditivo de alteração de quantitativos e de custos.	Realizar a adequação de quantitativos e aditivo de alteração de quantitativos e custos da Contratada de acordo com a demanda desde que estes visem a garantia da qualidade e segurança da obra bem como seu devido acompanhamento.	Contratante/Contratada
	Resultados de ensaios inconsistentes; Inadequação na aprovação dos ensaios por não atingirem a	Surgimento de não conformidades; Patologias precoces nas obras; Controle Tecnológico/Geo	Refazimento de serviços não conformes sem ônus ao DER.	Contratada

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCACÃO</b>
	qualidade e periodicidade exigidos pelas Instruções, Normas e Termo de Referência/Projeto Básico, tais como: resultados apresentados insuficientes e/ou equipamentos não estarem devidamente calibrados.	métrico deficitários		
	A Administração poderá modificar e/ou ampliar especificações de serviço e Normas a serem seguidas a fim de garantir que sejam utilizadas as especificações e normas vigentes.	Possível alteração no prazo, custos e no escopo do objeto.	Reequilíbrios por meio de aditivos contratuais.	Contratante/Contratada
	Acréscimo ou redução de volume previsto em projeto devido à ajustes de transporte e reposição de material qualificado, necessidade de tratamento de camadas de solo de baixa capacidade de suporte ou levantamento de quantitativos de maneira equivocada	Alterações no cronograma. Necessidade de aditivos de quantitativo e de custos, bem como de prazo.	Conferir criteriosamente se os valores previstos no projeto realmente precisam de adequações durante a execução da obra, e em caso positivo prosseguir com os aditivos necessários, em caso negativo, não aprová-los.	Contratante

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCACÃO</b>
	durante a fase de projeto.			
	Acréscimo ou redução no quantitativo de serviços decorrentes da necessidade de retaludamentos dos maciços/encostas/taludes, ou de serviços de contenção para estabilização de taludes e maciços não previstos no anteprojeto	Alterações no cronograma. Necessidade de aditivos de quantitativo e de custos, bem como de prazo.	Realizar visita in loco para verificar a necessidade do serviço de contenção. Caso este não possa ser previsto anteriormente durante a fase de projeto, realizar a adequação de quantitativos e aditivo de alteração de quantitativos e custos da Contratada de acordo com a demanda desde que estes visem a garantia da qualidade e segurança da obra bem como seu devido acompanhamento.	Contratante
	A administração poderá modificar especificações de serviço, modificar e/ou ampliar escopo por interesses próprios.	Possível necessidade de aditivo/supressão de prazos e custos.	Adotar modificações somente quando estritamente necessário para garantir questões de segurança e conformidade com normas e especificações técnicas. Realizar o	Contratante

CATEGORIA	RISCO/CAUSA	CONSEQUÊNCIAS	ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO	ALOCACÃO
			Reequilíbrio econômico-financeiro por meio de aditivo contratual (excepcional).	

### DOS CASOS OMISSOS

As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal Nº 14.133/21 e suas alterações e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Declaram as partes que este instrumento corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

Fica estabelecido neste instrumento a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, e a proposta do licitante vencedor (Art. 92, II, Lei Nº 14.133/21).

A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação (Art. 90, Lei Nº 14.133/21).

É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação (Art. 90, §2º da Lei Nº 14.133/21).

Implicará no cancelamento da Nota de Empenho, se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega de produtos fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação, ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.

Os licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões.

Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da comissão de fiscalização;

Os representantes da Comissão de Fiscalização, bem como toda pessoa autorizada por ela, terão livre acesso aos serviços e a todos os locais em que estejam sendo realizados os trabalhos.

### ANEXO I - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DOS SERVIÇOS

Ao DER/RO

(Nome do órgão/entidade licitante)

Referência: Concorrência por Empreitada por Preço Unitário n.º \_\_\_\_/20\_\_

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.



Objeto: \_\_\_\_\_ (empresa ou consórcio de empresas) \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, à (rua, avenida, e-mail, etc.) nº \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_ (nome do responsável ou representante legal), abaixo assinado, declara que:

- optou em **NÃO** realizar a visita técnica, que examinou o anteprojeto de engenharia e conhece todas as particularidades do local dos serviços, bem como assume eventuais dificuldades que possam interferir ou prejudicar a execução dos trabalhos, estando ciente da impossibilidade de alegar, em qualquer hipótese, desconhecimento de fatos que possam projetar impedimento no cumprimento do objeto contratual.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local/Data: \_\_\_\_\_

Nome, RG, CPF e assinatura do responsável ou do representante legal da empresa ou consórcio de empresas.

## ANEXOS II

Projeto Volume 1 - Relatório de Projeto ([0038119230](#))  
Projeto Volume 1A - Notas de Serviço e Cálculo de Volumes ([0038119460](#))  
Projeto Volume 1B - Estudos Geotécnicos ([0038119621](#))  
Projeto Volume 1D - Plano de Controle Ambiental ([0038120477](#))  
Projeto Volume 2 - Projeto Executivo 1-50 ([0038129507](#))  
Projeto Volume 2 - Projeto Executivo 51-159 ([0038129541](#))  
Projeto Volume 2 - Projeto Executivo 160-230 ([0038129564](#))  
Projeto Volume 2 - Projeto Executivo 231-391 ([0038129616](#))  
Projeto Volume 2 - Projeto Executivo 392-443 ([0038129670](#))  
Projeto Volume 2.1 - Proj. Ex. (Seções Transv.) 1-155 ([0038129772](#))  
Projeto Volume 2.1 - Proj. Ex. (Seções Transv.) 156-310 ([0038129810](#))  
Projeto Volume 2.1 - Proj. Ex. (Seções Transv.) 311-470 ([0038129833](#))  
Projeto Volume 3 - Memória Justificativa 1-271 ([0038129875](#))  
Projeto Volume 3 - Memória Justificativa 272-434 ([0038129921](#))  
Projeto Volume 4 - Orçamento de Obra ([0038122329](#))  
Licença de Instalação nº 151080 ([0038597587](#))  
Adendo Cronograma Permanência ([0060086746](#))  
Adendo Relação Pessoal jan/2025 ([0059913702](#))  
Adendo BDI RO-010 Lote 01 ([0059914746](#))  
Adendo Administração RO-010 Lote 01 SICRO jan/2025 ([0059914498](#))  
Adendo Canteiro & nbsp; SICRO jan/2025 ([0059914371](#))  
Adendo Mobi. e desmob. RO-010 Lote 010 SICRO jan/2025 ([0059914645](#))  
Adendo Relatório Sintético de Encargos Sociais ([0060001801](#))  
Adendo Instrução normativa BDI diferenciado ([0060002320](#))

Adendo Índice de Reajustamento de abril para Janeiro/2025 ([0060002661](#))

Adendo RO-010- LOTE 1 RESUMO ASFALTOS ([0060090232](#))

Adendo Quadro binômio agregados atualizado Janeiro-2025 ([0060091024](#))

Adendo Orçamento Completo Atualizado - janeiro - 2025 ([0060091505](#))

Minuta de Contrato [0061583869](#)

<i>Elaborado por:</i>	<i>Revisado por:</i>	<i>Aprovado por:</i>
<b>MARTINHA AP. PANCOTO MALFATTI</b> Assessora Técnica DER-GEL	<b>CLENES GOMES DOS SANTOS JÚNIOR</b> Engenheiro Civil Assessor IX GPP-CPPOO   DER-RO <b>MARCELO RESENDE DA SILVA</b> Engenheiro Civil Gerente de Planejamento e Projetos GPP-CPPOO   DER-RO	<b>L. CAROLINA LISOWSKI</b> Engenheira Civil Coordenadora da CPPOO/DER- RO
<b>Autorização pelo Ordenador de Despesa do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO.</b>		
<b>EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS</b> Diretor-Geral   DER-RO		

---

**ANEXO II**

---

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

(Anexo será disponibilizado no SITE/SUPEL e no Portal de Compras)

---

**ANEXO III**

---

**CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO**

(Anexo será disponibilizado no SITE/SUPEL e no Portal de Compras)

**ANEXO IV**

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)**

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações  
Comissão de Contratação de Obras  
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90017/2024/SUPEL/RO**

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para execução dos serviços de ....., pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), para execução em \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias consecutivos.

Declaramos que em nossa proposta estão incluídas todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços, e, ainda, as despesas relativas à mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao **DER**.

Na execução dos serviços, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções do **DER**, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as especificações.

Informamos que o prazo de validade de nossa PROPOSTA DE PREÇOS é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

Foram utilizados em nosso orçamento a Taxa de BDI de ...xx,xx% para serviços e BDI de ...xx,xx% para bens e equipamentos e Encargos Sociais de ...xx,xx%. O Regime Tributário a que estamos sujeitos é o de (Lucro Real) ou (Lucro Presumido).

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ expedida em \_\_/\_\_/\_\_, Órgão Expedidor \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, como representante desta Empresa.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

\_\_\_\_\_  
FIRMA LICITANTE/CNPJ  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



**ANEXO V**

**CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA – GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO  
(MODELO)**

(Proc.: 0009.006372/2023-64 CONCORRÊNCIA Nº 90017/2024/SUPEL/RO)

Ao

Governo do Estado de Rondônia

Porto Velho – RO

CARTA DE FIANÇA R\$ \_\_\_\_\_

Pela presente, o Banco \_\_\_\_\_ com sede a rua \_\_\_\_\_ da cidade de \_\_\_\_\_ do Estado de \_\_\_\_\_ por seus representantes infra-assinados, se declara fiador e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos no Artigo 1.491, do Código Civil Brasileiro, da Firma \_\_\_\_\_ sediada à rua \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_ do Estado de \_\_\_\_\_ até o limite de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), para efeito de garantia para a execução do Contrato n.º \_\_\_\_\_ (descrever o objeto do Contrato).

Este Banco se obriga, obedecendo o limite acima, específico a atender dentro de 24 (vinte e quatro) horas as requisições de qualquer pagamento coberto pela caução, desde que exigidas pelo Governo do Estado de Rondônia. Sem qualquer reclamação ou ainda embargo ou interposição de recursos administrativos ou judicial com respeito ao Governo do Estado de Rondônia.

Obriga-se ainda, este Banco, pelo pagamento de despesas judiciais ou não, na hipótese de qualquer obrigação assumida por nossa afiançada.

Declaramos, outrossim, que só será retratável a fiança na hipótese de a afiançada depositar ou pagar o valor da caução garantida pela Carta de Fiança Bancária ou por nova Carta de Fiança, que seja aceita por esse órgão.

Atestamos que a presente fiança está devidamente contabilizada no Livro n.º \_\_\_\_\_ ou outro registro usado neste Banco e, por isso é boa, firme e valiosa, satisfazendo, além disso, as determinações do Banco Central do Brasil ou das autoridades monetárias no País de origem.

Os signatários desta estão regularmente autorizados a prestar fiança desta natureza por força do disposto no Artigo \_\_\_\_\_ dos Estatutos do Banco, publicado no Diário Oficial em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, tendo sido (eleitos ou designados) pela Assembleia \_\_\_\_\_ realizada em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

A presente fiança vigorará por um prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra pela **DER**.

Porto Velho/RO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Banco

**ANEXO VI**

**MODELO - SEGURO GARANTIA (Garantia Contratual)**

(Verso da APÓLICE)

**1. Objeto e Extensão do Seguro**

As relações entre Tomador e SEGURADORA regem-se pelo estabelecido na proposta do seguro e condições contratuais desta APÓLICE, cujas disposições não interferem no direito da SEGURADA.

**2. Valor da Garantia**

O valor garantido pela APÓLICE deverá ser entendido como valor máximo nominal, ficando certo, entretanto, que caso esteja contratualmente previsto e exigido o reajuste monetário da garantia, a importância segurada será reajustada de forma automática, na mesma proporção.

**3. Caracterização e Configuração do Sinistro**

Confirmado o descumprimento pelo TOMADOR das obrigações cobertas pela presente APÓLICE, a SEGURADA terá direito de exigir da SEGURADORA a indenização devida, quando resultar infrutífera a intimação extrajudicial de pagamento feita ao TOMADOR, não sendo necessária qualquer outra interpelação.

**4. Indenização e sub-rogação**

Caracterizado o sinistro e paga a indenização, a SEGURADORA sub-rogar-se-á nos direitos e ações da SEGURADA contra o TOMADOR ou terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao pagamento.

**5. Isenção de Responsabilidade**

A SEGURADORA ficará isenta de responsabilidade em relação a esta APÓLICE, nas seguintes hipóteses:

- a) casos fortuitos ou força maior; e
- b) descumprimento das obrigações do TOMADOR decorrente de atos ou fatos de responsabilidade da SEGURADA.

6. A Seguradora dispensa expressamente qualquer notificação prévia relativa às modificações que a SEGURADA e o TOMADOR venham a introduzir no Contrato nº ....., no curso de sua execução, exceto se houver alteração no seu valor total.

**7. Pluralidade das Garantias**

No caso de existirem duas ou mais garantias, cobrindo cada uma delas de forma parcial o objeto exigido pela SEGURADA, a SEGURADORA responderá proporcionalmente com os demais participantes.

**8. Extinção da Garantia**

Para extinção da garantia desta APÓLICE, a SEGURADA fica obrigada a efetuar a devolução desse instrumento ou passar declaração de cumprimento integral das obrigações do TOMADOR.

**9. FORO**

As questões judiciais que se apresentem entre SEGURADORA e SEGURADA, serão resolvidas na jurisdição de domicílio da SEGURADA.

Seguro-Garantia de Cumprimento do Contrato

APÓLICE N.º

A (SEGURADORA), principal pagadora, garante pelo presente instrumento à SEGURADA: (o Estado de ....., representada pelo ....., através da ....., - ....., instituída pela Portaria ....., reformulada e regulamentada pela Portaria .....,), as obrigações do TOMADOR: (Denominação Social, CGC e Endereço), até o valor de R\$..... (.....), permanecendo esta Apólice em vigor até o cumprimento integral das obrigações garantidas.

Fica ainda declarado que esta Apólice é prestada para o seguinte objeto:(descrever o objeto) Garantia de fiel e perfeito cumprimento de todas as obrigações assinadas pela Tomadora no instrumento contratual nº ..... data do de .....

Data: ...../...../.....

(SEGURADORA)

**ANEXO VII**

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (MODELO).**

**PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE**

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações  
Comissão de Contratação de Obras  
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90017/2024/SUPEL/RO**

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Prezados Senhores:

Em cumprimento aos ditames editalícios utilizamo-nos da presente para submeter à apreciação de V.Sas. os documentos abaixo discriminados, necessários para a licitação referenciada:

(DESCREVER OS DOCUMENTOS)

Declaramos não possuir em nosso quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 1998);

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ expedida em \_\_/\_\_/\_\_\_\_, Órgão Expedidor \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, Fone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, Fax (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, E-mail \_\_\_\_\_ como representante desta Empresa.

Atenciosamente,  
Local e data

\_\_\_\_\_  
FIRMA LICITANTE/CNPJ  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

**ANEXO VIII**

**RELAÇÃO/DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES, DOS  
EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS E DO PESSOAL TÉCNICO**

(MODELO)

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações  
Comissão de Contratação de Obras  
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90017/2024/SUPEL/RO**

**RELAÇÃO/DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES, DOS  
EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS E DO PESSOAL TÉCNICO.**

A empresa (Nome/CNPJ/endereço) declara para fins de participação na licitação **CONCORRÊNCIA Nº 90017/2024/SUPEL/RO**, que caso seja vencedora do certame, as instalações, os equipamentos/máquinas e o pessoal técnico, abaixo relacionados encontram-se disponíveis para execução dos serviços objeto da presente licitação, bem como, que o Sr.: (**indicar nome, n.º de documento e qualificação profissional**), detentor dos acervos aqui apresentados, faz parte do quadro permanente da empresa e será o responsável técnico pela obra a qual se refere esta proposta e que o mesmo não possui vínculo com o governo do Estado de Rondônia.

**INSTALAÇÕES:**

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	OBSERVAÇÕES

**EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS:**

QUANT	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	ANO DE FAB.	CAP/POT
		O		

**PESSOAL TÉCNICO**

QUANT.	QUALIDIFICAÇÃO	LOTAÇÃO

Atenciosamente,  
Local e data

\_\_\_\_\_  
FIRMA LICITANTE/CNPJ  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

*Obs.: Os quadros acima deverão ser preenchidos com observância à relação mínima fornecida pela DER/RO, ou ainda, na ausência desta, de acordo com projeto apresentado pela empresa para execução da obra, em quantidades e qualidades essenciais à garantia do cumprimento das obrigações caso a empresa seja vencedora do certame.*

**ANEXO IX**

**COMPOSIÇÃO DO BDI OBRA E SERVIÇOS (MODELO).**

**PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE**

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações  
Comissão de Contratação de Obras  
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90017/2024/SUPEL/RO**

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS  
INDIRETAS - BDI – OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA%
1	Administração Central	
2	Administração da Obra	
3	Instalação e Manutenção do Canteiro	
4	Taxas e Emolumentos	
5	Seguros	
6	Transporte Externo do Pessoal	
7	Transporte do Pessoal de Supervisão	
8	Transporte Interno de Materiais	
9	Mobilização e Desmobilização de Equipamentos	
10	Equipamentos e Ferramentas	
11	Segurança e Medicina do Trabalho	
12	Controle Topográfico	
13	Controle tecnológico	
14	Impostos	
15	Imprevistos	
16	Despesas Financeiras	
	SOMA	
17	Bonificação ou honorários	
	BDI	
	ADOTADO	
Obs. O proponente poderá preencher, conforme seja o seu caso, todos ou partes dos espaços do quadro ou mesmo detalhar partes dos itens		

**FIRMA LICITANTE/CNPJ**  
**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL**  
**CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:**



**ANEXO X**

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS (MODELO)**

**PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE**

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações  
Comissão de Contratação de Obras  
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90017/2024/SUPEL/RO**

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS**

GRUPO A		
01	INSS	%
02	SESI OU SESC	%
03	SENAI OU SENAC	%
04	INCRA	%
05	SALÁRIO EDUCAÇÃO	%
06	FGTS	%
07	SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO/SAT	%
08	SEBRAE	%
09	SECONCI	%
SUBTOTAL=		%

GRUPO B		
10	FÉRIAS	%
11	ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS	%
12	AUXÍLIO-DOENÇA	%
13	LICENÇA PATERNIDADE	%
14	FALTAS LEGAIS	%
15	ACIDENTES DE TRABALHO	%
16	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	%
17	13º SALÁRIO	%
18	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	%
SUBTOTAL=		%

GRUPO C		
19	AVISO PREVIO INDENIZADO	%
20	INDENIZAÇÕES ADICIONAIS	%
21	INDENIZAÇÕES DE FGTS	%
SUBTOTAL=		%

GRUPO D		
22	INCIDENCIA DO GRUPO “A” SOBRE OS ITENS DO GRUPO “B”	%

GRUPO E		
23	INCIDENCIA DO GRUPO “A” SOBRE O ITEN 19 DO GRUPO “C”	%

TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS		%
---------------------------	--	---

---

FIRMA LICITANTE/CNPJ  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL  
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:

---

**ANEXO XI**

---

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER  
Gerência de Licitação - DER-GEL

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO COM BANHO DILUÍDO (TSD), DRENAGEM, OBRA DE ARTE CORRENTE E SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA, NA RODOVIA RO-010; TRECHO: ESTACA 136+0,00 (URUPÁ) – ESTACA 2284+0,00 RUA AMAPÁ (MIRANTE DA SERRA), SEGMENTO: ESTACA 136+0,00 A ESTACA 1200+0,00, COM EXTENSÃO DE 21,28 KM, N.º \_\_\_\_ QUE ENTRE SI CELEBRAM, O \_\_\_\_ E A EMPRESA \_\_\_\_ (NOME) \_\_\_\_.**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ do ano de **2025**, o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES — DER/RO, sediado a Rua \_\_\_\_ n.º \_\_\_\_,** doravante denominada apenas **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Senhor \_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_, CPF \_\_\_\_, e a firma \_\_\_\_, CNPJ/MF n.º \_\_\_\_, estabelecida no \_\_\_\_, em \_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_, (**nacionalidade**), RG \_\_\_\_, CPF \_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_, celebram o presente Contrato, decorrente do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0009.006372/2023-64**, que deu origem a **Concorrência nº \_\_\_\_/202\_/CPLO/SUPEL/RO**, homologado pela Autoridade Competente, regido pela Lei Nº 14.133/21, bem como demais legislações vigentes, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Contratação de empresa especializada em engenharia para Execução de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo com banho diluído (TSD), Drenagem, Obra de Arte Corrente e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-010; trecho: Estaca 136+0,00 (Urupá) – Estaca 2284+0,00 Rua Amapá (Mirante da Serra), segmento: Estaca 136+0,00 a Estaca 1200+0,00, com extensão de 21,28 km, referente ao Lote 01 (de um total de 02 Lotes), sob a coordenação do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO.

**PARÁGRAFO SEGUNDO: DEFINIÇÕES E INFORMAÇÕES ESSENCIAIS:**

RODOVIA:	RO-010.
TRECHO	Estaca 136+0,00 (Urupá) – Estaca 2284+0,00 Rua Amapá (Mirante da Serra)
SEGMENTO	Estaca 136+0,00 à Estaca 1200+0,00
EXTENSÃO	21,28 km.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Vinculam a esta contratação , independentemente de transcrição:

- Projeto Básico;
- O Edital de Licitação;
- A Proposta do contratado;
- Eventual anexos dos documentos supracitados.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O regime de execução é de contratação é de Empreitada por preço unitário.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - VIGENCIA E PRORROGAÇÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O prazo previsto para execução total dos serviços será de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**. Esse prazo será contado a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço pela empresa, conforme os prazos das etapas previstos no Cronograma Físico-Financeiro que constitui parte integrante do Projeto Executivo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A expedição da “Ordem de Serviço Inicial” somente se efetivará após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado. A autoridade competente do DER/RO expedirá a “ordem de serviço inicial” dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da publicação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Para a execução dos serviços, a Contratada deverá atender às exigências contidas no **Projeto Executivo de Engenharia** e seus Anexos, bem como as especificações técnicas e a relação de equipamentos mínimos, devendo utilizar as placas de sinalização e advertência durante toda a obra.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A Contratada deverá entregar em até 20 (vinte) dias a partir da ordem de serviço, plano de trabalho, contendo todos os estudos necessários, detalhando todas as soluções propostas, as técnicas e metodologias diferenciadas a serem aplicados na concepção, a fim de análise e aprovação pelo DER/RO, ou solicitação de adequações necessárias.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Caso ocorra a paralisação da obra (nos moldes do [art. 115, §5º da Lei n. 14.133/2021](#)), o Gestor do Contrato deverá providenciar o aditamento do contrato, prorrogando sua vigência. Insta salientar, que em caso de paralisação da obra somente o **prazo de execução** será suspenso.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, **nos termos do [art. 115, §5º da Lei n. 14.133/21](#)**.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Cronograma de realização dos serviços: deverá ser aquele estabelecido no cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante.

**PARÁGRAFO OITAVO:** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, prevista neste instrumento.

**PARÁGRAFO NONO:** Prazo de verificação de pendências: Esse período antecederá à expedição da ordem de serviço, sendo contados da publicação do contrato, para verificação de pendências liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução, e ocorrerá da seguintes forma:

A contratada terá até 10 (dez) dias úteis para a verificação de pendências; e

A contratante terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fornecer orientações quanto as pendências.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais engenheiros do DER/RO, nomeada pelo Diretor-Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e no Artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/21.

**PARÁGRAFO SEGUNDO: Do recebimento provisório:** O recebimento provisório dos serviços deverá ser realizado mediante termo detalhado, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação da Contratada quanto à conclusão dos trabalhos, conforme o disposto no Art. 140, inciso I, alínea “a” da Lei Federal n.º 14.133/2021.

- 1 - O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 2 - O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 24, VII Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024).
- 3 - O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 23, X Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024).
- 4 - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 5 - Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 6 - A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7 - O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO: Do recebimento definitivo:** O recebimento definitivo dos serviços deverá ser realizado mediante termo detalhado, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme o disposto no Art. 140, inciso I, alínea “b” da Lei Federal nº 14.133/2021. O recebimento definitivo das obras e serviços será feito mediante as seguintes condições:

- 1 - Até 90 (noventa) dias corridos, a contar da lavratura do termo do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 2 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;
- 3 - Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 4 - Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 5 - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- 6 - Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7 - Por Comissão designada pela Contratante, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, comprovando-se a adequação do objeto aos prazos contratuais;

**PARÁGRAFO QUARTO:** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Caso sejam constatados itens do Contrato que não tenham sido cumpridos satisfatoriamente, a Comissão de Fiscalização emitirá um Laudo de Vistoria, no qual constarão as exigências e prazo para sua execução.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A Contratada deverá entregar a obra em perfeitas condições de uso e funcionamento, o DER/RO poderá exigir os reparos e substituições convenientes, consignando-se os motivos.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, fica estabelecido, a partir da data de sua emissão, o compromisso da Contratada com o cumprimento do prazo de 05 (cinco) anos, mencionados no [artigo 618 do Código Civil](#).

**PARÁGRAFO NONO:** O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem prejuízo da vida útil de projeto de cada estrutura.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Os procedimentos de que permeiam a transição e finalização de um contrato referem-se às etapas e ações necessárias para concluir ou encerrar formalmente um contrato de maneira adequada, garantindo que todas as obrigações sejam cumpridas, as partes envolvidas estejam cientes de suas responsabilidades e o processo seja realizado de maneira eficiente e dentro dos prazos estabelecidos.

1 - Esses procedimentos geralmente envolvem as seguintes etapas:

I - Procedimentos de Transição:

- a) Continuidade da Gestão: Consiste em planejar a continuidade dos ritos processuais durante a transição, que culmina com a expiração da vigência do contrato, onde finda a responsabilidade da figura de gestor do contrato, a qual se transfere para a fiscalização com apoio da gerência de contratos e fiscalização, conforme descrito no item VII, para que não haja interrupção ou perda de desempenho do objeto contratado;
- b) Penalidades: Em caso de surgimento de ocorrências patológicas, devidamente constatadas como de responsabilidade da empresa executora, e caso esta se negue a realizar a mitigação do fato gerador, uma vez findado todas as tentativas de forma administrativa, deverá ser instaurado processo de apuração de penalidades, de forma a trazer aos autos o conhecimento da magnitude financeira do dano ocorrido, sem prejuízo de multa e juros, e acionar judicialmente a empresa executora para ressarcimento ao erário estadual do dano causado.

II - Procedimentos de Finalização:

- a) Cumprimento das Obrigações: Verificar se todas as obrigações contratuais foram cumpridas por ambas as partes, incluindo pagamentos, entrega de produtos ou serviços, entre outros;
- b) Liquidar Pendências: Resolver quaisquer pendências ou ajustes financeiros, como faturas ou taxas não pagas, indenizações ou glosas a serem retidas;
- c) Assinatura de Aditivos ou Termos de Encerramento: Se necessário, formalizar a finalização com a assinatura de um termo de encerramento, declarando que todas as obrigações foram cumpridas e o contrato está finalizado passando a iniciar o prazo de garantia quinquenal conforme item V;
- d) Documentação Final: Criar e arquivar a documentação necessária que comprove a conclusão do contrato (a exemplo dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo) e o cumprimento das cláusulas acordadas;
- e) Desmobilização de Recursos Financeiros: Realocação de recursos financeiros que estavam alocados ao contrato, como equipes, equipamentos, materiais, recursos financeiros, etc.;



f) Análise de Resultados e Lições Aprendidas: Revisar o desempenho do contrato, avaliar os resultados alcançados e extrair lições que possam ser aplicadas em contratos futuros.

III - Emissão de TRP - Termo de Recebimento Provisório pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme descrito na alínea d) do item II.

IV - Emissão de TRD - Termo de Recebimento Definitivo por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme descrito na alínea d) do item II.

V - Início do acompanhamento da garantia quinquenal, que inicia contagem a partir da data de finalização do prazo de execução do objeto contratado.

VI - Incorporação do objeto do contrato ao patrimônio público pelo setor responsável.

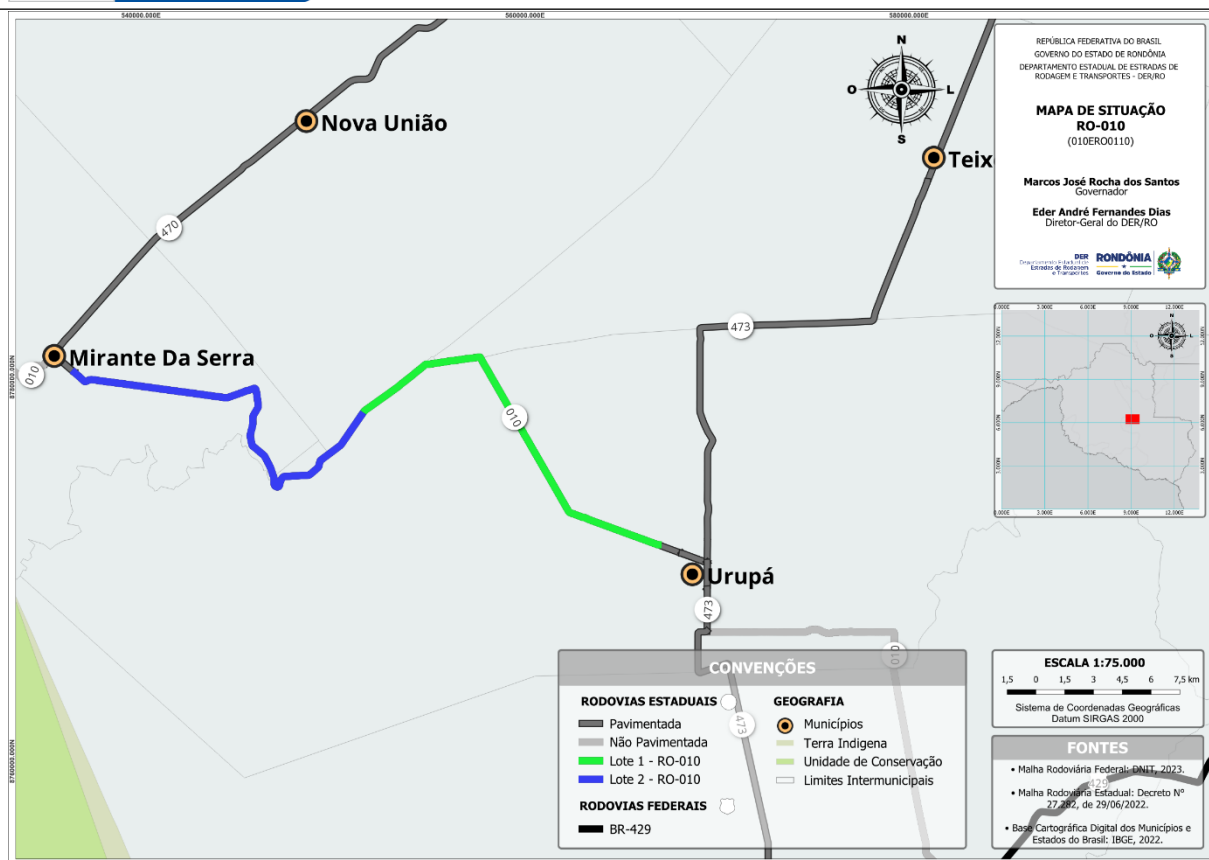
VII - Após finalização do prazo da vigência contratual, como ato final do gestor do contrato, os autos deverão ser encaminhados para a gerência de contratos, GCF, e coordenadoria responsável, CPPOO, de forma a evidenciar a finalização da responsabilidade da figura do gestor do contrato, onde a partir desta data, cabe à fiscalização realizar as vistorias anuais, a fim de acompanhar a garantia quinquenal do objeto, a qual finda no último dia do quinto ano, contado a partir da finalização do prazo de execução do objeto. Desta feita, os acompanhamentos e possíveis notificações a serem emitidas conforme demanda da fiscalização, ficam sob a tutela da Gerência de Contratos e Fiscalização, GCF, de forma a manter o elo de comunicação entre a autarquia, DER e a empresa executora até que se finde o prazo da garantia quinquenal.

#### **CLÁUSULA QUARTA — DA DESCRIÇÃO DA OBRA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os serviços de Construção relacionados a Execução de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo com banho diluído (TSD), Drenagem, Obra de Arte Corrente e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-010; trecho: Estaca 136+0,00 (Urupá) – Estaca 2284+0,00 Rua Amapá (Mirante da Serra), segmento: Estaca 136+0,00 a Estaca 1200+0,00, compreendem as seguintes atividades:

1. **Serviços Preliminares;**
2. **Terraplenagem;**
3. **Pavimentação;**
4. **Aquisição de Materiais Betuminosos;**
5. **Transporte de Materiais Betuminosos;**
6. **Obras de Arte Correntes (OAC);**
7. **Drenagem;**
8. **Sinalização;**
9. **Obras Complementares;**
10. **Controle e Recuperação Ambiental.**

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Mapa de Localização



Fonte: Gerencia de Planejamento e Projeto (GPP/CPPOO)

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Para a execução dos serviços, a Contratada deverá atender às exigências contidas no Projeto Executivo de Engenharia elaborado pela empresa **CONVEXA - PROJETOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**, também detentora do CONTRATO Nº 051/2021/FITHA-RO para serviços de Revisão, Adequação e Atualização de Projeto Executivo de Engenharia e PCA, da rodovia em questão, de acordo com a nova tabela de custos do DER/RO.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A prática de execução deverá obedecer às Normas Técnicas Vigentes, Especificações Técnicas do DER/RO e prescrições dos Manuais de Manutenção do DNIT, bem como eventuais alterações especificadas no Edital.

#### CLÁUSULA QUINTA — DA GARANTIA DO SERVIÇO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido no Artigo. 618 do Código Civil, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 e no §6º, do artigo 140 da Lei 14.133/2021 e Normas Técnicas aplicáveis.

*"Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, **durante o prazo irredutível de cinco anos**, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.(negrito nosso)"*

*"Art. 140. O objeto do contrato será recebido:*

*[...]*

*§ 6º Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou*

*incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias."*

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Deste modo, fica a contratada responsável pela assistência técnica quando solicitada para realizar manutenção do objeto, com intuito de reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas no total ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de má qualidade dos materiais empregados, até o prazo de 05 (cinco) anos.

#### **CLÁUSULA SEXTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, para representá-lo na execução do contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

**PARÁGRAFO NONO:** FISCALIZAÇÃO - a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**PARÁGRAFO DÉCIMO: Do Gestor do Contrato** - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato.

**1** - O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, com a devida observância de suas obrigações descritas no Art. 20 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Fiscalização de contrato - A função de fiscal de contrato, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e

técnicos do contrato, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes à função, regidos pelo DECRETO Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 21 e art. 22

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Da Fiscalização Técnica** - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

1 - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

2 - Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3 - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5 - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6 - Além do disposto acima, a fiscalização técnica obedecerá as obrigações descritas no Art. 23 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Da Fiscalização Administrativa** - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

1 - Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às obrigações descritas no Art. 24 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Da Gestão e Fiscalização do Contrato e Orientações Gerais**

1 - Caberá aos fiscais do Contrato, designados por Portaria da Direção Geral do DER/RO, fazer cumprir todas as exigências do DER/RO e as responsabilidades da construtora, descritas no Projeto Básico, assim como, o cálculo dos valores das respectivas parcelas mensais a serem medidas, em conformidade com as regras dispostas acima.

2 - A CONTRATANTE designará Engenheiros, com autoridade para exercer em nome do DER/RO, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

3 - As exigências da FISCALIZAÇÃO basear-se-ão nas especificações constantes neste Projeto Básico e seus anexos bem como nas regras de boa técnica.

4 - DER/RO indicará por meio de Portaria ou Ordem de Serviço, um ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes aos objetos contratados, conforme dispõe o Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 23.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** A fiscalização, exercida no interesse exclusivo da Administração, não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência não implica em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** As exigências da FISCALIZAÇÃO basear-se-ão nas especificações constantes neste Termo e nas regras de boa técnica. A CONTRATADA se comprometerá a dar à FISCALIZAÇÃO, no cumprimento de suas funções, livre acesso aos locais de

execução dos serviços, bem como fornecer todas as informações e demais elementos necessários à execução da obra/serviços.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** À FISCALIZAÇÃO fica assegurado o direito de:

- 1 - Solicitar por escrito Diário de Obras, devidamente preenchido na obra;
- 2 - Solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada que embarace ou dificulte a ação da Fiscalização ou cuja presença no local dos serviços e obras seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos (A efetivação desta medida não implicará em modificação do prazo ou condições do contrato);
- 3 - Exigir o cumprimento de todos os itens das especificações;
- 4 - Ordenar a suspensão das obras/serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro de 48 horas, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado, ou em material posto na obra;
- 5 - Paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
- 6 - Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços e obras;
- 7 - Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços e obras objeto do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** Qualquer auxílio prestado pela Fiscalização na interpretação dos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como na condução dos trabalhos, não poderá ser invocado para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços e obras.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO:** O DER/RO indicará por meio de Portaria ou Ordem de Serviço, um ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes aos objetos contratados, conforme dispõe o decreto estadual Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 23 .

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO:** O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistirão nos critérios a serem estabelecidos para a avaliação da qualidade e de aceite dos serviços prestados em consonância aos recursos alocados, utilizando-se de instrumentos de controle para compreensão e mensuração dos seguintes aspectos:

- a) Os resultados alcançados em relação ao contratado;
- b) A verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- c) Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida;
- d) A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- e) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- f) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO VOGÉSIMO PRIMEIRO:** DIÁRIO DE OBRAS - No Diário de Obras deverão constar as seguintes anotações:

Pela **CONTRATADA**

- a) Preenchimento dos cabeçalhos;



- b) Registro de fatos normais do andamento dos serviços, como: entrada e saída de equipamentos, serviços em andamento, efetivo de pessoal, condições climáticas, visitas ao canteiro de serviço, inclusive para as atividades de suas subcontratadas;
- c) As datas de conclusão de etapas, caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;
- d) Os acidentes ocorridos na execução da obra ou serviço;
- e) A eventual escassez de material que resulte em dificuldade para execução da obra e/ou serviço;
- f) Medições das etapas de obras;
- g) Interrupções no fornecimento de energia elétrica e/ou água.

Pela **FISCALIZAÇÃO**

- a) Atestado da veracidade dos registros previstos no item "I" anterior (nas datas em que efetivamente a fiscalização estiver na obra);
- b) Determinação de providências para cumprimento dos termos do contrato e das especificações;
- c) Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho da FISCALIZAÇÃO. O Diário de Obras será entregue à Administração, que o manterá em seu poder por prazo nunca inferior a 05 (cinco) anos.

**Obs.: A comunicação entre a Fiscalização e a Contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros na Caderneta de Ocorrências.**

- d) A Caderneta de Ocorrências, com páginas numeradas em 3 (três) vias, 2 (duas) destacáveis, será destinada ao registro de fatos e comunicações que tenham implicação contratual, como: modificações de projeto, conclusão e aprovação de serviços e etapas construtivas, autorizações para execução de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, irregularidades e providências a serem tomadas pela Contratada e Fiscalização.
- e) As reuniões realizadas no local dos serviços e obras serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela Fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

**CLÁUSULA SÉTIMA — DA SUSTENTABILIDADE SÓCIAL AMBIENTAL**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** É de total responsabilidade da empresa a ser CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a aquisição do objeto deste instrumento, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A empresa a ser CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste instrumento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A empresa a ser CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º e 6º, no que couber bem como o Art. 45 da Lei n. 14.133/21, os quais estabelecem:



- a) Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedçam às classificações e especificações da ANVISA;
- b) Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;
- c) Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;
- d) Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis;
- e) Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilização de fonte ecológica recomendada pela Advocacia Geral de União.
- f) Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios;
- g) Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;
- h) Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA Nº 257 /1999;
- i) Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA Nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;
- j) Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de sua integridade física;
- k) Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação de empresas que tenham certificação ambiental;
- l) Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais;
- m) Atendimento ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª edição, revista, atualizada e ampliada. Setembro/2023), disponibilizado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade (CNS) no [sítio https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf).

**PARÁGRAFO QUARTO:** Conforme dispõe o Capítulo III, art. 5º, inciso III da Instrução Normativa/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, poderá ser exigido o seguinte critério de sustentabilidade ambiental: “que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento”.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos, atendo aos requisitos do Art. 45, V e VI, da Lei nº 14133/21.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do CONTRATO e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e para o melhor interesse público. Desta forma, nos termos do Art. 122, § 2º da Lei Nº 14.133/21, são apresentadas as condições da(s) subcontratação(ões):

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Desta forma:

I - É vedada a subcontratação total;

II - É permitida a subcontratação parcial, no limite estabelecido de até 30% (trinta por cento) do valor do CONTRATO, desde que atenda somente o descrito no item IV;

III - A CONTRATADA deverá apresentar à Administração, documento que comprove a capacidade técnica do subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente, conforme § 9º Art. 67 da lei 14.133/2021.

IV - É permitida a subcontratação para os seguintes serviços: sinalização, obras complementares e componente ambiental. Visto que, os demais serviços estão diretamente ligados à gestão do contrato e das equipes ou exigem alto nível de coesão técnica. Além disso, eventuais atrasos na sua execução podem comprometer o cronograma global da execução e, por isso, a responsabilidade pela realização deles deve permanecer integralmente com a empresa contratada.

V - A subcontratação deverá ser precedida de autorização do DER.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Deverá ficar demonstrado e documentado que a subcontratação somente abrangerá serviços de menor relevância, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da Contratada.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A subcontratação não exclui a responsabilidade da Contratada perante o DER/RO quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Aplica-se também ao(s) eventual(is) subcontratado(s) o disposto editalício que trata da participação e impedimentos legais à participação de empresas ou consórcio de empresas nesta licitação.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante o DER/RO pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Embora o aceite de subcontratação deva ser realizado antecipadamente, há a possibilidade de realizar excepcionalmente aceitação posterior da subcontratação.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Se a subcontratação não for aceita (prévia ou posteriormente), os serviços não devem ser pagos ou, se pagos, deverão ser glosados integralmente.

**PARÁGRAFO NONO:** Fica **vedada** a subcontratação de empresas ou profissionais envolvidos anteriormente em serviços de elaboração de projetos ou peças técnicas utilizadas para elaboração dos anteprojetos, sondagem, análise e demais serviços executados.

#### **CLÁUSULA NONO — DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A aceitabilidade da obra deverá ser avaliada pela fiscalização conforme os grupos estipulados no Adendo Orçamento Completo Atualizado - janeiro - 2025 ([0060091505](#)) e estará condicionada a correta execução do projeto de engenharia, ao acompanhamento e atestação dos serviços pela fiscalização aos relatórios de controle da qualidade, que contenham os resultados dos ensaios devidamente interpretados, caracterizando a qualidade dos serviços executados e o atendimento aos requisitos impostos pelas normas vigentes da ABNT e do DNIT.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais engenheiros do DER/RO, nomeada pelo Diretor-Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e no Artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/21.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A execução da obra deverá ser levada a cabo em tantas frentes de serviços quantas forem necessárias a fim de que o empreendimento seja concluído no prazo programado.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A sistemática a ser empregada no preparo das áreas das obras deverá seguir fielmente ao Projeto Executivo, devidamente aprovado pelo DER/RO.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Para evitar a perda de serviços e seu posterior retrabalho, em função da não conclusão/proteção de etapas prontas, a CONTRATADA deverá elaborar plano de ataque tecnicamente viável e coerente frente as etapas previstas e histórico climático da região, que limite a defasagem executiva entre as etapas numa mesma frente de serviço, em moldes aceitáveis para este tipo de empreendimento. Este plano de ataque, previamente aprovado pelo DER/RO, deverá ser seguido até o final do contrato. Quaisquer ajustes deverão ser comunicados em tempo hábil, e somente serão efetuados após aprovação pelo órgão.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Este plano deverá considerar a manutenção do fluxo local de veículos e pedestres, com total segurança, bem como a mitigação dos transtornos as atividades econômicas instaladas na região.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Durante a execução da obra, a CONTRATADA deverá levar em consideração os seguintes aspectos: qualidade dos serviços, inclusive obediência ao Projeto Executivo e aos dispositivos contratuais; cumprimento de prazos, metas contratuais e cronograma físico-financeiro; proteção ao meio ambiente; solução de problemas construtivos surgidos, com anuência do DER/RO ; execução de ensaios tecnológicos e de controle geométrico.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Cumprir observar que compõe **Critério de Aceitabilidade** geral, para a obra como um todo e abrangendo todas as famílias de serviços, os seguintes item:

I - Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras, com referência a Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA;

II - Execução de ensaios/controles tecnológicos e do controle geométrico.

#### **PARÁGRAFO NONO: TRANSPORTE DE FUNCIONARIOS**

1. O transporte de pessoal até o local dos serviços será de exclusiva responsabilidade da contratada, devendo atender à legislação de trânsito vigente, inclusive quanto à obtenção de licença para transporte de pessoal junto ao(s) órgão(s) rodoviário(s) competente(s).

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO: SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO**

1. Os funcionários deverão trabalhar devidamente uniformizados na cor laranja, com identificação visível da contratada;

2. Os funcionários deverão trabalhar munidos dos equipamentos de proteção individual necessários e em acordo com as Normas de Segurança do Trabalho nacionais vigentes.

3 . A contratada assume o compromisso de substituir do local dos serviços, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos da notificação formal do DER/RO, qualquer funcionário que se revelar negligente, não habilitado ou que demonstre comportamento inadequado.

4. Os custos referentes a elaboração do plano de saúde e segurança do trabalho, treinamentos, aquisição de equipamentos de proteção individual e vestimentas, bem como do monitoramento, deverão ser considerados pelas licitantes na sua proposta, por fazerem parte da Administração Local da Obra.

5. A contratada responderá diretamente por todos os danos e prejuízos causados a terceiros e ao DER/RO, por qualquer irregularidade praticada na execução dos serviços contratados, seja por ação, omissão ou negligência.

6. Todas as questões trabalhistas, reclamações, demandas judiciais e indenizações oriundas de danos causados pela contratada, serão de sua única e inteira responsabilidade.

7. A contratada deverá elaborar e apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC. Os custos referentes a elaboração do plano e a sua implementação, bem como do

monitoramento do seu cumprimento, deverão ser considerados pelas licitantes na sua proposta, por fazerem parte da Administração Local da Obra.

## **CLÁUSULA DÉCIMA — DA EXECUÇÃO DA OBRA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A contratada deverá atender as exigências/condicionantes constantes em todas as licenças e autorizações ambientais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Toda matéria prima necessária à execução dos serviços deverá ser proveniente de locais devidamente licenciados pelo órgão ambiental competente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A contratada deverá providenciar junto ao órgão ambiental competente, caso não haja, as licenças e/ou autorizações ambientais para as atividades relacionadas à execução dos serviços objeto deste instrumento.

## **PARÁGRAFO QUARTO: EXECUÇÃO DE LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS**

### **1. Escopo do Serviço**

1.1 - O objetivo desta especificação técnica é o de estabelecer as condições mínimas a serem observadas no desenvolvimento de serviços topográficos, tendo por campo de aplicação a execução de obras viárias, tais como os serviços de terraplenagem e pavimentação.

1.2 - Nenhum destes serviços poderá ser iniciado sem a prévia marcação do eixo e off sets pela equipe de topografia devidamente habilitada para tal serviço.

### **2. Procedimentos Executivos**

2.1 - O procedimento para execução estão presente no item 4.2, pág. 16 a 144 do Projeto Volume 3 - Memória Justificativa 1-271 ([0038129875](#)), além dos processos executivos indicados abaixo.

2.2 - Locação do Eixo - a implantação do projeto geométrico inicia-se com a locação do eixo a partir dos marcos de apoio. Esse eixo é definido, estaqueado e referenciado com coordenadas X, Y e Z no projeto e através destas coordenadas materializar-se-á o eixo de acordo com o estaqueamento de projeto, respeitando os trechos de tangente e em curvas. Esta materialização será feita usando piquete e estaca de madeira. O piquete é cravado até o nível do terreno e a estaca é fixada ao lado do piquete servindo de testemunho, neste será identificado o número da estaca.

### **3. Trecho em Tangente:**

3.1 - A locação será feita por estaqueamento. Uma estaca corresponde a vinte metros. Quando essa distância não for inteira, adicionamos a medida à estaca como mostra o exemplo abaixo:

- 20 metros = 1 estaca
- 30 metros = 1 estaca + 10 metros
- 55,30 metros = 2 estacas + 15,30 metros

### **4. Trecho em Curva:**

4.1 - Para o trecho em curva, o estaqueamento é feito de acordo com o raio da curva, velocidade diretriz, distância de visibilidade, etc. Esses fatores podem alterar o estaqueamento mudando a distância entre uma e outra podendo ser de 5, 10 ou 20 metros.

4.2 - A locação das curvas deve seguir os dados de projeto e ainda ter uma planilha de cálculo complementar para se implantar ponto a ponto o seu eixo. As curvas podem ser locadas por irradiação ou por deflexão.

4.3 - A locação de uma curva por coordenadas geralmente é executada por equipamentos eletrônicos. Este deve ter uma visão abrangente da curva a local, podendo estar posicionado em qualquer local, de forma a obter as coordenadas desta estação, através de visadas a três pontos coordenados no mínimo.

4.4 - Esta locação deverá ser feita implantando-se piquetes no eixo da estrada, ponto a ponto, com a tomada da distância e ângulo de forma eletrônica, onde o operador orienta o auxiliar na implantação dos pontos.

4.5 - A locação de uma curva por deflexão deverá ser feita implantando-se piquetes no eixo da estrada, ponto a ponto, com o equipamento instalado no PC.

### **5. Nivelamento do Eixo:**

5.1 - O nivelamento será feito usando um dos marcos como referência, isto é, instala-se a estação total em um ponto estratégico, com o prisma aprumado em um dos marcos, faz-se a leitura inicial e em seguida o prisma é emparelhado em cada piquete de cada estaca.

5.2 - A partir desta leitura inicial é feito o cálculo para determinação da cota de cada piquete.

### **6. Critérios de Aceitabilidade e Parâmetro de Desempenho**

6.1 - Com o eixo já locado e nivelado tem-se a área a ser trabalhada, ou seja, limpa. Desta área será retirado todo material descartado (entulho, vegetação, lixo e outros rejeitos). Este material é denominado de bota fora, devendo ser transportado para um local previamente determinado para receber este tipo de rejeito.

6.2 - Após a limpeza, é iniciada a terraplenagem onde um greidista (profissional que dá as diretrizes para o operador de máquina) acompanha os cortes (gabaritando as rampas), e aterros conferindo as camadas.

6.3 - As Estações Totais são os equipamentos mais utilizados para esse tipo de atividade devido a alta precisão angular e linear. Assim, o equipamento a ser utilizado deverá ser a estação total com seus complementos.

6.4 - Os serviços de acompanhamento topográfico serão medidos em função da área correspondente à projeção horizontal da superfície efetivamente trabalhada, em conformidade com a planilha de preços unitários, obedecendo às condições contratuais.

6.5 - Os serviços serão pagos pelos preços unitários contratuais, em conformidade com a medição referida no item anterior, estando incluído neles todo o equipamento e pessoal necessário, bem como os encargos e outras despesas inerentes à sua execução.

## **PARÁGRAFO QUINTO: EXECUÇÃO DE SONDAGEM E ESTUDOS GEOTÉCNICOS E ANÁLISE ESTATÍSTICA DE MATERIAIS**

### **1. Escopo do Serviço**

1.1 - São os estudos de subleito realizados em toda a extensão do objeto em questão.

### **2. Procedimentos Executivos**

2.1 - O procedimento para execução estão presente no item 4.4, pág. 193 a 271 do Projeto Volume 3 - Memória Justificativa 1-271 ([0038129875](#)), além dos processos executivos indicados abaixo.

2.2 - Devem ser realizadas furos com sondagens a trado, devem ser lançados em planta e elaboradas as seções geológico-geotécnicas, de modo a caracterizar as camadas de solo diferenciadas pela textura presentes na área.

### **3. Critérios de Aceitabilidade e Parâmetros de Desempenho**

3.1 - Deve-se verificar análise estatística dos materiais encontrados, bem como sua granulometria.

3.2 - Deve-se proceder à análise dos resultados dos ensaios, considerando-se os requisitos técnicos previstos no projeto da pavimentação e dos solos necessários para execução dos terraplenos. Materiais que apresentem índices de expansão muito elevados e valores de CBR baixos, são inadequados.

## **PARÁGRAFO SEXTO - EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM**

### **1. Escopo do Serviço**



1.1 - A execução da terraplenagem deverá considerar os elementos fornecidos pelos estudos topográficos, estudos geotécnicos, e ainda todos os preceitos fornecidos pelo projeto de Terraplenagem.

1.2 - Dos estudos geotécnicos serão obtidas informações sobre o suporte dos materiais de fundação dos aterros, as características dos materiais de cortes e materiais disponíveis para os empréstimos.

1.3 - Todas as etapas executivas das obras de terraplenagem deverão obedecer as condições previstas no Projeto Executivo de Terraplenagem.

## **2. Procedimentos Executivos**

2.1 - O procedimento para execução estão presente no item 5.2, pág. 39 a 66 do Projeto Volume 3 - Memória Justificativa 272-434 ([0038129921](#)), além dos processos executivos indicados abaixo.

2.2 - As condições mínimas, necessárias e exigíveis para os serviços preliminares, empréstimos, cortes e aterros, as quais são fundamentais para viabilizar a execução das obras, são em rol exemplificativos.

2.3 - Nos serviços preliminares, as operações de preparação das áreas destinadas a obra, áreas de empréstimo, ocorrências de material, remoção de material vegetal tais como: árvores, arbustos, tocos, raízes, entulhos, matacões, além de qualquer outro considerado como elemento de obstrução, deverão atender a Norma DNIT 104/2009-ES;

2.4 - Nos empréstimos, deverá ser definida a área onde serão escavados os materiais destinados a prover ou complementar o volume necessário para a construção dos aterros a serem utilizados na execução da plataforma da rodovia. Para tanto, seguir o estipulado na Norma DNIT 107/2009-ES;

2.5 - Nos cortes, quando houver necessidade de escavação do terreno natural, ao longo do eixo e no interior dos limites das seções do projeto (off sets), adotar o condicionado no disposto da Norma DNIT 106/2009-ES;

2.6 - Para a execução de aterros, seguir o estabelecido na Norma DNIT 108/2009-ES, quando a necessidade de depósito de materiais provenientes de cortes e/ou de empréstimos no interior dos limites das seções de projeto;

2.7 - Após o início do Terraplenagem, a Contratada é obrigada a concluir o serviço até a plataforma acabada;

2.8 - A Terraplenagem dos encabeçamentos da OAE deverá ser executada após a conclusão de toda a estrutura.

2.9 - Os materiais com características geotécnicas inaceitáveis para execução do corpo de aterro deverão ser destinados ao bota-fora.

## **3. Critérios de Aceitabilidade e Parâmetros de Desempenho**

3.1 - O acabamento quanto a declividade transversal e a inclinação dos taludes será verificado e deverá estar de acordo com o previsto no projeto de terraplenagem;

3.2 - As tolerâncias admitidas para as plataformas de terrapleno dos cortes e aterros são as seguintes: planialtimetricamente - até + 0,20 m, não se admitindo variação para menos; altimetricamente - até ± 0,05 m;

3.3 - Somente após a eliminação de pelo menos 95% dos recalques totais, nos locais onde for confirmada a presença de solos compressíveis, e que a terraplenagem será considerada concluída;

3.4 - Deverão ser respeitados todos os procedimentos das Normas ES-DNIT 104/2009, 105/2009, 106/2009, 107/2009 e 108/2009.

3.5 - Observação: Os serviços serão pagos após a atestação de todos os Critérios supracitados, e de acordo com o previsto nos CRITÉRIOS DE PAGAMENTO.

## **4. Prazos e Execução**



4.1 - O prazo de execução será aquele estabelecido no cronograma físico proposto pela licitante e em consonância com o estipulado cronograma referencial das obras apresentado nas páginas 221 até 222 ([0060091505](#)).

## **PARÁGRAFO SÉTIMO: EXECUÇÃO DA DRENAGEM E OBRAS DE ARTE CORRENTES**

### **1. Escopo do Serviço**

1.1 - Deve-se realizar o estudo pluviométrico da região, afim de dimensionar todo o sistema de drenagem.

1.2 - O sistema de drenagem e obras de arte correntes devera envolver os serviços previstos no projeto executivo.

1.3 - Para se chegar às soluções adequadas deve-se utilizar os resultados dos Estudos Hidrológicos e dos ajustamentos e verificações procedidas no campo, passando-se em seguida, às definições e projetos dos dispositivos, de posse dos elementos dos projetos geométrico e terraplenagem.

1.4 - Entre as soluções a serem adotadas, projeta-se um sistema convencional de drenagem, que é aquela constituída basicamente por drenagem superficial e drenagem profunda.

### **2. Procedimentos Executivos**

2.1 - No caso de execução de peças moldadas in loco para os dispositivos de drenagem, devera ser estabelecido, previamente, o plano de retirada dos corpos de prova de concreto, das amostras de aço, cimento, agregados e demais materiais de forma a satisfazer as especificações. Esta execução envolvera as seguintes etapas: escavação do material situado nas adjacências do bordo do pavimento, obedecendo aos alinhamentos, cotas, e dimensões indicadas no projeto; execução de base para regularização e apoio.

2.2 - O procedimento para execução estão presente no item 5.4, pág. 99 a 130 do Projeto Volume 3 - Memória Justificativa 272-434 ([0038129921](#)), além dos processos executivos indicados abaixo.

2.3 - O sistema de drenagem superficial é composto dos seguintes dispositivos:

- Meio-fio de concreto moldado in-loco MFC-01, MFC-03 e MFC-05, conforme Álbum de projetos - tipo de dispositivo de drenagem do DNIT;
- Sarjeta triangular de concreto moldado no local STC 100-20, conforme Álbum de projetos - tipo de dispositivo de drenagem do DNIT;
- Transposição de segmentos de sarjeta TSS-02;
- Entrada D'água do tipo EDA-01 e EDA-02 e Descidas d'água do tipo DAR-02 e DAD 60-36, conforme Álbum de projetos - tipo de dispositivo de drenagem do DNIT;
- Dissipadores de energia dos tipos, DED 01 e DES 02, conforme Álbum de projetos - tipo de dispositivo de drenagem do DNIT;

2.4 - O sistema de drenagem profunda é composto dos seguintes dispositivos:

- Corpo de BSTC com diâmetros de 60 cm, 80 cm, 100 cm e 120 cm;
- Corpo de BDTC com diâmetro de 120 cm;
- Corpo de BTTC com diâmetro de 120 cm;
- Boca de BSTC com diâmetros de 60 cm, 80 cm, 100 cm e 120 cm;
- Boca de BDTC com diâmetro de 120 cm;
- Boca de BTTC com diâmetro de 120 cm;
- Corpo de BSCC 2,00 x 2,00 m;
- Corpo de BDCC 2,00 x 2,00 m;

- Boca de BSCC 2,00 x 2,00 m;
- Boca de BDCC 2,00 x 2,00 m;
- Dissipador de energia DEB 300-366;
- Dreno longitudinal profundo DPS-07
- Boca de saída para dreno longitudinal profundo BSD-02;

2.5 - A vala somente será aberta quando todos os materiais para execução da rede de drenagem estiverem disponíveis no local da obra. As valas que receberão as tubulações de drenagem serão escavadas segundo a linha do eixo, sendo respeitadas o alinhamento e as cotas indicadas pelo Projeto. As valas devem ser abertas no sentido de jusante para montante, a partir dos pontos de lançamento. A escavação deve se aproximar do greide previsto para a geratriz inferior da tubulação, devendo o acerto dos taludes e do fundo da vala ser feito manualmente. A largura da vala será fixada no Projeto e confirmada pela Fiscalização, que observará o às características do solo e da tubulação empregada. A largura livre de trabalho na vala deve ser, no mínimo, igual ao diâmetro do coletor mais 0,60 m, para profundidade até 2 m, devendo ser acrescida de 0,01 m para cada metro ou fração que exceder a 2 m. Qualquer excesso de escavação ou depressão no fundo da vala deve ser preenchido com material granular fino, compactado. O material escavado será depositado, sempre que possível, de um só lado da vala, afastado 1m da borda da escavação. Em casos especiais poderá a Fiscalização determinar retirada total do material escavado.

2.6 - As sarjetas revestidas de concreto poderão ser moldadas 'in loco' ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto. A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações da pavimentação que envolva atividades na faixa anexa. No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem. O preparo e a regularização da superfície serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo. Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte. De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada. Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais. A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados. O espalhamento e acabamento do concreto serão feitos mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta à seção pretendida. A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto. O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários serão feitos com apoio da régua de desempeno no próprio concreto, dos panos adjacentes. A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

2.7 - Para executar o meio-fio deve-se realizar escavação da porção anexa ao bordo do pavimento, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicadas no projeto. Execução de base de brita para regularização e apoio dos meios fios. Instalação de guias de madeira segundo a seção transversal do meio fio, espaçadas de 2m. Nas extensões de curvas esse espaçamento será reduzido para permitir melhor concordância. Instalação de forma na parte anterior e posterior do dispositivo. Lançamento e vibração do concreto. Retirada das guias e das formas laterais. Preenchimento das juntas com argamassa cimento-areia, traço 1:3. A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

2.8 - O processo executivo das entradas d'água deverá seguir a metodologia moldada in loco. As descidas d'água poderão ser moldadas in loco ou pré-moldadas. A execução das entradas e descidas d'água deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa à plataforma, cujos trabalhos de regularização ou acerto possam danificá-

las. As entradas e descidas d'água de concreto simples ou armado moldadas in loco deverão atender ao disposto nos projetos específicos e executadas de acordo com as seguintes etapas: a) Escavação, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicadas no projeto. b) Apiloamento da superfície, executado de modo manual ou com equipamento portátil de impacto ou vibração, de forma a se obter uma base firme e bem desempenada. c) Instalação das fôrmas e cimbramento. d) Umedecimento das fôrmas ou guias e da base de assentamento. e) Instalação das armaduras, quando houver. f) Lançamento, vibração e cura do concreto. g) Retirada das guias e das fôrmas laterais após o período inicial da cura do concreto. h) Preenchimento das juntas resultantes da retirada das guias com argamassa cimento-areia, traço 1:3, em massa. i) Complementação das laterais com solo local e apiloamento.

2.9 - O processo executivo mais utilizado para implantação de dissipadores, refere-se ao emprego de dispositivos moldados "in loco" com emprego de formas convencionais, desenvolvendo-se as seguintes etapas: a) escavação da vala para assentamento do dissipador, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicadas no projeto; b) regularização da vala escavada com compactação com emprego de compactador mecânico e com controle de umidade a fim de garantir o suporte necessário para o dissipador, em geral de considerável peso próprio; c) lançamento de concreto magro com utilização de concreto de cimento amassado em betoneira ou produzido em usina e transportado para o local em caminhão betoneira, sendo o concreto dosado experimentalmente para resistência característica à compressão (fck) min., aos 28 dias de 15 Mpa; d) instalação das formas laterais e das paredes de dispositivos acessórios, como dentes e degraus, limitando-se os segmentos a serem concretados em cada etapa e execução de juntas de dilatação, a intervalos de 12,0m. e) colocação e amarração das armaduras definidas pelo projeto, no caso de utilização de estrutura de concreto armado; f) lançamento, vibração e cura do concreto tomando-se as precauções anteriormente mencionadas; g) retirada das guias e das formas; h) recomposição do terreno lateral às paredes dos dissipadores com colocação e compactação de material escolhido do excedente da escavação, com a remoção de pedras ou fragmentos de estrutura que possam dificultar a compactação; i) sendo o material local de baixa resistência, deverá ser feito o preenchimento dos vazios com areia; j) no caso de utilização de caixas deverá ser feito o lançamento e arrumação cuidadosa das pedras visando criar alterações bruscas no fluxo d'água (dissipar energia). Para as saídas de sarjetas e valetas usar pedra de mão com diâmetros entre 10 e 15 cm e para saídas de bueiros, diâmetros de 15 cm a 25 cm; k) no caso de utilização de dispositivos que utilizem berço de pedra argamassada as pedras serão colocadas sobre camada de concreto previamente lançado, antes de se iniciar a sua cura.

2.10 - Em relação a execução dos tubos de dreno em PEAD, as valas deverão ser escavadas de acordo com a largura, o alinhamento e as cotas indicados no projeto. Os tubos de tipo e dimensões requeridas deverão ser assentados em berços, adequadamente compactados e acabados, de modo a serem preservadas as cotas de projeto perfeitamente estáveis para o carregamento previsto. O material de envolvimento dos drenos deverá ser firmemente adensado, adotando-se compactador vibratório, de modo a garantir a imobilidade dos tubos, as espessuras das camadas e a perfeita graduação granulométrica dos materiais drenante e filtrante. As juntas da ponta e da bolsa deverão ser colocadas de modo que as bolsas fiquem voltadas para o lado ascendente da declividade. A parte superior da vala deverá então ser preenchida com material argiloso, caso indicado no projeto, cuidando-se quando da utilização de bases granulares para que haja a continuidade de permeabilidade, de modo a favorecer o esgotamento das águas que, por infiltração, possam ficar retidas na camada. Todos os materiais de enchimento deverão ser compactados com equipamentos vibratórios e na umidade adequada para o perfeito adensamento das camadas. Nas extremidades de saída das valas deverão ser instalados tubos ou terminais, em conformidade com as indicações do projeto.

2.11 - Bueiros Celulares de concreto armado, devem ser executados iniciando-se pela escavação de modo a permitir a sua execução com espaços laterais suficientes para a colocação dos pré-moldados. O fundo da cava, antes do lançamento do lastro de concreto magro, deverá ser regularizado e compactado mecanicamente, de modo a garantir boas qualidades da fundação. Após a compactação será lançada uma camada de concreto magro, na espessura média de 10cm, de modo a regularizar a superfície e melhorar as condições da distribuição do carregamento no solo. O concreto do lastro deverá ser feito para a resistência, fck > 15Mpa. No caso de terrenos muito úmidos, o lastro de concreto

magro deverá ser lançado somente após a execução de uma camada protetora de enrocamento de pedra. Sobre o lastro serão colocados os bueios celulares. As juntas dos tubos serão preenchidas com argamassa de cimento e areia em traço de 1:3, cuidando-se de remover toda a argamassa excedente no interior da tubulação. Depois será feito o reaterro lateral das paredes com o lançamento do material em camadas na espessura máxima de 30 cm, compactando-se energeticamente cada camada com compactador mecânico. Após a complementação de o reaterro realizar a limpeza da caixa para remover todo o entulho caído no interior e que possa vir a comprometer o escoamento.

2.12 - Na rede tubular de concreto armado, o fornecimento e a montagem dos tubos e conexões serão executados rigorosamente de acordo com o projeto, as normas da ABNT, com as exigências e/ou recomendações do fabricante/fornecedor. Todos os materiais e equipamentos empregados nas instalações deverão ser manuseados de forma cuidadosa, com vistas a evitar danos. As recomendações dos fabricantes quanto ao carregamento, transporte, descarregamento e armazenamento, devem ser rigorosamente seguidas. A tubulação será assente, caso necessário, sobre lastro de areia e de brita conforme definido pelo projeto. As juntas dos tubos serão preenchidas com argamassa de cimento e areia em traço de 1:3, cuidando-se de remover toda a argamassa excedente no interior da tubulação. Os tubos terão suas bolsas assentadas o lado de montante. O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e ao alinhamento indicados no projeto. O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito, de preferência, com o material da própria escavação, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação. Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

2.13 - É fundamental notar a sistemática a ser implantada nos serviços de drenagem e OAC e no controle da qualidade. Algumas considerações a seguir servirão de base, em rol exemplificativo:

- Nos Drenos, em relação ao material a ser utilizado e interessante observar: os tubos não deverão apresentar trincas ou fraturas tanto no seu corpo como nas bocas; não deverão deformar em alinhamento, de mais de 0,3cm, num comprimento de 30cm. Os planos das extremidades deverão apresentar-se em esquadro com o eixo longitudinal; os tubos estarão sujeitos a inspeção na fábrica, nos depósitos ou nas valas e, sempre que possível com inspeção visual após o assentamento, de modo a constatar-se a integridade da tubulação.
- O material filtrante para envolvimento e o material de enchimento para os drenos subterrâneos construídos com tubos porosos de concreto deverão consistir de partículas limpas, resistentes e duráveis de areia, pedregulho ou pedra britada, isentos de matéria orgânica, torrões de argila ou outros materiais deletérios.
- As Valas deverão ser escavadas de acordo com a largura, o alinhamento e as cotas indicados no projeto.
- Os tubos de tipo e dimensões requeridas deverão ser assentados em berços, adequadamente compactados e acabados, de modo a serem preservadas as cotas de projeto perfeitamente estáveis para o carregamento previsto.
- A parte superior da vala deveser preenchida com material argiloso, cuidando-se quando da utilização de bases granulares para que haja a continuidade de permeabilidade, de modo a favorecer o esgotamento das águas que, por infiltração, possam ficar retidas na camada.
- As sarjetas revestidas de concreto deverão ser moldadas in loco. A execução das sarjetas de corte deveser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolva atividades na faixa anexa a plataforma cujos trabalhos de regularização ou acerto possam danifica-los.
- No caso de banquetas de escalonamentos e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem, precedendo a operação de plantio ou colocação de revestimento dos taludes.

- A execução do Meio Fio só se dará após a conclusão dos serviços de Pavimentação do segmento onde será implantando o referido dispositivo de drenagem.

### **3. Critérios de Aceitabilidade e Parâmetros de Desempenho**

3.1 - Deverão ser respeitados todos os procedimentos das Normas DNER-ES-284, DNIT 016/2016, DNIT 018/2006, DNIT 020/2006, DNIT 021/2006, DNIT 022/2006, DNIT 023/2006, DNIT 026/2006, DNER-ES-288 e DNER-ES-294. (Algumas Normas estão com o ano alterado no site do DNIT).

3.2 - Observação: Os serviços serão pagos após a atestação de todos os Critérios supracitados, e de acordo com o previsto nos CRITERIOS DE PAGAMENTO.

### **4. Prazos de Execução**

4.1 - O prazo de execução será aquele estabelecido no cronograma físico proposto pela licitante e em consonância com o estipulado cronograma referencial das obras apresentado nas páginas 221 até 222 ([0060091505](#)).

## **PARÁGRAFO OITAVO: EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO**

### **1. Escopo de Serviço**

1.1 - A execução da pavimentação deverá considerar os elementos fornecidos pelos estudos geotécnicos e estudos de tráfego, e ainda todos os preceitos fornecidos pelo Projeto Executivo.

1.2 - Dos estudos geotécnicos serão obtidas informações sobre o suporte dos materiais do subleito, bem como de todos os materiais que irão constituir as camadas dos pavimentos.

1.3 - No projeto foi definida a utilização de pavimento do tipo flexível, que é uma estrutura composta de camadas granulares cujo revestimento é do tipo betuminoso. Neste tipo de pavimento o dimensionamento é comandado pela resistência do subleito.

1.4 - Para o dimensionamento das estruturas do pavimento utilizou-se o método de dimensionamento do DER/RO.

1.5 - Este procedimento baseia-se no método de projeto de pavimento flexível adotado pelo DNER.

1.6 - O cronograma de execução dos serviços e liberação dos segmentos atacados ao tráfego deverá constar no plano de ataque, sendo este previamente aprovado pelo DER/RO.

1.7 - Tendo em vista a importância da obra, visando a sua durabilidade e o empenho em mantê-la em sintonia com o desenvolvimento das tecnologias, para adotar medidas que assegurem sua qualidade, seguir as orientações de construção contidas no Manual de Pavimentação - IPR - 719/2006.

### **2. Procedimentos Executivos**

2.1 - O procedimento para execução estão presente no item 5.3, pág. 67 a 97 do Projeto Volume 3 - Memória Justificativa 272-434 ([0038129921](#)), além dos processos executivos indicados abaixo.

2.2 - Os serviços de pavimentação deverão ser executados de acordo com as normas vigentes do DNIT, da ABNT e demais normas aplicáveis.

2.3 - O pavimento flexível será constituído das camadas de revestimento, base, sub-base e reforço do subleito, onde o reforço do subleito consiste em uma camada com espessura constante, executada em razão da baixa capacidade de suporte do subleito e também permitindo a redução da espessura da sub-base.

2.4 - As camadas de base e sub-base serão granulares estabilizadas granulometricamente, que são camadas executadas pela compactação de um material ou de mistura de materiais que apresentem uma granulometria apropriada e índices geotécnicos específicos.

2.5 - Os parâmetros de projeto e memória de cálculo definem o dimensionamento em revestimento do tipo tratamento superficial duplo (TSD) na espessura de 2,5cm, base estabilizada sem mistura, com espessura de 20cm, sub-base estabilizada sem mistura, com espessura de 20cm.



2.6 - A camada de reforço do subleito será executada com solo estabilizado granulometricamente sem mistura com 20,0 cm de espessura.

2.7 - A sub-base será em solo estabilizado granulometricamente sem mistura, devendo ser executada, com espessura de 20 cm, utilizando-se o material de jazida previamente autorizada pela fiscalização. A sub-base deverá ser compactada com a energia do Proctor Intermediário (26 golpes por camada).

2.8 - A base será em solo estabilizado granulometricamente sem mistura, devendo ser executada, com espessura de 20 cm, utilizando-se o material de jazida previamente autorizada pela fiscalização. A base deverá ser compactada com a energia do Proctor Modificado (56 golpes).

2.9 - Toda a vegetação e material orgânico, porventura existente no leito da via urbana, deverão ser removidos previamente. Após a execução de cortes ou aterros, operações necessárias para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 20 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou aeração, compactação e acabamento. Os aterros previstos, serão executados de acordo com as especificações de terraplanagem.

2.10 - A execução da base e sub-base compreendem as operações de mistura e pulverização, umedecimento ou secagem dos materiais em central de mistura ou na pista, seguidas de espalhamento, compactação e acabamento, realizadas na pista devidamente preparada, na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada.

2.11 - No caso de utilização de misturas de materiais devem ser obedecidos os seguintes procedimentos:

- Mistura prévia – Deve ser executada preferencialmente em centrais de mistura próprias para este fim. Caso as quantidades a serem executadas não justifiquem a instalação de central de mistura, a mesma pode ser feita com pá-carregadeira.
- No segundo caso, a medida-padrão pode ser a concha da pá carregadeira utilizada no carregamento do material. Conhecidos os números da medida-padrão de cada material que melhor reproduza a dosagem projetada, deve ser iniciado o processo de mistura em local próximo a uma das jazidas. Depositam-se alternadamente os materiais, em lugar apropriado e na proporção desejada. A mistura é então processada, revolvendo-se o monte formado com evoluções da concha da pá-carregadeira. Para evitar erros na contagem do número de medidas-padrão dos materiais, recomenda-se que a etapa descrita anteriormente seja executada dosando-se um ciclo da mistura por vez.
- Após a mistura prévia, o material é transportado, por meio de caminhões basculantes, depositando-se sobre a pista em montes adequadamente espaçados. Segue-se com o espalhamento pela ação da motoniveladora. Segue-se com o espalhamento pela ação da motoniveladora.
- Mistura na pista - A mistura na pista somente pode ser procedida quando na mesma for utilizado material da pista existente, ou quando as quantidades a serem executadas não justificarem a instalação de central de mistura.
- Inicialmente, deve ser distribuído na pista o material que entra na composição da mistura em maior quantidade. Segue-se o espalhamento do segundo material, em quantidade que assegure o atendimento à dosagem e à espessura pretendida. O material espalhado deve receber adequada conformação, de forma que a camada apresente espessura constante.

2.12 - Espalhamento - O material distribuído é homogeneizado mediante ação combinada de grade de discos e motoniveladora. No decorrer desta etapa, devem ser removidos materiais estranhos ou fragmentos de tamanho excessivo.

2.13 - Correção e homogeneização da umidade - A variação do teor de umidade admitido para o material para início da compactação é de menos, 02 pontos percentuais até mais 01 pontos percentual da umidade ótima de compactação. Caso o teor de umidade se apresente abaixo do limite mínimo especificado, deve-se proceder ao umedecimento da camada com caminhão-tanque distribuidor de água, seguindo-se a homogeneização pela atuação de grade de discos e motoniveladora. Se o teor de



umidade de campo exceder ao limite superior especificado, deve-se aerar o material mediante ação conjunta da grade de discos e da motoniveladora, para que o material atinja o intervalo da umidade especificada.

2.14 - Concluída a correção e homogeneização da umidade, o material deve ser conformado, de maneira a se obter a espessura desejada após a compactação.

2.15 - A espessura da camada compactada não deve ser inferior a 10 cm nem superior a 20 cm. Quando houver necessidade de se executar camadas de sub-base com espessura final superior a 20 cm, estas devem ser subdivididas em camadas parciais. A espessura mínima de qualquer camada de sub-base deve ser de 10 cm, após a compactação. Nesta fase devem ser tomados os cuidados necessários para evitar a adição de material na fase de acabamento.

2.16 - Compactação - Na fase inicial da obra devem ser executados segmentos experimentais, com formas diferentes de execução, na sequência operacional de utilização dos equipamentos, de modo a definir os procedimentos a serem obedecidos nos serviços de compactação. Deve-se estabelecer o número de passadas necessárias dos equipamentos de compactação para atingir o grau de compactação especificado. Deve ser realizada nova determinação, sempre que houver variação no material ou do equipamento empregado.

2.17 - A compactação deve evoluir longitudinalmente iniciando pelas bordas. Nos trechos em tangente, a compactação deve prosseguir das duas bordas para o centro, em percursos equidistantes da linha base, o eixo. Os percursos ou passadas do equipamento utilizado devem distar entre si de forma tal que, em cada percurso, seja coberta metade da faixa coberta no percurso anterior. Nos trechos em curva, havendo superelevação, a compactação deve progredir da borda mais baixa para a mais alta, com percursos análogos aos descritos para os trechos em tangente.

2.18 - Nas partes adjacentes ao início e ao fim da sub-base em construção, a compactação deve ser executada transversalmente à linha base, o eixo. Nas partes inacessíveis aos rolos compactadores, assim como nas partes em que seu uso não for recomendável, tais como cabeceiras de pontes e viadutos, a compactação deve ser executada com rolos vibratórios portáteis ou sapos mecânicos.

2.19 - Durante a compactação, se necessário, pode ser promovido o umedecimento da superfície da camada, mediante emprego de carro-tanque distribuidor de água. Esta operação é exigida sempre que o teor de umidade estiver abaixo do limite inferior do intervalo de umidade admitido para a compactação.

2.20 - Acabamento - O acabamento deve ser executado pela ação conjunta de motoniveladora e de rolos de pneus e liso-vibratório. A motoniveladora deve atuar, quando necessário, exclusivamente em operação de corte, sendo vetada a correção de depressões por adição de material.

2.21 - Abertura ao tráfego - A sub-base estabilizada granulometricamente não deve ser submetida à ação do tráfego. A extensão máxima a ser executada deve ser aquela para a qual pode ser efetuado de imediato o espalhamento do material da camada seguinte, de fora que sub-base já liberada não fique exposta à ação de intempéries que possam prejudicar sua qualidade.

2.22 - Após a perfeita conformação geométrica da base, preceder-se-á varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes. Aplica-se a seguir, o material betuminoso indicado nesta especificação, na temperatura compatível, na quantidade certa e de maneira mais uniforme, o material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou quando esta estiver iminente. Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista fazendo-se a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimada ao trânsito deve ultrapassar a 30 dias. A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser imediatamente, corrigida.

2.23 - Para a pintura de ligação indica-se a utilização de emulsão asfáltica tipo RR-2C, com taxa de aplicação de 4,77 l/m<sup>2</sup>. Inicialmente, deve-se realizar uma varredura da pista imprimada ou pintada, para eliminar todas as partículas de pó. A temperatura de aplicação do ligante asfáltico deve ser determinada em função da relação temperatura x viscosidade. Deve ser escolhida a que proporcionar a melhor viscosidade para o espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas são: Emulsão asfáltica, 20 a 100 segundos Saybolt-Furol (DNER-ME 004/94). Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista fazendo-se a pintura de ligação da adjacente, logo que a primeira permita tráfego. A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Recomenda-se que a mistura água+emulsão seja preparada no mesmo turno de trabalho, deve-se evitar o estoque da mesma por prazo superior a 12 horas.

2.24 - Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deve ser feita uma pintura de ligação.

2.25 - A rodovia será revestida com TSD, e este deverá ter espessura de 2,5 cm. Consiste na camada de revestimento do pavimento constituída por duas aplicações de ligante asfáltico, cada uma coberta por camada de agregado mineral e submetida à compressão.

2.26 - Aplicação do agregado - Imediatamente após a aplicação do ligante deve-se realizar o espalhamento da 1ª camada do agregado, na quantidade indicada no projeto. Excessos ou escassez devem ser corrigidos antes do início da compressão. A compressão deve começar pelas bordas e progredir para o eixo nos trechos em tangente e nas curvas deve progredir sempre da borda mais baixa para a borda mais alta, sendo cada passagem do rolo recoberta, na passada subsequente, de pelo menos metade da largura deste. Após a compressão da camada, obtida a fixação do agregado, faz-se uma varredura leve do material solto. Deve-se executar a segunda camada de modo idêntico à primeira. Não deve ser permitido o tráfego quando da aplicação do ligante asfáltico ou do agregado. Deve-se liberar o tráfego somente após o término da compressão e de maneira controlada.

2.27 - A Contratada será responsável por todas as obras a serem desenvolvidas de forma que, quando concluídas, atendam em primeiro lugar, as especificações do DNIT para sua aceitação, e complementarmente, que seus elementos componentes passem a atender aos padrões de desempenho exigidos pelo DNIT, mantendo atendidos estes padrões para todo o período de vida útil do projeto.

### **3. Critérios de Aceitabilidade e Parâmetros de Desempenho**

3.1 - Deverão ser obedecidos todos os preceitos estabelecidos na **Instrução ao Normativa nº 15/DNIT SEDE, de 28/04/2021**, a qual estipula os procedimentos técnicos e administrativos para recebimento de pavimentos novos e restaurados.

3.2 - A Contratada será responsável por todas as obras a serem desenvolvidas de forma que, quando concluídas, atendam em primeiro lugar, as especificações do DNIT para sua aceitação, e complementarmente, que seus elementos componentes passem a atender aos padrões de desempenho exigidos pelo DNIT, mantendo atendidos estes padrões para todo o período de vida útil do projeto.

3.3 - Durante a execução, as deflexões obtidas na pista deverão obedecer rigorosamente aquelas indicadas em projeto e em normas, sob pena do não recebimento dos serviços;

3.4 - Observação: Os serviços serão pagos após a atestação de todos os Critérios supracitados, e de acordo com o previsto nos CRITÉRIOS DE PAGAMENTO.

### **4. Prazos de Execução**

4.1 - O prazo de execução será aquele estabelecido no cronograma físico proposto pela licitante e em consonância com o estipulado cronograma referencial das obras apresentado nas páginas 221 até 222 ([0060091505](#)).

## **PARÁGRAFO NONO: EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO**

### **1. Escopo do Serviço**

1.1 - As obras de sinalização deverão ser executadas de acordo com o projeto executivo, e procedimentos e normas do DNIT, CONTRAN e ABNT, com destaque as especificações e atendimento exigências do Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária - BR-Legal.

1.2 - No que diz respeito a Sinalização Temporária de Obras, a Contratada deverá se responsabilizar, durante o período de execução das obras, pela segurança do usuário, observar rigorosamente o preconizado no Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, bem como no Manual de Sinalização de Obras e Emergências em Rodovias, Publicação IPR- 738/2010.

1.3 - O DER/RO, através do Gerente designado, reserva-se o direito de exigir a complementação dos dispositivos de segurança, sempre que constatar deficiência na sinalização implantada.

1.4 - É obrigação da Contratada a utilização da Sinalização Temporária até o recebimento definitivo das obras.

### **2. Procedimentos Executivos**

2.1 - O procedimento para execução estão presente no item 5.7, pág. 139 a 155 do Projeto Volume 3 - Memória Justificativa 272-434 ([0038129921](#)), além dos projetos pág. 53 a 71 Projeto Volume 2 - Projeto Executivo 160-230 ([0038129564](#)), pág. 1 a 161 do Projeto Volume 2 - Projeto Executivo 231-391 ([0038129616](#)). além dos processos executivos indicados abaixo.

2.2 - As obras de sinalização deverão ser executadas de acordo com o projeto executivo, e procedimentos e normas do DNIT, CONTRAN e ABNT, com destaque as especificações e atendimento exigências do Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária- BR-Legal.

2.3 - Atenção especial deve ser dada em locais potencialmente perigosos, tais como nas travessias urbanas, com risco de situação inesperada, a fim de evitar acidentes com pedestres, trabalhadores e dos usuários da rodovia, com ênfase no período noturno.

2.4 - Devem ser tornados cuidados especiais para assegurar que a vegetação, materiais de construção e demais interferência não prejudiquem a visualização da sinalização, mesmo que temporariamente.

2.5 - Antes da execução dos serviços, deve ser implantada a adequada sinalização, visando à segurança do tráfego no segmento rodoviário, e efetuada sua manutenção permanente durante a execução dos serviços. A sinalização de obras deverá ser constituída de: a) Área de Pré-Sinalização – Destinada a advertir a existência de obras adiante que modifiquem a circulação dos veículos. Nesta área serão implantados sinais indicando aos motoristas qual deverá ser seu comportamento ao trafegarem junto ao canteiro de obras. b) Área de Sinalização de Posição – Representado pelo trecho onde estão regulamentadas as condições de trafegabilidade. c) Área de Sinalização de Fim de Obras – Estabelecida a situação normal de circulação, deverá ser informado o final da obra e a rodovia receber a regulamentação de velocidade máxima permitida desse trecho em diante, conforme as características da estrada, caso a velocidade tenha sido reduzida através de sinalização anterior.

2.6 - A sinalização horizontal é feita através de pintura do pavimento e tem a finalidade de orientar o motorista dentro do critério pré-estabelecido, aumentando com isto, a segurança do tráfego. Os diversos dispositivos, dimensões, larguras, entre outros e podem ser encontrados nos memoriais e projetos citados no item 9.9.2.1 deste Projeto Básico.

2.7 - O material a ser empregado na sinalização horizontal foi norteado em função do volume de tráfego e também da sua provável vida útil (2 anos), sendo ele a Tinta à base de resina acrílica emulsão em água, composta basicamente de uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos, cargas e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, sem reações prejudiciais ao revestimento e apta ou susceptível à adição de microesferas de vidro. Para que as tintas adquirirem a indispensável retrorrefletorização devem ser utilizadas microesferas de vidro. As tintas devem ser misturadas, de forma a garantir a boa homogeneidade do material. A espessura úmida de tinta a ser aplicada deve ser de 0,5mm, a ser obtida de uma só passada da máquina sobre o revestimento. Para a

aplicação da sinalização na superfície com revestimento asfáltico, deve ser respeitado o período de cura do revestimento. A superfície a ser sinalizada deve estar seca, livre de sujeira, óleos, graxas ou qualquer outro material que possa prejudicar a aderência da sinalização ao pavimento.

2.8 - A sinalização vertical é um subsistema da sinalização viária, que se utiliza de sinais apostos sobre placas fixadas na posição vertical, ao lado ou suspensas sobre a pista, transmitindo mensagens de caráter permanente ou, eventualmente, variável, mediante símbolos e/ou legendas preestabelecidas e legalmente instituídas. Os sinais a serem colocados na rodovia serão os seguintes: Sinais de advertência; Sinais de regulamentação; Sinais de informação ou indicação; Sinais educativos. Os sinais serão localizados no lado direito do sentido do tráfego com um afastamento mínimo de 1,20m da extremidade da pista de rolamento e de tal forma que sua projeção horizontal, do ponto mais próximo da pista, esteja sempre fora do acostamento, pelo menos 0,60 m. Os sinais deverão ser colocados a uma altura de 1,20 m acima do nível do bordo da rodovia, no ponto mais próximo a ele, sendo que esta altura deverá ser medida a partir de seu bordo inferior. Com relação aos materiais a serem empregados, as placas deverão ser confeccionadas em chapas de aço galvanizado nº 16, cortadas nas dimensões finais e tratadas para garantia de sua durabilidade, as legendas e tarjas deverão ser confeccionadas em película refletiva Scotchlite Grau Diamante ou similar, à exceção dos dizeres e símbolos que deverão ser confeccionados em película plástica, apropriada para este fim, na cor preta, os suportes e travessas das placas serão em madeira de lei tratada 8,0x8,0cm.

2.9 - Inicialmente deve ser feito o levantamento da área para verificação das condições do local de implantação das placas. Posteriormente, as atividades deverão ser as seguintes: Limpeza do local, de forma a garantir a visibilidade do sinal a ser implantado; Marcação da localização dos dispositivos a serem implantados, de acordo com o projeto de sinalização; Distribuição das placas nos pontos já localizados anteriormente; Escavação da área para fixação dos suportes; Preparação da sapata ou base, em concreto de cimento Portland, para recebimento dos suportes das estruturas de sustentação das placas que assim o exigirem; Fixação das placas ou módulos de painéis aos suportes e às travessas, através de braçadeiras, parafusos, arruelas, porcas e contra porcas; Implantação da placa, de forma que os suportes fixados mantenham rigidez e posição permanente e apropriada, evitando que balancem, girem ou sejam deslocados; A implantação das placas ou painéis suspensos deve contar com a utilização de caminhão plataforma. Durante a implantação o trânsito deve ser desviado, com o auxílio de cones ou qualquer dispositivo adequado para esta finalidade.

### **3. Critérios de Aceitabilidade e Parâmetros de Desempenho**

3.1 - Todas as soluções indicadas no Projeto Básico e Executivo deverão ser respeitadas nesta fase de execução das obras.

3.2 - Atendimento aos procedimentos e normas do DNIT, CONTRAN e ABNT, com destaque as especificações e atendimento exigências do Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária - BR-Legal.

3.3 - Observação: Os serviços serão pagos após a atestação de todos os Critérios supracitados, e de acordo com o previsto nos CRITÉRIOS DE PAGAMENTO.

### **4. Prazos de Execução**

4.1 - O prazo de execução será aquele estabelecido no cronograma físico proposto pela licitante e em consonância com o estipulado cronograma referencial das obras apresentado nas páginas 221 até 222 ([0060091505](#)).

## **PARÁGRAFO DÉCIMO: EXECUÇÃO DE OBRAS COMPLEMENTARES**

### **1. Escopo do Serviço**

1.1 - As obras complementares devem ser executadas de acordo com o projeto executivo, e procedimentos e normas do DNIT e ABNT.

### **2. Procedimentos executivos**

2.1 - O procedimento para execução estão presente no item 5.8, pág. 156 a 161 do Projeto Volume 3 - Memória Justificativa 272-434 ([0038129921](#)), além dos processos executivos indicados abaixo.

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO - Fone: (69) 3212-9243.



2.2 - Os itens deverão seguir o Projeto Executivo, atendendo as Normas do DNIT e ABNT, e demais normativos pertinentes.

### **3. Critérios de Aceitação e Parâmetros de Desempenho**

3.1 - Todas as soluções indicadas no Projeto Básico e Executivo deverão ser respeitadas nesta fase de execução das obras.

3.2 - Atendimento aos procedimentos e normas do DNIT e ABNT.

3.3 - Observação: Os serviços serão pagos após a atestação de todos os Critérios supracitados, e de acordo com o previsto nos CRITERIOS DE PAGAMENTO.

### **4. Prazo de Execução**

4.1 - O prazo de execução será aquele estabelecido no cronograma físico proposto pela licitante e em consonância com o estipulado cronograma referencial das obras apresentado nas páginas 221 até 222 ([0060091505](#)).

### **PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: MEIO AMBIENTE**

1. Os cuidados observados para fins de preservação do meio ambiente envolvem a produção, a estocagem e a aplicação de agregados, assim como a operação da usina.

2. No decorrer do processo de obtenção de agregados de pedreiras e areias devem ser considerados os seguintes cuidados principais:

- Caso utilizado instalações comerciais, a brita e a areia somente são aceitas após apresentação da licença ambiental de operação da pedreira/areal, cuja cópia deve ser arquivada junto ao Livro de Ocorrências da Obra;
- Não é permitida a localização da pedreira e das instalações de britagem em área de preservação ambiental;
- Planejar adequadamente a exploração da pedreira e do areal, de modo a minimizar os impactos decorrentes da exploração e a possibilitar a recuperação ambiental após o término das atividades exploratórias;
- Impedir as queimadas;
- Construir, junto às instalações de britagem, bacias de sedimentação para retenção do pó de pedra eventualmente produzido em excesso.

3 Quanto ao Cimento Asfáltico:

- Instalar os depósitos em locais afastados de cursos d'água;
- Vedar o descarte do refugo de materiais usados na faixa de domínio e em áreas onde possam causar prejuízos ambientais;
- Recuperar a área afetada pelas operações de construção/execução, imediatamente após a remoção da usina e dos depósitos e a limpeza do canteiro de obras.

4. Impedir a instalação de usinas de asfalto a quente a uma distância inferior a 200 m (duzentos metros), medidos a partir da base da chaminé, de residências, de hospitais, clínicas, centros de reabilitação, escolas, asilos, orfanatos, creches, clubes esportivos, parques de diversões e outras construções comunitárias.

5. O executante será responsável pela obtenção da licença de instalação/operação, assim como pela manutenção e condições de funcionamento da usina dentro do prescrito nesta especificação.

6. Instalar sistemas de controle de poluição do ar constituídos por ciclones e filtro de mangas ou por equipamentos que atendam aos padrões estabelecidos na legislação.

7. Adotar procedimentos operacionais que evitem a emissão de partículas provenientes dos sistemas de limpeza dos filtros de mangas e de reciclagem do pó retido nas mangas.

8. Durante a execução das obras e consequente implementação da proteção ambiental, deve-se obedecer as condicionantes da Licença Ambiental a ser expedida pelo órgão ambiental competente.

9. Os serviços deverão ser executados de acordo com as Especificações de Serviços para tratamentos ambientais indicados no Projeto de Engenharia aceitos pela contratante, tais como as Especificações de Serviço DNIT 071/2006 - ES - Tratamento ambiental de áreas de uso de obras e do passivo ambiental de áreas íngremes ou de difícil acesso pelo processo de vegetação herbácea, DNIT 072/2006 - ES - Tratamento ambiental de áreas de uso de obras e do passivo ambiental de áreas íngremes ou de difícil acesso pelo processo de vegetação herbácea; DNIT 073/2006 - Tratamento ambiental de áreas de pouco uso de obras e do passivo ambiental de áreas consideradas planas ou de pouca declividade por vegetação arbórea e arbustiva; DNIT 074/2006 - ES - Tratamento ambiental de taludes e encostas por intermédio de dispositivos de controle de processos erosivos; DNIT 075/2006 ES - Tratamento ambiental de taludes com solos inconsistentes; DNIT 076/2006 - ES - Tratamento ambiental acústico das áreas lindeiras da faixa de domínio; DNIT 102/2009 - ES - Proteção do corpo estradal - Proteção vegetal.

10. A contratada deve realizar o correto manejo ambiental que consta nos normativos da Contratante.

11. Nas saias de aterro, nos taludes de corte, áreas de canteiros centrais, canteiros de acessos e interseções deverão ser executadas as medidas de proteção vegetal prevista no projeto, imediatamente após a conclusão dos serviços de terraplenagem.

12. Os resíduos e efluentes das obras e afins, também, deverão ter destinação adequada atendendo o Art. 45 da Lei 14.133/2021 destacado abaixo:

Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

13. As áreas de preservação permanente - APP degradadas em função da execução das obras deverão ser recuperadas de forma a recompor a cobertura vegetal existente.

14. Na eventualidade de paralisação das obras, a Contratada deverá assegurar previamente a desmobilização, a execução, as suas expensas, dos dispositivos de proteção ambiental previstos no contrato e manter, durante o período de paralisação, atividades de monitoramento necessárias, a fim de assegurar ao menos o controle de processos erosivos.

15. A Contratada deverá executar os serviços com presteza e qualidade técnica e em concordância com os requisitos inerentes a cada atividade.

16. A Contratada deverá participar das reuniões com a Contratante sempre que solicitada.

17. A Contratada deverá providenciar, junta ao Conselho de Classe competente da Unidade da Federação, onde se localizam os serviços, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica -ART relativa a execução dos serviços ambientais objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.



18. A Contratada deverá adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho das tarefas.

19. A Contratada deverá organizar a logística, prestar apoio técnico e fornecer EPI ao Órgão Ambiental responsável pela realização de vistorias técnicas.

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: CANTEIRO DE OBRAS**

1. A Contratada deverá, antes do início das obras e mediante ajuste com a Fiscalização e seguindo a área pré-determinada no orçamento, o projeto do canteiro de obras, dentro dos padrões exigidos pelas concessionárias de serviços públicos e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR 18). A construção do canteiro está condicionada a aprovação de seu projeto pela Fiscalização.

2. A placa de obra deverá ser afixada em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltada para a via que favoreça a melhor visualização, sendo o modelo definido de acordo com cores, medidas, proporções e demais orientações da fiscalização. Recomenda-se que a placa seja mantida em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, durante todo o período de execução das obras.

3. Os contêineres serão utilizados para escritório e seção técnica, almoxarifado, depósito de cimento, central de armadura, refeitório e cozinha, alojamento, banheiro e vestuário, oficina, topografia, carpintaria, área de recreação, guarita e residência. Os contêineres deverão ser nas dimensões indicadas no orçamento, ou similares, desde que justificável e deverão ter as seguintes características: estrutura em aço galvanizado; as chapas envolvidas na fabricação do container deverão obedecer à norma NBR 7000/Z100; fechamentos em lambris trapezoidais de chapa de aço galvanizado  $e=0,80\text{mm}$ ; pés em aço galvanizado para apoio na plataforma; o piso será em compensado naval  $e=15\text{mm}$  com alta resistência a água e pintura hidrofugante em ambas as faces.

4. Deve ser realizada entrada provisória de energia. O consumidor deverá apresentar a relação de cargas a serem utilizadas durante a obra para a definição do tipo de fornecimento aplicável.

5. Deve-se utilizar o cavalete de madeira sendo este um dispositivo de uso temporário, que têm a função de bloquear total ou parcialmente a passagem de veículos ou pedestres, por períodos curtos em função de situações de emergência, obras ou operação de trânsito. Os cavaletes serão fabricados em sarrafos de madeira e chapa de madeira compensada com espessura de 10mm, fixados com prego. Serão pintados, os sarrafos com tinta látex do tipo PVA e a placa com pintura a óleo na cor a ser definida pelo contratante e faixas brancas conforme desenho.

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: RECOMENDAÇÕES GERAIS**

1. Durante as obras deverão ser adotadas sinalização diurna e noturna e controle do tráfego por pessoal devidamente uniformizado e previamente treinado.

2. Todos os serviços de execução de sinalização horizontal somente deverão ser iniciados após a instalação de sinalização de desvio de tráfego e proteção pessoal, fornecida pela Contratada.

3. É obrigação da Contratada a utilização da Sinalização Temporária até o recebimento definitivo das obras, a qual deve ser sempre mantida em bom estado.

4. Durante a execução da obra, a Contratada deve levar em consideração os seguintes aspectos:

- a) Qualidade dos serviços, inclusive obediência ao Projeto de Engenharia e aos dispositivos contratuais;
- b) Cumprimento de prazos, metas contratuais e cronograma físico-financeiro;
- c) Proteção ao meio ambiente;
- d) Solução de problemas construtivos surgidos, com anuência do DER/RO;
- e) Execução de ensaios tecnológicos e do controle geométrico.

5. Deverão ser considerados os requisitos concernentes ao projeto de engenharia, aos materiais, equipamentos, controle de qualidade, condições de conformidade e não-conformidade, entre outros critérios, satisfazendo aos requisitos impostos pelas normas vigentes da ABNT e do DNIT.
6. As orientações ora apresentadas são apenas referências, cabendo a contratada atender a todas as normativas vigentes.
7. A movimentação de material da execução deverá ser mantida a do projeto, quando ocorrer durante a execução alteração de local dos materiais a exemplo os inaceitável (bota fora), os DMTS deverão ser corrigidos para título de medição e recebimento, contudo, para esta alteração os novos locais deverão ser registrados com imagens georreferenciadas ou por vídeos, e com a comprovação com levantamento topográfico demonstrando o perfil antes e após a retirada do material.

#### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada contendo a discriminação e quantificação dos serviços executados no mês e o acumulado desde o início dos serviços. Bem como o cronograma atualizado, se houver.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os serviços serão medidos, de acordo com os meses preestabelecidos observando o cronograma físico-financeiro, após sua devida conclusão e aprovação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Nenhuma medição será processada se a ela não estiver anexado um relatório de controle da qualidade, **contendo os resultados dos ensaios devidamente interpretados**, caracterizando a qualidade do serviço executado.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Medições das etapas concluídas após o prazo previsto no cronograma físico-financeiro contratual poderão ser efetivadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

**PARÁGRAFO SEXTO:** As medições serão mensais e consecutivas, cujo período corresponderá ao mês cheio, à exceção da última medição que poderá ter períodos proporcionais ao término dos serviços, ou aquelas processadas antes e após o período de suspensão temporária dos serviços, caso ocorra. As medições devem ocorrer em conformidade com as etapas de serviços estabelecidas no cronograma físico-financeiro adotado e aceito pelo DER/RO.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** As medições constarão de folhas-resumo com a relação dos serviços, quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais.

**PARÁGRAFO OITAVO:** As medições serão realizadas por unidade de medidas de cada item efetivamente executado (ex: escavação mecânica - m<sup>3</sup>; imprimação - m<sup>2</sup>) com os respectivos preços unitários e que corresponderam a porcentagem referente a cada mês de medição, que deve ser comparado ao cronograma físico-financeiro existente, para que se efetue o pagamento correspondente.

**PARÁGRAFO NONO:** O DER/RO poderá utilizar de auxílio de empresa de supervisão.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** No caso de ocorrer antecipação da execução física, dentro do período, numa ou em mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada para efeito de medição, desde que a parcela seguinte seja atingida e exista saldo de empenho para sua cobertura.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Se, para um determinado evento, o cronograma estiver atrasado, o mesmo somente será considerado atendido no momento em que os percentuais acumulados executados coincidirem ou ultrapassarem os previstos, podendo ser medido juntamente com as demais parcelas previstas para a etapa em andamento.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Somente poderá ser efetivada a medição dos eventos que atingirem o percentual previsto para a etapa caso não haja atraso superior a 90 (noventa) dias de um dos eventos previstos nas etapas anteriores.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Não será motivo de medição em separado: mão de obra, materiais, transportes, equipamentos e encargos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** As medições serão conforme o cronograma físico-financeiro e deverão seguir o preconizado nas especificações de serviço do DER/RO, sempre que os grupos de serviços forem concluídos e as metas estabelecidas atingidas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** No processo de medição deverá constar a alíquota de ISSQN adotada pelo Município.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Para tramitação das medições serão exigidos os documentos e informações, conforme o que se segue:

Na primeira medição:

- a) Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO – ART (Autenticada) Nº.....;
- b) Relatório: PPRA/PCMAT devidamente assinado pelo Engenheiro do Trabalho e Fiscais do DER/RO com comprovante de registro no CREA/RO – ART (Autenticada) Nº.....;
- c) Relatório: PCMSO devidamente assinado pelo Médico do Trabalho e Fiscais do DER/RO;
- d) Certidão negativa da Fazenda Estadual;
- e) Certidão negativa da Receita Federal;
- f) Certidão da Dívida Ativa da União;
- g) Certidão negativa do INSS;
- h) Certidão negativa municipal;
- i) Certidão de Regularidade do FGTS;
- j) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- k) Guia e comprovante de pagamento GPS INSS (original / autenticada);
- l) Guia e comprovante de pagamento GFIP INSS (original / autenticada);
- m) Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras, com referencia a Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA;
- n) Deverão ser apresentadas os comprovantes das execuções dos ensaios/controles tecnológicos e dos controles geométricos.
- o) Deverão ser apresentados o livro de ocorrência/diário de obra sem rasuras ou entrelinhas, padrão DER/RO, contendo assinatura do técnico responsável pela obra da contratada e dos fiscais do DER/RO.
- p) deverão apresentar o seguro-garantia descrito no item (GARANTIAS DA CONTRATAÇÃO)
- q) O Cronograma Físico, Financeiro e Curva “S” atualizados

A partir da segunda medição:

- a) Recolhimento do ISSQN da Prefeitura;
- Constitui obrigação da Contratada, a partir da 2ª medição, apresentar planilha de pagamento do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISSQN, identificando o valor recebido na última nota referente ao pagamento de ISSQN através do BDI e apresentar o

respectivo comprovante de recolhimento ao Município, informando ao final o saldo da diferença entre o valor pago e o que foi informado no BDI.

- A contratada autoriza a retenção pelo DER-RO, da diferença de pagamento do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISSQN(ISS), quando efetivamente recolher imposto em valor inferior ao informado no BDI, situação que ensejará a elaboração de Termo de Apostilamento até o final do contrato."

- b) Certidão negativa da Fazenda Estadual;
- c) Certidão negativa da Receita Federal;
- d) Certidão da Dívida Ativa da União;
- e) Certidão negativa do INSS;
- f) Certidão negativa municipal;
- g) Certidão de Regularidade do FGTS;
- h) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- i) Guia e comprovante de pagamento GPS INSS (original / autenticada);
- j) Guia e comprovante de pagamento GFIP INSS (original / autenticada);
- k) Relação de empregados que trabalham diretamente na obra contratada.
- l) Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras, com referência a Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA;
- m) Deverão ser apresentadas os comprovantes das execuções dos ensaios/controles tecnológicos e dos controles geométricos.
- n) Deverão ser apresentados o livro de ocorrência/diário de obra sem rasuras ou entrelinhas, padrão DER/RO, contendo assinatura do técnico responsável pela obra da contratada e dos fiscais do DER/RO.
- o) O Cronograma Físico, Financeiro e Curva "S" atualizados

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E CURVA "S" - O Contratado deverá elaborar o Cronograma Financeiro e Físico, além da Curva "S".

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** Poderá haver ajustes nos Cronogramas, desde que devidamente justificado pela fiscalização do contrato e aprovado pelo Gestor de Contrato, devendo os mesmos receberem números sequenciais. Na elaboração dos cronogramas, a contratada deverá:

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO:** Obedecer ao prazo máximo de execução do objeto, definido no contrato, com nível de detalhamento das atividades exigido para cronograma físico e cronograma financeiro.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO:** Detalhar as atividades, com Nível de detalhamento das atividades exigido para cronograma físico e cronograma financeiro.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO:** Considerar o período chuvoso da região e adequar os cronogramas conforme a natureza dos serviços.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO:** Ter coerência na elaboração dos quadros, em relação à sequência e duração das atividades.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO:** O Cronograma Físico, Financeiro e Curva "S" deverão ser entregues para análise e aprovação ao Gestor de Contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato. Ressalta-se que serão parte integrante do instrumento contratual.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO:** Cronograma Financeiro

1. Antes do início de cada obra, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento financeiro dos serviços que serão executados ao longo do tempo.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO: Cronograma físico:**

1. Antes do início de cada obra, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento físico dos serviços que serão executados ao longo do tempo.

2. O cronograma deverá ser carimbado e assinado pelo responsável técnico da empresa executora.

3. O cronograma deverá conter, além da previsão da extensão física mensal executada, a extensão acumulada efetivamente executada, permitindo um confronto entre o planejado e o realizado de cada serviço controlado.

4. Caso haja aditivos contratuais que alterem o escopo ou o prazo da obra deverá ser feita nova versão do cronograma, mantendo-se no relatório as versões anteriores, sempre numerados em ordem crescente.

5. Deverão ser consolidados os valores e percentuais, previstos e executados mensalmente e apresentados acumuladamente ao longo do período da obra.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO: Curva "S"**

1. A Curva "S" permite a análise gráfica da execução financeira da obra em um estudo comparativo entre o previsto e o executado, visualizando-se os desvios do projeto, sejam de custo ou prazo.

2. O gráfico é construído a partir dos valores acumulados da previsão e da execução do desembolso, sendo os dados obtidos do cronograma financeiro.

**CLÁUSULA DÉCIMO SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias após habilitação para pagamento, nos termos do Art. 190 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024, contados da prestação do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No caso de prestação de serviço ou fornecimento de bens a retenção de imposto de renda será na fonte, sendo destacado o imposto na nota fiscal, com a finalidade de viabilizar o cumprimento da obrigação tributária pelo Estado de Rondônia e atenuar os casos de recusa por parte do fornecedor e/ou dificuldade no procedimento de retenção.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O DER/RO pagará à Contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A contratada terá direito ao pagamento após executar todo o montante percentual previsto no Cronograma Físico-Financeiro, para o mês correspondente ao qual se pleiteia o pagamento. Ficando a cargo da fiscalização a liberação do pagamento, se o serviço for fielmente executado e dentro das boas práticas, seguindo as normas existentes.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Obedecido o cronograma físico-financeiro apresentado, será procedida a medição dos serviços. Emitido o atestado de conformidade, a Contratada deverá apresentar na sede do DER/RO, a Nota Fiscal correspondente à medição, que será encaminhada ao Setor Financeiro junto com a documentação completa e respectiva medição. É de inteira responsabilidade da empresa a entrega, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o processamento da medição, de toda documentação necessária à plena e correta formalização do processo de medição, condição esta imprescindível para o envio deste para pagamento. O atraso na entrega da documentação exigida, por



parte da empresa, não poderá concorrer para futuros pleitos de ressarcimento por atraso de pagamento.

**PARÁGRAFO SEXTO:** No caso de ocorrer antecipação da execução física, dentro do período, numa ou em mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada para efeito de medição, desde que a parcela seguinte seja atingida e exista saldo de empenho para sua cobertura.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas e apresentadas à CONTRATANTE para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número da Ata de Registro de Preços e da conta bancária da Contratada. Caso haja Termo de Contrato, a Nota Fiscal deverá apresentar o número do instrumento contratual.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas;

**PARÁGRAFO NONO:** Será observado o no prazo de até 15 (quinze) dias após habilitação para pagamento.

**PARÁGRAFO DÉCIMO :** As medições dos serviços executados serão realizadas a cada 30 (trinta) dias, pela Comissão de Fiscalização, acompanhado pelo Responsável Técnico da Empresa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Os serviços serão medidos mensalmente, conforme instrução vigente sobre o assunto. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela Contratada, da Regularidade Fiscal (perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas), nos termos deste instrumento.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do [Art. 137, da Lei nº. 14.133/21](#).

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365 \quad I = \dots\dots\dots$$

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-

á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** Ao DER/RO reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada e, ainda, se for constatado, que os serviços executados não correspondam às especificações apresentadas na proposta.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** O Benefício e Despesas Indiretas - BDI, deve ser apresentado detalhando-se todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO:** Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO:** As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária, observando-se ainda a legislação específica de cada município.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO:** As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO:** As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO:** A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO:** Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO:** A administração local será remunerada proporcionalmente à execução da obra, conforme orientação Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário e Manual de Custos do SICRO:

*Acórdão nº 2.622/2013-TCU – “Plenário orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a estabelecer critério objetivo de medição para a administração local das obras, abstendo-se de remuneração por valores fixos mensais. Dessa forma, os pagamentos referentes à administração local serão realizados conforme a execução financeira da obra.”*

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO:** Ao passo que a execução financeira do contrato é realizada, o percentual referente à administração local deve ser aplicado proporcionalmente sobre os valores medidos.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO:** O custo constante no orçamento referencial da Administração Local é para a execução completa da obra e somente será medido integralmente (100%) se o contrato for totalmente executado, caso contrário será medido e pago apenas de modo proporcional ao executado.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO:** A execução integral dos serviços fica condicionada à necessidade e disponibilidade orçamentária e financeira do DER/RO.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO:** A execução integral dos serviços fica condicionada à necessidade e disponibilidade orçamentária e financeira do DER/RO.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO:** A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pela contratada.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO:** O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**PARÁGRAFO QUARTO:** Alocar durante todo o período dos serviços ao menos 01 (um) profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado os serviços com características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Alocar durante todo o período dos serviços ao menos 01 (um) encarregado de serviços, com experiência profissional comprovada em serviços de natureza compatível com o objeto da presente licitação, para permanecer na obra em tempo integral, durante todo o período de execução dos Serviços.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Somente será possível a substituição de integrantes da equipe técnica habilitada ou pontuada (capacidade operacional e/ou capacidade profissional da licitante) por outro(s) que, na forma deste Projeto Básico, comprove(em), por meio de atestado(s) ou certidão(ões) ou declaração(ões) e respectivo(s) acervo(s) técnico(s) expedido(s) pelo(s) Conselho(s) Regional(is) competente(s), possuir(em) capacitação técnica igual ou superior ao(s) substituído(s).

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Possíveis alterações na composição de profissionais da equipe alocada para execução dos serviços poderão ocorrer mediante prévia solicitação pela contratada e aprovação formal do Setor competente do DER/RO, ou ainda, quando solicitadas pelo Fiscal e/ou pela Gerência geral de fiscalização do contrato, em função de ineficiência ou da necessidade de dar maior celeridade à Elaborar o cronograma físico-financeiro, detalhando todas as etapas de execução dos serviços, dentro da metodologia que será adotada pela empresa e dos prazos estabelecidos para sua conclusão, para análise e aprovação da fiscalização do DER/RO.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018(LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**PARÁGRAFO NONO:** A empresa contratada deverá providenciar, sem ônus para o DER/RO e no interesse da segurança dos usuários da rodovia e do seu próprio pessoal, o fornecimento de roupas adequadas ao serviço e de outros dispositivos de segurança a seus empregados, bem como a sinalização diurna e noturna nos níveis exigidos pelas Normas do DNIT, da ABNT e do Ministério do Trabalho.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** A empresa deverá comparecer ao DER/RO no prazo máximo de 05 (cinco) dias após notificação para assinatura do Contrato;

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** A empresa deverá comparecer ao DER/RO no prazo máximo de 05 (cinco) dias após notificação para o recebimento da Ordem de Início dos Serviços;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Fazer, impreterivelmente, no prazo de 10 (dez) dias entre a assinatura do Contrato e o início da obra, minucioso exame das especificações e projetos, de modo a poder em tempo hábil e por escrito, apresentar à Fiscalização, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para devido esclarecimento e aprovação, sob pena de preclusão;

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, regularidade ambiental, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores;

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas no total ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de má qualidade dos materiais empregados, até o prazo de 05 (cinco) anos, na forma do Art. 618 do Código Civil Brasileiro, sem ônus para o DER/RO;

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Garantir durante a execução, a proteção e a conservação dos serviços executados, até o seu recebimento definitivo;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Manter a guarda da obra, até o seu final e o definitivo recebimento e a comprovação da funcionalidade da obra pelo DER/RO;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** Adquirir e manter permanentemente no escritório da obra, um livro de ocorrência/diário de obra sem rasuras ou entrelinhas, padrão DER/RO, para registro obrigatório de todas e quaisquer ocorrências que mereçam destaque, e ART de execução da obra devidamente registrada no CREA;

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** Afixar placas de sinalização e advertência de obra com ampla visão em alguns pontos das rodovias.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO:** Os serviços de sinalização e dispositivos de segurança nas rodovias deverão atender às Normas e Especificações do DER/RO, DNIT e ABNT.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO:** Será a Contratada responsabilizada por todo e qualquer acidente causado no trecho da obra, cuja causa seja comprovada pela ausência de sinalização;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO:** Em todas as obras a sinalização deve merecer maior atenção de todos os envolvidos na execução dos serviços, em face dos acidentes que podem ocorrer devido à ausência ou insuficiência de sinalização.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO:** Os serviços contratados somente deverão ser iniciados após a instalação da sinalização de segurança, de fornecimento da contratada (cones, cavaletes e dispositivos refletivos e de iluminação intermitente). Além disso, todos os funcionários deverão usar coletes refletivos no desenvolvimento dos serviços.



**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO:** Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado, limpo, em boas condições de higiene e segurança, utilizando equipamento de proteção individual (EPI) apropriado e equipamento de proteção coletiva (EPC).

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO:** Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO:** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO:** Comunicar sempre que for iniciar uma atividade ou da conclusão de atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a Comissão de Fiscalização.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO:** Executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância do DER/RO.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO:** Submeter à Fiscalização as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO:** Submeter à aprovação da fiscalização, até cinco dias após o início dos trabalhos, o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços e obras, elaborados em conformidade com o cronograma do contrato e técnicas adequadas de planejamento, bem como eventuais ajustes.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO:** Executar às suas expensas, todas as sondagens e escavações exploratórias que se fizerem necessárias e indispensáveis à execução da obra;

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO:** Promover e responder por todos os fornecimentos de água e energia elétrica, à execução da obra, inclusive as instalações provisórias destinadas ao atendimento das necessidades;

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO:** Conduzir a execução da obra pactuada em estreita conformidade com o Projeto Básico ou Executivo aprovado pelo Contratante, guardadas as normas técnicas pertinentes à natureza e à finalidade do empreendimento;

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO TERCEIRO:** Assumir toda a responsabilidade civil sobre a execução da obra, objeto desta licitação;

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUARTO:** Contratar o seguro exigido pela Lei 14.133/2021, conforme o caso;

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUINTO:** Permitir e facilitar a inspeção da Fiscalização, inclusive prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes a execução da obra;

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEXTO:** Está obrigada a colocar e manter no local da obra, placa descrevendo o objeto e o número do Contrato, com o respectivo valor e prazo de execução, encabeçada do “slogan” GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, em conformidade com o estabelecido pelo DER/RO;

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SÉTIMO:** Os veículos, equipamentos e máquinas no acampamento deverão ser uniformes, fixando-se em duas faces dos mesmos o slogan “A serviço do DER/RO”, conforme modelo fornecido pelo Contratante;

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO OITAVO:** Além dos equipamentos e vestimentas exigidos por lei e normas de segurança (Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977 de NR 06/78), os funcionários deverão apresentar-se uniformizados, de forma que seus uniformes apresentem o slogan "A serviço do DER/RO".



**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO NONO:** Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, compatíveis com as obrigações por esta assumida (Art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21), repondo a garantia em sua totalidade no caso de uso pelo DER/RO;

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO:** As letras devem ser grandes, maiúsculas e refletivas na ausência de luz solar. No caso de serviços de pequena duração que envolvam riscos de acidentes, as placas de sinais verticais deverão ser preferencialmente assentadas em bases de fácil transporte e não fixadas ao solo. O uso de cavaletes e cones destina-se principalmente para orientar o fluxo dos veículos, em decorrência de interdições em segmentos da rodovia.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO:** Todos os ônus decorrentes da execução dos serviços em desacordo com as especificações técnicas, ou por consequência de sinalização inadequada correrão por conta da Contratada.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO:** Correm por conta da Contratada todas as despesas com os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas e especificações da ABNT, para a boa execução do objeto do Contrato, ou que sejam necessários à comprovação da qualidade dos serviços executados ou insumos empregados.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO:** Para tramitação das medições serão exigidos os documentos e informações, conforme o que se segue:

I) Na primeira medição:

- a) Inscrição do contrato na Seguridade Social, Cadastro Nacional de Obras (CNO);
- b) Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO – ART (Autenticada) Nº.....;
- c) Relatório: PPRA/PCMAT devidamente assinado pelo Engenheiro do Trabalho e Fiscais do DER/RO com comprovante de registro no CREA/RO – ART (Autenticada) Nº.....;
- d) Relatório: PCMSO devidamente assinado pelo Médico do Trabalho e Fiscais do DER/RO;
- e) Certidão negativa da Fazenda Estadual;
- f) Certidão negativa da Receita Federal;
- g) Certidão da Dívida Ativa da União;
- h) Certidão negativa do INSS;
- i) Certidão negativa municipal;
- j) Certidão de Regularidade do FGTS;
- k) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- l) Guia GPS INSS (original / autenticada);
- m) Guia GFIP INSS (original / autenticada);

II - A partir da segunda medição:

- a) Recolhimento do ISSQN da Prefeitura;
  - Constitui obrigação da Contratada, a partir da 2ª medição, apresentar planilha de pagamento do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISSQN, identificando o valor recebido na última nota referente ao pagamento de ISSQN através do BDI e apresentar o respectivo comprovante de recolhimento ao Município, informando ao final o saldo da diferença entre o valor pago e o que foi informado no BDI.
  - A contratada autoriza a retenção pelo DER-RO, da diferença de pagamento do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISSQN(ISS), quando efetivamente recolher imposto em valor inferior ao informado no BDI, situação que ensejará a elaboração de Termo de Apostilamento até o final do contrato."

- b) Certidão negativa da Fazenda Estadual;
- c) Certidão negativa da Receita Federal;
- d) Certidão da Dívida Ativa da União;
- e) Certidão negativa do INSS;
- f) Certidão negativa municipal;
- g) Certidão de Regularidade do FGTS;
- h) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- i) Guia GPS INSS (original / autenticada);
- j) Guia GFIP INSS (original / autenticada);
- k) Relação de empregados que trabalham diretamente na obra contratada.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO QUARTO:** Deverá requerer o Licenciamento Ambiental (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação) junto a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, bem como a Declaração de Dispensa de Título Minerário – DDTM ou qualquer Título Minerário cabível junto à Agência Nacional de Mineração - ANM, referente às jazidas de cascalho alocadas no projeto da obra.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO QUINTO:** Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SEXTO:** Cumprir todas as exigências constantes do Edital e seus Anexos.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO:** Emitir relatórios mensais das atividades desenvolvidas, de cunho gerencial, em que constarão todas as informações técnicas dos serviços.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO OITAVO:** Executar os serviços objeto do presente Edital, observando este Projeto Básico e, de modo geral, as Especificações e as Normas Técnicas vigentes no DER/RO e DNIT, aquelas complementares e particulares e outras pertinentes aos serviços em licitação, constantes dos respectivos projetos, as instruções, recomendações e determinações da Fiscalização e, quando houver, da Supervisão e dos Órgãos Ambientais.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO NONO:** Seguir o cronograma físico das etapas de execução dos serviços. Realizar, com zelo e fidelidade a prática da boa execução dos serviços, observando as formas, as medidas, os desenhos, realizando verificação “in loco” e a melhor metodologia, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização, a qual se compromete, desde já, submeter-se.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO:** Fornecer e manter no canteiro de serviços tudo que for necessário à execução dos serviços dentro dos prazos estipulados e com a qualidade desejada.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO PRIMEIRO:** Manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os entulhos, dando-lhes o destino adequado.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO:** Prestar assessoria técnica com orientações, sugestões, instruções ou recomendações, exemplos de aplicação em outros serviços e assistências técnicas de interesse do DER/RO em relação a serviços, projetos e atividades que envolvam o objeto do Contrato, fornecendo normas para aperfeiçoar e garantir eficiência aos serviços.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO:** Supervisionar e coordenar os trabalhos, assumindo total e única responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO QUARTO:** Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado, limpo, em boas condições de higiene e segurança, utilizando equipamento de proteção individual (EPI) apropriado e equipamento de proteção coletiva (EPC).

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO QUINTO:** Providenciar, junto ao CREA regional, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SEXTO:** Tomar todas as providências necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, arcando com todas as despesas, sem ônus adicional ao DER/RO.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO:** Entregar as áreas afetadas pelos serviços totalmente recuperadas e limpas.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO OITAVO:** Não subcontratar serviço algum sem autorização do DER/RO.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO NONO:** Promover medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer os equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e exigindo que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas.

**PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO:** Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares do DER/RO, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o DER/RO, cabendo à licitante vencedora todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor.

**PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO PRIMEIRO:** Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

**PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO SEGUNDO:** Acatar e cumprir todas as regras e obrigações estabelecidas na convenção coletiva do Sindicato da classe a que seus empregados estejam filiados, sem ônus adicional ao DER/RO.

**PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO TERCEIRO:** Pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos.

**PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO QUARTO:** A inadimplência da Licitante vencedora, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao DER/RO, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o DER/RO.

**PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO QUINTO:** Apresentar planejamento inicial com descrição do Plano de Mobilização de Meios (pessoal, viaturas e equipamentos), indicando os itens que serão comprados, alugados ou remanejados de outros canteiros, meios de transporte e outros julgados necessários, com as respectivas cronologias.

**PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO SEXTO:** Apresentar organograma com a distribuição dos cargos e funções, acompanhado do Plano da Administração, no qual estejam definidas as atribuições e responsabilidades de todo pessoal, até o nível de encarregado ou mestre.

**PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO SÉTIMO:** Desenvolver atividades em mais de um turno de serviços, seja durante os dias úteis, nos finais de semana ou nos feriados, sempre que se fizer necessário, com o propósito de manter, recuperar ou antecipar etapas do cronograma físico dos serviços, a fim de garantir o cumprimento do prazo total de execução estabelecido.

**PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO OITAVO:** Verificar e comparar todos os documentos fornecidos para execução dos serviços. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à licitante formular imediata

comunicação escrita ao DER/RO, buscando o imediato encaminhamento do assunto, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento dos serviços.

**PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO NONO:** Verificar a compatibilização dos desenhos técnicos, procedendo à análise detalhada dos mesmos, oportunidade em que poderá observar interferências entre eles. Quaisquer incompatibilidades deverão ser comunicadas ao DER/RO, bem como sanadas de maneira a não comprometer o cronograma dos serviços.

**PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO:** Complementar todos os ajustes eventualmente necessários para a perfeita execução dos serviços, bem como elaborar, integralmente, quaisquer projetos que se fizerem necessários com as respectivas aprovações junto aos órgãos competentes, assumindo todos os custos.

**PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO PRIMEIRO:** Antecipar, sempre que possível, a execução das etapas estabelecidas no cronograma físico, visando garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos, a fim de compensar, preventivamente, a ocorrência de imprevistos que poderiam implicar em atraso futuro de etapas específicas de serviços.

**PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO SEGUNDO:** Conclusão total dos serviços dentro do prazo definido no cronograma, revertendo qualquer atraso decorrente de ajustes de projetos, intempéries ou outros imprevistos no transcorrer dos serviços.

**PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO TERCEIRO:** Assumir inteira e total responsabilidade pela execução dos serviços, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas a executar.

**PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO QUARTO:** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da ciência pela licitante vencedora, ou no prazo para tanto estabelecido pela Fiscalização.

**PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO QUINTO:** Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos.

**PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO SEXTO:** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização do DER/RO.

**PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO SÉTIMO:** Manter, durante todo o período da execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO OITAVO:** Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente Edital.

**PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO NONO:** Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados diretamente ao DER/RO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

**PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO:** Prestar esclarecimentos ao DER/RO sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva, independente de solicitação.

**PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO PRIMEIRO:** A contratada deverá apresentar por ocasião da assinatura do contrato:

- 1 - Cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS em que conste o nome do profissional, ou;
- 2 - Comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.



3 - Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA ou Conselho Profissional competente, devidamente atualizada.

**PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO SEGUNDO:** Realizar cadastro no Sistema SEI, bem como, de manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

**PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO TERCEIRO:** Submeter à aprovação da fiscalização, até cinco dias após o início dos trabalhos, o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços e obras, elaborados em conformidade com o cronograma do contrato e técnicas adequadas de planejamento, bem como eventuais ajustes.

**PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO QUARTO:** Realizar, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos.

**PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO QUINTO:** Os serviços deverão iniciar no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento pela contratada, da ordem de serviço emitida pelo DER/RO.

**PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO SEXTO:** De forma a atender o [inciso II, do §9º do Art. 25 da Lei 14.133/21](#), a contratada deve adotar o emprego de mão de obra formada por pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos do sistema prisional, no percentual mínimo de 2% (dois por cento), nos termos do Decreto Estadual nº 25.783, de 2021.

**PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO SÉTIMO:** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

**PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO OITAVO:** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo de 20 (vinte) dias quando solicitado pelos fiscais, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

**PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO NONO:** Em caso de paralisação da obra por fatores supervenientes que vierem a ocorrer, os custos relativos a mobilização e desmobilização de equipamentos ocorrerão às expensas da contratada.

**PARÁGRAFO NONAGÉSIMO:** A empresa contratada será responsável pela recuperação ambiental de pedreiras ou áreas degradadas.

**PARÁGRAFO NONAGÉSIMO PRIMEIRO:** Providenciar, junto ao CREA regional, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.

**PARÁGRAFO NONAGÉSIMO SEGUNDO:** Fornecer mensalmente declaração por escrito de que estão cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes deste contrato, de acordo com o disposto no Art. 121, da Lei nº 14.133/21, conforme segue:

**MINUTA DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO ART. 121 DA LEI Nº 14.133/21**

[NOME DA CONTRATADA], nos termos do Contrato nº , que tem por objetivo a execução de declaro, para os efeitos do [art. 121 da Lei Federal nº 14.133/21](#), que relativamente ao mês de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, foram cumpridas todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do referido contrato.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece o Edital, em particular no que se refere ao nível de serviço e sanções administrativas.



**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Proporcionar todas as condições necessárias para que a licitante vencedora possa cumprir o objeto desta licitação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em casos omissos.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Nomear gestores para executar a fiscalização do Contrato, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A existência e a atuação da Comissão de Fiscalização do DER/RO em nada restringem a responsabilidade técnica única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto contratado.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Atestar a execução do contrato e cumprir as demais obrigações contidas no Edital.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;

**PARÁGRAFO OITAVO:** Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

**PARÁGRAFO NONO:** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Projeto Básico;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** Cumprir fielmente as obrigações pactuadas, a prestação de todas as informações indispensáveis a regular execução das obras, o pagamento oportuno das parcelas devidas, e ainda, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia - DOE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O licitante e o contratado que incorram nos crimes em licitações e contratos administrativos, sujeitam-se as sanções administrativa que estão previstas no Capítulo II-B da Lei n. 14.133/21

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, conforme [art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21](#):

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** De acordo com o Artigo 156 da Lei 14.133/21, o indivíduo responsável por infrações administrativas previstas na legislação, estará sujeito às seguintes sanções:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, I, III e IV, da Lei nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada, multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela adjudicada.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Multa de mora de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso, na entrega de bens ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, limitada ao percentual máximo de 10,00% (dez por cento).

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A licitante, adjudicatária ou CONTRATADA que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a contratação, ensejar o retardamento da execução de seu

objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, e será descredenciada no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Projeto Básico e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAFI e no CAGEFIMP (Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar).

**PARÁGRAFO OITAVO:** A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia, quando houver. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

**PARÁGRAFO NONO:** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** São exemplos de infração administrativas penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021:

- a) Inexecução total ou parcial do contrato;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) Comportamento inidôneo;
- d) Fraude fiscal;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
01	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
02	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a prestação do serviço contratado.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
05	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
06	Inexecução parcial ou total do contrato.	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de:			
07	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
08	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
09	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
10	Cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia

(\*) Incide sobre a parte inadimplida.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO:** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta contratação:

- Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO:** As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO:** A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO:** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO:** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO:** A multa poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO:** Além da multa por infração administrativa (multa compensatória) prevista no inciso II, do art. 156 da Lei n. 14.133/21, poderá ser aplicada a multa de mora por atraso injustificado prevista no art. 62 da Lei n. 14.133/21.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO:** As multas provenientes de atraso de cronograma ocorrerá na seguinte forma:

- a) Multa moratória de 3% (três por cento) sobre o primeiro atraso, será aplicado multa moratória de 3% (três por cento) sobre o percentual não cumprido.
- b) Sobre o segundo atraso será aplicado multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o percentual não cumprido.
- c) Sobre o terceiro atraso a multa moratória será aumentada até o limite de 10% (dez por cento).

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO:** A licitante, adjudicatária ou contratada que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, do artigo 155, da Lei n. 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposições dos § 4º e § 5º o art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO:** caso de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 26.2., a mesma deverão ser precedidas de processo administrativo conforme diretrizes presentes no art. 186 do Decreto Estadual n. 28.874/2024.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A presente contratação contará com garantia de execução, nos moldes do Capítulo II, da Lei n. 14.133, de 2021, no que couber devido à sua complexidade e ao seu valor de contratação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As modalidades de garantia pela qual a contratada poderá optar são:

1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
2. Seguro-garantia;
3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023).
5. A contratada deverá prestar garantia na modalidade que optar, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Termo de Contrato, conforme disposto no artigo 98, da Lei nº 14.133, de 2021. O valor da garantia deverá atualizado sempre que houver apostilamento ou lavratura de termo aditivo ao contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Caso opte pelo seguro-garantia, o edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado.



**PARÁGRAFO QUARTO:** Caso opte pelas modalidades de caução ou fiança bancária, a contratada deverá prestar garantia em até 10 (dez) dias após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial do Estado (DOE);

**PARÁGRAFO QUINTO:** Caso a contratada opte pela oferta de seguro-garantia, deverão ser observadas as regras estabelecidas no art. 97, da Lei n. 14.133/2021. Fica estabelecido o prazo de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia (art. 96, §3 da Lei n. 14.133/2021). Ademais, deverão ser atendidos os seguintes critérios:

**PARÁGRAFO SEXTO:** Entrega da apólice, inclusive digital, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a comercializar seguros;

I - O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender a CIRCULAR SUSEP n.º 662, de 11 de abril de 2022;

II - A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site: Consulta de Apólice de Seguro Garantia;

III - O seguro-garantia deve prever o pagamento de multas contratuais, contemplar Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO (TOMADOR) em relação à obra.

IV - O seguro-garantia deve prever o endosso em caso de reajustamento do contrato.

V - O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste Projeto Básico e edital como condição geral. Em caso de impossibilidade de atendimento, deverá haver expressa justificativa a ser aceita pela Autarquia.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

I - Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato;

II - Objeto a ser contratado, especificado no Edital;

III - Nome e número do CNPJ do SEGURADO (DER/RO);

IV - Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora);

V - Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).

**PARÁGRAFO OITAVO:** O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**PARÁGRAFO NONO:** A apólice de seguro, deve expressar o DER/RO como SEGURADO e especificar claramente o objeto do seguro conforme o Edital e/ou Termo de Contrato, ou Termo Aditivo a que se vincula;

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** O seguro-garantia deve prever o endosso em caso de reajustamento do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Respeitadas as demais condições contidas neste Edital e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a Licitante CONTRATADA tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** A garantia deverá contemplar, além do prazo de execução de Contrato, o prazo para recebimento definitivo da obra, devendo ser renovada a cada prorrogação, repactuação ou alteração efetiva no Contrato;

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** A garantia prestada pela Contratada responderá por qualquer das suas obrigações decorrentes do Contrato, inclusive as multas que a ela venham a ser aplicadas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

I - caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

II - caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTE**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A data-base da planilha orçamentária estimativa é **Janeiro/2025** e serve como orientação aos **licitantes**. Esta será a data-base para reajuste, observado o disposto na Cláusula de Reajuste do Edital.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Decorrido período de 01 (um) ano, contado a partir da data-base do orçamento preestabelecido no edital, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O reajustamento dos serviços deve ser realizado de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2023, de 24 de janeiro de 2023, publicada no Boletim Administrativo do DNIT nº 18, em 25 de janeiro de 2023.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os preços contratuais, em Reais, serão reajustados da seguinte forma:

a) Execução das Obras: pelo índice de reajustamento fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e disponibilizado no site do DNIT;

b) O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida abaixo:

$$IR = \frac{Ii}{IO}$$

$$R = V \times IR$$

Onde:

IR = Índice de reajuste das parcelas, arredondado até a quarta casa decimal;

IO = Índice de preço verificado no mês do orçamento do DER/RO ou no mês do reajustamento anterior;

Ii = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor atual da parcela;

R = Valor reajustado da parcela.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas cuja previsão de execução no cronograma esteja além da data-base considerada.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Para as etapas do cronograma com previsão de conclusão anterior à data-base considerada, mas que não estejam concluídas, não será aplicado reajuste.

**PARÁGRAFO OITAVO:** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, será pago à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**PARÁGRAFO NONO:** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: - DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O procedimento de Licenciamento Ambiental para execução dos serviços na rodovia estadual, serão de responsabilidade do DER/RO.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A Contratada deverá elaborar todos os estudos, levantamentos e relatórios de cunho ambiental, necessários para o cumprimento dos requisitos ambientais atinentes ao objeto do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A empresa vencedora providenciará a Declaração de Dispensa de Título Minerário – DDTM ou qualquer Título Minerário cabível junto à Agência Nacional de Mineração - ANM, referente às jazidas (áreas de empréstimos) a serem utilizadas.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O Processo em questão possui a Licença de Instalação Nº 159025 ([0060977246](#)).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As determinações inerentes ao reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos dos arts. 124 a 126 da Lei, todo os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

- c) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- d) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- e) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- f) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do **caput** deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#), o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#) não poderão transfigurar o objeto da contratação.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público (art. 150, Decreto Estadual n.º 28.874/2024).

**PARÁGRAFO QUINTO:** O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito (art. 151, Decreto Estadual n.º 28.874/2024);

**PARÁGRAFO SEXTO:** Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos 154 a 163 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024, deverão ser instruídos conforme previsto no artigo 152 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Os reajustes e as repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise (art. 153, Decreto Estadual n.º 28.874/2024).

**PARÁGRAFO OITAVO:** O prazo de resposta ao pedido do equilíbrio econômico-financeiro se dará em até 60 (sessenta) dias.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previsto no artigo 137 da lei 14.133/2021, bem como amigavelmente assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

a) Na hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

I - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**PARÁGRAFO QUINTO:** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido.

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório Art. 131, caput da lei 14.133/2021.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigentes do órgão ou entidade constante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até terceiro grau Art. 14, inciso IV da lei 14.133/2021.

**PARÁGRAFO OITAVO:** O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O valor do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_) de acordo com os valores especificados na Proposta de preços e Planilhas de Preços.

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO - Fone: (69) 3212-9243.



**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta dos recursos consignados do ano de 2025, nas Fontes de Recurso 1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.501.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 1.750.0.00001 / 2.750.0.00001 / 2.501.0.08103 / 1.759.0.08028 / 2.759.0.08028, Programa de Trabalho 26.782.2106.1386, provenientes do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER/RO, conforme Pré-Empenho com a devida Adequação Financeira.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA — DOS CASOS OMISSOS**

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal Nº 14.133/21 e suas alterações.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA — DA MATRIZ RISCOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Portanto, o Mapa de Riscos, bem como a análise de riscos são apresentadas em Relatório Mapa de Risco 83 ([0059933431](#)), que tem como objetivo definir as áreas de exposição da execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação. Dado este relevante, para a identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para apresentação das propostas pelas licitantes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise apurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

**PARÁGRAFO QUARTA:** A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas no instrumento convocatório, que Constituem riscos a serem suportados pelo contratante, Constituem riscos a serem suportados pelo contratado e Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de 50 % para a contratante e 50% para o contratado:.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Para esta contratação a matriz de risco é a seguinte:

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCACÃO</b>
Riscos Prévios a Execução	Necessidade de reequilíbrio financeiro devido à alterações no contrato.	Mudanças nos preços de insumos afetam a lucratividade do contrato. Necessidade de renegociar termos contratuais	Estabelecimento de cláusulas contratuais para reequilíbrio financeiro quando necessário.	Contratante/Contratada
	Interpretação ambígua de cláusulas, divergências nas expectativas	Atraso no projeto, custos legais	Contratos claros e detalhados, mediação prévia	Contratante/Contratada

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCACÃO</b>
	Falhas no planejamento e/ou projeto	Atrasos na obra	Planejamento robusto; revisões regulares do projeto; uso de metodologias de gerenciamento de projetos eficientes	Contratante/Contratada
	Divergências na interpretação do projeto	Erros na execução, retrabalho.	Comunicação clara, reuniões regulares, revisão constante do projeto	Contratante/Contratada
Riscos Ambientais	Mudanças nos regulamentos ambientais como atualizações na legislação, novas restrições.	Paralisação da obra, multas	Monitoramento constante das regulamentações, ajustes no projeto	Contratante/Contratada
	Atraso, não obtenção, alteração e/ou renovação das licenças ambientais	Paralisação da obra; Atraso no cronograma; Aumento dos custos.	Monitorar e controlar o licenciamento do empreendimento.	Contratante/Contratada
	Impacto no solo devido a movimentações de terra	Erosões, recalques, desabamentos, contaminação do solo;	Implementação de práticas sustentáveis; conformidade com regulamentações ambientais; monitoramento ambiental contínuo	Contratada
Riscos de Orçamento	Mudanças abruptas nas condições do mercado.	Diminuição da lucratividade; perda de performance do	Celebração de contratos de longo prazo com preços	Contratante/Contratada

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCUÇÃO</b>
	Instabilidade econômica global ou regional. Variações nos custos de produção.	fluxo de caixa; Aumento de custo.	fixos ou indexação a índices de inflação. Monitoramento constante do mercado para identificar tendências de preços. Renegociação de contratos conforme necessário.	
	Aumento de custos durante a construção	Diminuição da lucratividade; perda de performance do fluxo de caixa; Aumento de custo.	Orçamento contingencial; contratação de fornecedores confiáveis; acompanhamento rigoroso dos custos	Contratada
	Vencimentos anuais da data base do orçamento referencial estipulado em contrato	Necessidade de reajustamento contratual	Estabelecimento de cláusulas contratuais para reajustamento quando necessário.	Contratante
	Inadimplência ou atraso de pagamento pela contratante.	Problemas de liquidez do contratado; eventual paralisação dos serviços	Adequada gestão orçamentária e financeira pelo órgão contratante. Cláusula prevendo que o contratado pode suspender os serviços previstos no contrato após inadimplência superior a 90 dias. Cláusula	Contratante/Contratada

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCACÃO</b>
			prevendo o pagamento de atualização financeira sobre as faturas em atraso. Prorrogação do contrato.	
Riscos de Segurança	Acidentes de trabalho, violações de normas de segurança	Lesões, perda de vidas, paralisação do trabalho	Treinamento regular, implementação de medidas de segurança; auditorias regulares	Contratada
Riscos de Material	Limitada quantidade de fornecedores na região. Greves ou paralisações na produção de materiais, ou aumento de frete	Escassez de fornecedores de materiais.	Manter relacionamento sólido com fornecedores. Diversificar fontes de suprimento.	Contratada
	Atraso na aquisição de materiais devido à escassez de fornecedores, logística inadequada, entre outros motivos.	Atraso no cronograma, possíveis penalidades contratuais	Diversificar fornecedores, planejamento logístico eficiente	Contratada
	Problemas com a qualidade dos materiais	Materiais adquiridos não atendem aos padrões de qualidade especificados, entregues fora das especificações acordadas, podendo prejudicar a qualidade do	Diversificação de fornecedores; controle rigoroso da qualidade dos materiais; Auditorias regulares;	Contratada

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCUÇÃO</b>
		produto final com riscos estruturais e/ou custos adicionais para substituição.	Aquisição com fornecedores certificados; Estabelecimento de penalidades contratuais.	
	Escassez de matérias-primas essenciais para a produção. Falhas na programação de produção dos fornecedores.	Atrasos na entrega dos materiais. Prejuízo ao cronograma do projeto. Problemas logísticos, como transporte inadequado.	Estabelecimento de cláusulas contratuais rigorosas. Monitoramento logístico e plano de contingência.	Contratada
	Acidentes durante o transporte que danificam os materiais ou armazenamento inadequado durante o transporte.	Contaminação ou perda de qualidade do material. Inviabilidade da utilização do material.	Contratar transportadoras confiáveis. Garantir condições adequadas de armazenamento durante o transporte.	Contratante
Riscos Climáticos	Eventos climáticos severos, como inundações, chuvas frequentes, em especial no período conhecido como inverno amazônico, afetam na execução dos serviços.	Paralisação da obra, atrasos no cronograma. Possíveis danos à estrutura.	Monitoramento de tendências climáticas. Implementação de medidas de adaptação. Considerar o ciclo hidrológico durante a elaboração do cronograma.	Contratante/Contratada
Riscos de Regulamentação	Descumprimento das legislações inerentes ao tema devido à	Paralisação da obra; Multas; Atraso no cronograma;	Monitoramento constante das regulamentações	Contratante/Contratada



<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCACÃO</b>
	atualizações na legislação, novas restrições, ou apenas não atendimento à diretrizes existentes.	Aumento dos custos; Aumento das quantidades.	es, ajustes no projeto	
	Alterações nas leis ou regulamentos governamentais	Introdução de regulamentos ambientais mais rigorosos. Mudanças na tributação sobre materiais de construção. Restrições ao transporte de materiais.	Acompanhamento e adaptação às mudanças regulatórias. Consulta com especialistas legais.	Contratante/Contratada
Riscos de Licenciamento	Necessidade de alterações no Licenciamento ambiental e Componente ambiental de projeto de engenharia e execução dos referidos serviços visando o cumprimento de condicionantes ambientais que demandem acréscimos de serviços de obras, cujos itens de serviço não tenham sido previstos no orçamento da contratação; Atualizações na legislação, novas restrições.	Paralisação do projeto; Multas; Atraso no cronograma; Aumento dos custos; Aumento das quantidades.	Monitoramento constante das regulamentações, ajustes no projeto	Contratante/Contratada

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCACÃO</b>
	Dificuldades na obtenção de licenças e aprovações	Paralisação do projeto; Multas; Atraso no cronograma;	Iniciar processo de licenciamento o mais cedo possível; colaboração estreita com as autoridades competentes	Contratante/Contratada
<b>Riscos Executivos</b>	Falhas na programação ou na execução de etapas de obra.	Atrasos em etapas da obra que culminam com atrasos no cronograma do projeto, bem como na sua entrega final.	cláusulas contratuais rigorosas. Monitoramento e cumprimento de prazos de execução conforme cronograma físico-financeiro.	Contratada
	Risco de ocorrerem eventos na construção que impeçam o cumprimento do prazo ou que aumentem os custos	Atraso no cronograma; aumento de prazo de execução e de custos	Acionar o Seguro risco de engenharia	Contratante/Contratada
	Refazimento de serviços concluídos e/ou bloqueados, perdidos por questões climáticas	Atraso no cronograma e aumento no custo	Possibilidade de aditivo de prazo, de custos e reajustamento decorrente do atraso nessa atividade, e se for o caso, reequilíbrio	Contratada
	Ausência de pessoal suficiente para a fiscalização de	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	Definição de equipe de fiscalização alinhada com a	Contratante

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCUÇÃO</b>
	execução de contratos de serviços técnicos devido à multiplicidade de demandas internas aos mesmos profissionais.		equipe de planejamento da contratação; Definir metodologia interna para o Gerenciamento de prioridades da Fiscalização.	
	Fiscalização ineficiente do contrato devido à equipe indicada ser inadequada à fiscalização do contrato, ou não possuir capacitação necessária para fiscalização do contrato.	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	Definir procedimento interno com vistas a padronizar critérios de seleção de equipe de fiscalização, podendo adotar modelo aprovado por Instruções Normativas Federais, adotando a multidisciplinaridade de funções; Implementar programa de treinamento em Fiscalização de Contratos Administrativos para os servidores.	Contratante
	Dificuldade de atendimento ao cronograma físico financeiro inicial previsto	Necessidade de aditivo contratual de prazo e atraso na entrega dos serviços programados	Deverá haver rotina de adequação do cronograma com a fiscalização de contrato, ainda na fase de planejamento,	Contratada

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCACÃO</b>
			de modo a evitar previsões de serviços físicos, bem como desembolsos financeiros inadequados.	
	Divergências entre as quantidades apresentadas pela empresa e pelos fiscais na prestação dos serviços	Pagamento de serviços em desconformidade com o executado ou previsto.	A metodologia de análise de medição do contrato deve estar definido no Projeto Básico, através de Índice de Medição, de modo a propiciar a quantificação do serviço pela fiscalização, sempre em conformidade com o Cronograma de Desembolso da obra	Contratante/Contratada
	A contratada não possui liquidez financeira para continuar o contrato.	Paralisação do trabalho e rescisão do contrato de prestação de serviços.	Deverá ser exigido à prestação de garantia do Licitante, que objetiva assegurar que o Contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, tornando possível à Administração a rápida reposição de	Contratada

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCACÃO</b>
			eventuais prejuízos que possa vir a sofrer em caso de inadimplemento; Deverá ser prevista no instrumento convocatório a necessidade de apresentação da Garantia, bem como outras informações acerca do capital da Licitante.	
	Dificuldade de acesso da Fiscalização ao local da Execução dos serviços devido à limitação da disponibilidade de veículos para a locomoção.	Paralisação da obra; Impossibilidade de medição de serviços; execução de serviços durante a ausência da fiscalização;	Antes da emissão da Ordem de Início dos Serviços, planejar as viagens e encaminhar para a reserva de veículo. Solicitar à chefia imediata a necessidade de disponibilidade de empenho para viagens.	Contratante
	O Fornecedor é incapaz de executar o contrato por não possuir responsável legalmente habilitado na empresa	Paralisação da obra; Ausência de emissão da ART ou RRT.	No planejamento da contratação será indicado o nível de serviço a ser contratado, estabelecendo a necessidade indicação e comprovação	Contratada



<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCÇÃO</b>
			de profissional habilitado.	
	O Fornecedor é incapaz de iniciar a obra/serviço devida falta da emissão da Ordem de Serviço Inicial.	Necessidade de aditivo contratual de prazo de vigência e atraso na entrega dos serviços programados	No planejamento da contratação será indicado o prazo para assinatura da ordem de início.	Contratante Estudo Técnico
	Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa.	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços.	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); Aplicação de sanções; Exigir comprovantes de regularização de obrigações trabalhistas, as quais a empresa deve fornecer periodicamente conforme edital/contrato ao DER.	Contratada
	Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere à manutenção das condições de habilitação	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços e/ou falha na qualidade de entrega dos produtos/serviços da contratada.	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); Aplicação de sanções; Exigir comprovantes de regularização de obrigações	Contratada

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCACÃO</b>
			trabalhistas, as quais a empresa deve fornecer periodicamente conforme edital/contrato ao DER.	
	Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere à manutenção da quantidade mínima de equipamentos de topografia, de laboratórios e de veículos, assim como, a quantidade de imóveis e de mobiliário necessários e suficientes para a perfeita execução da obra.	Problemas que possam vir a comprometer o andamento dos serviços, imputar na falha da qualidade do serviço, em atrasos na entrega, patologias precoces nas obras ou surgimento de não conformidades;	Verificar e garantir que a empresa mobilize equipe, equipamento e instalações necessários e suficientes para atendimento ao edital e situação de obras. Ao identificar a ocorrência os fiscais devem acionar os gestores para que estes tomem as medidas cabíveis; Acompanhamento de refazimento de serviços sem ônus ao DER.	Contratada
	Demora na mobilização inicial da empresa por situações alheias pertinentes à contratada.	Alteração no prazo de execução do objeto contratual. Postergação do início da obra. Possível necessidade de aditivo de prazo.	Verificar o efetivo início dos serviços dentro do prazo estabelecido em contrato; Exigência de garantia contratual; Previsão de	Contratada

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCÇÃO</b>
			rescisão do contrato e aplicação de sanções; Acionar o seguro contra riscos de engenharia.	
	Situações de obra que configurem caso fortuito ou força maior como epidemias, pandemias, enxurradas, escorregamentos, desabamentos, alagamentos, incêndios naturais, perda de cimbramentos.	Problemas que possam vir a comprometer o andamento dos serviços e imputar em atrasos na entrega, além do surgimento de possíveis patologias precoces nas obras ou de não conformidades; Inviabilização da continuidade da obra; Aumento de custos.	Analisar o caso de acordo com sua complexidade a fim de adotar medidas compatíveis com cada situação, verificando a possibilidade de acionar seguros, tendo em vista que são situações de caráter excepcional.	Contratante/Contratada
	Inclusão ou adição de Controle Tecnológico e/ou Geométrico devido à necessidade de execução de ensaios adicionais para caracterizações adicionais imprevisíveis, elaboração/análise de Revisão de Projeto em Fase de Obras.	Adequação de quantitativos; Aditivo de alteração de quantitativos e de custos.	Realizar a adequação de quantitativos e aditivo de alteração de quantitativos e custos da Contratada de acordo com a demanda desde que estes visem a garantia da qualidade e segurança da obra bem como seu devido acompanhamento.	Contratante/Contratada

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCACÃO</b>
	Resultados de ensaios inconsistentes; Inadequação na aprovação dos ensaios por não atingirem a qualidade e periodicidade exigidos pelas Instruções, Normas e Termo de Referência/Projeto Básico, tais como: resultados apresentados insuficientes e/ou equipamentos não estarem devidamente calibrados.	Surgimento de não conformidades; Patologias precoces nas obras; Controle Tecnológico/Geométrico deficitários	Refazimento de serviços não conformes sem ônus ao DER.	Contratada
	A Administração poderá modificar e/ou ampliar especificações de serviço e Normas a serem seguidas a fim de garantir que sejam utilizadas as especificações e normas vigentes.	Possível alteração no prazo, custos e no escopo do objeto.	Reequilíbrios por meio de aditivos contratuais.	Contratante/Contratada
	Acréscimo ou redução de volume previsto em projeto devido à ajustes de transporte e reposição de material qualificado, necessidade de tratamento de camadas de	Alterações no cronograma. Necessidade de aditivos de quantitativo e de custos, bem como de prazo.	Conferir criteriosamente se os valores previstos no projeto realmente precisam de adequações durante a execução da obra, e em caso positivo	Contratante

<b>CATEGORIA</b>	<b>RISCO/CAUSA</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</b>	<b>ALOCACÃO</b>
	<p>solo de baixa capacidade de suporte ou levantamento de quantitativos de maneira equivocada durante a fase de projeto.</p>		<p>prosseguir com os aditivos necessários, em caso negativo, não aprová-los.</p>	
	<p>Acréscimo ou redução no quantitativo de serviços decorrentes da necessidade de retaludamentos dos maciços/encostas/taludes, ou de serviços de contenção para estabilização de taludes e maciços não previstos no anteprojeto</p>	<p>Alterações no cronograma. Necessidade de aditivos de quantitativo e de custos, bem como de prazo.</p>	<p>Realizar visita in loco para verificar a necessidade do serviço de contenção. Caso este não possa ser previsto anteriormente durante a fase de projeto, realizar a adequação de quantitativos e aditivo de alteração de quantitativos e custos da Contratada de acordo com a demanda desde que estes visem a garantia da qualidade e segurança da obra bem como seu devido acompanhamento.</p>	<p>Contratante</p>
	<p>A administração poderá modificar especificações de serviço, modificar e/ou ampliar escopo por</p>	<p>Possível necessidade de aditivo/supressão de prazos e custos.</p>	<p>Adotar modificações somente quando estritamente necessário para garantir</p>	<p>Contratante</p>



CATEGORIA	RISCO/CAUSA	CONSEQUÊNCIAS	ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO	ALOCACÃO
	interesses próprios.		questões de segurança e conformidade com normas e especificações técnicas. Realizar o Reequilíbrio econômico-financeiro por meio de aditivo contratual (excepcional).	

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado;

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Fica estabelecido neste instrumento a vinculação ao edital de licitação e aos demais termos deste processo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação ([Art. 90 da Lei Federal nº 14.133/21](#));

**PARÁGRAFO QUARTO:** É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação ([Art. 90, § 2º da Lei Federal nº 14.133/21](#));

**PARÁGRAFO QUINTO:** Implicará no cancelamento da Nota de Empenho, se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega de produtos fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação, ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica;

**PARÁGRAFO SEXTO:** Os licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da comissão de fiscalização;

**PARÁGRAFO OITAVO:** Os representantes da Comissão de Fiscalização, bem como toda pessoa autorizada por ela, terão livre acesso aos serviços e a todos os locais em que estejam sendo realizados os trabalhos.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA — DO FORO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica eleito pelas partes o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive às questões entre a empresa **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, decorrentes da execução deste **CONTRATO**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente **TERMO DE CONTRATO**, as fls... à ..., do Livro Especial de **CONTRATOS** de N°..... que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, através de processo xerográfico, devidamente certificadas pela **Procuradoria Geral junto ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – PGE-DER/RO.**

**TITULAR DA CONTRATANTE**

**TITULAR DA CONTRATADA**

**ANEXO XII**

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PRESAS  
OU EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL**

Ref.: xxxxxxxxxxxx/ano

A empresa \_\_\_\_\_ (NOME), com sede na \_\_\_\_\_ (endereço da  
licitante, inclusive com CEP), registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério  
da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_ (número do CNPJ), declara que caso logre êxito na  
licitação nº \_\_\_\_ (número da licitação), contratará, em cada contrato firmado, o percentual de  
pessoas privadas de liberdade, no regime semiaberto, e egressas do sistema prisional para o  
cumprimento dos objetos pactuados, nos percentuais dispostos no parágrafo único do art. 1º da Lei  
Estadual 2.134/2009.

O atendimento aos percentuais previstos está condicionado à disponibilidade de pessoas  
privadas de liberdade, em regime semiaberto, ou egressas aptas à execução do trabalho, conforme  
disponibilização expressa da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS. Segue anexa a declaração  
emitida (s) pelo órgão responsável pela execução penal no estado de Rondônia.

\_\_\_\_\_ (Local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Representante legal

Nome:

RG:

CPF:

**ANEXO XIII**

**DECLARAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, EM REGIME SEMIABERTO  
OU EGRESSAS APTAS AO TRABALHO**

Ref.: xxxxxxxxxxxx/ano

Objeto: \_\_\_\_\_

O (a) \_\_\_\_\_, órgão responsável pela  
intermediação da mão de obra do sistema prisional do estado de \_\_\_\_\_, em  
atenção ao Decreto XXXXXXXXX, declara que dispõe de pessoas privadas de liberdade,  
em regime semiaberto ou egressas do sistema prisional aptas à execução dos seguintes  
serviços:

Serviço (s): \_\_\_\_\_ (Objeto da Licitação):

Ordem	Nome Completo	CPF	Profissão/Qualificação	Previsão de Término da Pena
1				____/____/____
2				____/____/____
3				____/____/____
...				

**ANEXO XIV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Declaro, para fins de participação na Concorrência do Edital nº \_\_\_\_/2025 que a empresa (**nome da empresa**), inscrita no CNPJ sob nº (...), sediada no endereço (endereço completo), representada pelo Sr. (nome do representante da visita), que na presença de servidor designado pela SEOSP/RO, vistoriamos as áreas onde serão executados os serviços objeto do referido Edital, inteirando-se por completo das condições estipuladas na Licitação, no Projeto Básico e nas Especificações Técnicas, marcas, modelos, ferramentas, instalações e das dificuldades que os serviços possam apresentar no futuro.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

\_\_\_\_\_  
**Representante da Empresa**



**ANEXO XV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA - PLENO CONHECIMENTO**

Declaro que em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_, a empresa (**nome da empresa**), inscrita no CNPJ nº (...) Projeto Básico, sediada no endereço (endereço completo) optou por não realizar vistoria nos locais e instalações referentes ao objeto do Edital nº \_\_\_\_\_, e declara que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço.

Declara ainda, que possui consciência sobre as condições físicas, ambientais, logísticas, de mão-de-obra, econômica e social da área do empreendimento, e está ciente que não poderá alegar desconhecimento das condições dos locais de execução dos serviços referentes ao objeto do Edital nº \_\_\_\_/2024.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
**Representante da Empresa**

---

**ANEXO XVI**

---

**MATRIZ DE RISCOS**

(Anexo será disponibilizado no SITE/SUPEL e no Portal de Compras)